



REVISTA DA AHIMTB
ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR
TERRESTRE DO BRASIL





A Obra “MONUMENTO AO TENENTE EXPEDICIONÁRIO - AOS QUATRO TENENTES”

O monumento foi elaborado e construído a partir de 1951, como homenagem dos Cadetes das Agulhas Negras, aos quatro (4) Tenentes de Realengo, tombados gloriosamente na Itália, durante a II Guerra Mundial e pertence ao acervo histórico e iconográfico da Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN.

A escultura foi forjada em bronze, de tamanho natural e está instalada em uma pequena elevação ajardinada, na Praça Gen Affonseca, em frente aos Conjuntos Principais das edificações da AMAN, possui uma grande placa de identificação.

Descrição do monumento e interpretação do seu significado: é uma escultura que retrata em seu conjunto a figura de um militar, levemente ajoelhado, segurando uma bandeira. Este estilo de monumento, a semelhança de heróis montados a cavalo, são icônicas em todo o mundo. Simboliza e enaltece o esforço e a dedicação do cidadão militar na conquista dos objetivos com a culminância da aposição da bandeira nacional no ponto mais alto do campo de batalha, simbolizando a vitória.

Fatos Históricos

A construção e doação do monumento foi um empreendimento dos Cadetes do Curso de Infantaria da Turma de 1951, quando o Curso era comandado pelo então Major Carlos de Meira Mattos, que viria a ser comandante da AMAN no final da década de 1960 e início da década de 1970.

Os quatro heróis formados na Escola Militar do Realengo e tombados no teatro de operação europeu, homenageados são: Aspirante a Oficial Francisco Mega, 2º Tenente Aluísio Farias, 2º Tenente Godofredo de Cerqueira Leite e 1º Tenente José Maria Pinto Duarte.

Com significado semelhante, nos Estados Unidos, na cidade de Arlington, no cemitério de mesmo nome, está situado a escultura do Memorial do US Marine Corps, tendo sido o monumento, inaugurado em 1954, baseada a construção do memorial, em famosa imagem fotográfica captada em 1945, durante a batalha de Iwo Jima, no Japão.

O Monumento dos “4 Tenentes” na AMAN, foi inaugurado em 23 de abril de 1952, data do 141º aniversário da Academia Militar, com a presença de diversas autoridades. A Revista Agulhas Negras, ano II, 1952, número 1, destaca as ilustres presenças; em particular assinala o comparecimento e transcreve o discurso proferido na ocasião, pelo Exmo Sr. Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes, Comandante da Força Expedicionária Brasileira, nos campos e montanhas da Itália.

Informações Técnicas

Autor da arte desconhecido, local de fundição patrocinado pelo Dr. Euvaldo Lodi – Presidente do SESI e pelo Gen Francisco Agra Lacerda de Almeida, Diretor de Fabricação do Exército. Escultura clássica de militar, a pé, equipado e armado com fuzil, segurando bandeira, todos em tamanho natural, a estátua situada em uma pequena elevação de mesmo material, simulando declive no terreno. Técnica: em bronze envelhecido sob pedestal em alvenaria e escada de acesso, localizada em suave elevação na Praça Gen Affonseca.

Visite

A obra de arte está exposta nos jardins da AMAN, frontal ao Centro de Visitantes, no Conjunto Principal II, da Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende/RJ. Posicionada em local de destaque, e de forma emblemática transmite as autoridades nacionais e estrangeiras, aos visitantes que visitam a AMAN, e principalmente aos Cadetes, futuros Comandantes de pequenas frações, um conjunto de significados e valores históricos da instituição Exército Brasileiro.



REVISTA DA AHIMTB
ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR
TERRESTRE DO BRASIL

vol. 1, n. 9, 2024

Resende, RJ
2024

EXPEDIENTE

Conselho Editorial

Editor

Academia de História Militar Terrestre do Brasil – Marechal Mário Travassos AHIMTB .

Localização: Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN

Conjunto Principal II – Biblioteca Cel. Panizzutti

Endereço: Rodovia Presidente Dutra Km 306

Resende – RJ

Carlos Roberto Peres – Cel. Eng. Ref. – Presidente da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras e em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Pós-graduação em Relações Internacionais pela Universidade Cândido Mendes

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares e em Política, Estratégia e Alta Administração Militar, ambos pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Professor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras desde 2018 e atual Presidente da Diretoria Executiva da AHIMTB.

Anvalgleber Souza Linhares – Cel. Inf. Ref. – Vice-Presidente da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)

Graduação em Direito pelo Centro Universitário de Barra Mansa (UBM)

Especialização em Direito Internacional dos Conflitos Armados pela Escola Superior de Guerra (ESG)

Especialização em Direito Civil Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/MG)

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO)

Mestrado em Direito pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL).. Professor de Direito da AMAN e UBM.

Antonio Carlos Simon Esteves – Cel. Inf. Ref. – Secretário da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras

Graduação em Administração pela Universidade Dom Bosco – Campo Grande/MS

Especialização em Educação pela Associação Educacional Dom Bosco

Especialização em Educação pelo Centro de Estudos de Pessoal do Exército

MBA pela Fundação Getúlio Vargas

MBA pela ISCTE – Lisboa/PT

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

Mestrado em Comunicação Social e Educação pela UFRJ.

Alexandre Neves Lemos Esteves. Cel. Inf. – Relações Públicas da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Graduado em História pela UNIRIO e pós-graduado em Política e Estratégia.

Professor da Cadeira de História Militar da AMAN, desde 2018.

Durland Puppim de Faria. Cel. Int. 1º Tesoureiro da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Graduado em Direito e História, pós-graduado em Ciências Políticas e História Militar e mestrando em História Cultural.

Professor da Cadeira de História Militar da AMAN, desde 2009.

João da Costa Paiva Filho – Cel. Inf. Ref. – Coordenador da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Especialização em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela UFRJ.

Julio Cesar Fidelis Soares. Professor Universitário. Conselheiro Fiscal da AHIMTB.

Mestre em História Social.

Pesquisador membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e da Academia Resendense de História. Integrante do Instituto de Estudos Valeparaibanos e do Grupo de Preservação da História da FEB – Capitão Cobra – Resende - RJ (Instituto de Pesquisas e História Militar Duque de Caxias - RESENDE RJ - Reencenação Histórica Militar).

Marcos Cotrim de Barcellos. Professor Universitário. Membro da AHIMTB.

Graduação em Filosofia pelo Centro Unisal de São Paulo.

Mestrado em Filosofia pela UFRJ.

Doutorado em História Social pela UFRJ.

Professor de Filosofia e História da Educação, Filosofia e História do Direito, na Associação Educacional Dom Bosco.

Professor de História da Filosofia, Filosofia da Ciência e Filosofia da Natureza no Centro Universitário Salesiano de São Paulo.

Projeto Gráfico e diagramação da Revista

Maria Aparecida Ladeira da Cunha

Desenvolvedor

Kélcio José Gomes

9ª Edição

vol. 1, n. 9, 2024

Periodicidade

Semestral

Site: www.revistamilitarterrestre.com.br

Contato: contato@revistamilitarterrestre.com.br



EDITORIAL

REVISTA DA ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL | ANO 05 | NÚMERO 09

Antonio Carlos Simon Esteves¹

Prezados leitores,

Apresentamos a Revista da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, com sete artigos; nesta edição de dezembro do ano de 2024, em seu nono volume de existência, temos a satisfação de dar continuidade às comemorações dos 80 anos do início da participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), na 2ª Guerra Mundial, e ainda assinalar as comemorações dos 80 anos do início de funcionamento da Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN, na cidade de Resende.

A capa desta edição, no contexto dessas efemérides, nos brinda com a imagem, a descrição e um breve histórico do monumento do Tenente Expedicionário, obra artística que está situada em frente ao Conjunto Principal da AMAN.

O local onde foi instalado a estátua, foi muito bem escolhido, tendo em vista servir diuturnamente de símbolo aos jovens Cadetes e demais militares, como valor anímico em sua formação, nos primeiros postos da carreira das armas. A icônica imagem serve de exemplo, principalmente ao futuro Tenente, comandante das pequenas frações, no esforço derradeiro, em meio aos escombros da guerra, na conquista dos objetivos pátrios, representados pela bandeira altaneira.

¹ Possui graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras – Infantaria/ AMAN, em 1977 - Turma Tiradentes. Em Administração pela Universidade Dom Bosco – Campo Grande/MS, pós-graduação e especialização em Educação pela Associação Educacional Dom Bosco e pelo Centro de Estudos de Pessoal do Exército. MBA pela Fundação Getulio Vargas e ISCTE – Lisboa/ PT; mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Mestrando em Comunicação Social e Educação pela UFRJ. Professor concursado do Magistério do Exército nas disciplinas de Introdução à Economia e Introdução à Administração na AMAN. Professor Emérito da Academia Militar das Agulhas Negras. Chanceler do Centro Universitário Dom Bosco do Rio de Janeiro, Presidente da Associação Educacional Dom Bosco – Resende/RJ.

Dentre estes artigos do índice da Revista da AHIMTB, os três primeiros, estão encadeados, retratando as duas efemérides citadas. São os artigos: “Vida e Obra de Antonio Esteves”, confeccionado pelo Cel Veterano Augusto César Magalhães Freire; o artigo “80 anos da AMAN em Resende” de autoria do Cel Veterano Alexandre Neves Lemos Esteves e a pesquisa “A Logística na FEB: Fazendo a cobra fumar” do Cel Veterano Marco Antonio de Freitas Coutinho.

Todos os artigos citados, em conjunto com a capa, possuem um elo com a década de 40 do século XX, que assinala os momentos culminantes da II Guerra Mundial e a instalação da AMAN em Resende.

A obra socioeducacional do Cel Professor Antonio Esteves e a instalação da AMAN em Resende estão inseridas neste cenário de desenvolvimento da região das Agulhas Negras e de grandeza do Brasil, ideal do Marechal José Pessoa.

O Cel Neves cita na introdução de seu artigo: “Ao longo dos anos, a AMAN não apenas formou centenas de líderes militares, mas também influenciou a vida econômica, social e cultural da cidade de Resende e de toda a região do Vale do Paraíba fluminense. Além disso, a instituição tem consolidado seu papel de referência no ensino militar global, atraindo a atenção de diversas nações amigas e estabelecendo-se como centro de excelência na formação de oficiais”.

O Cel Augusto registra em seu artigo acerca da vida e obra do Cel Professor Antonio Esteves que, “o apontamento se faz necessário, não só como dever de reconhecimento ao mérito, como também para se valer de uma trajetória de honra que transmite um legado permanente pelas gerações no porvir, tanto para os aprendizes no meio civil, quanto para os neófitos da carreira das armas,” cita que “sua conduta foi pautada pelo empenho integral de suas energias em prol do desenvolvimento intelectual, com viés pragmático, em todas as atividades em que se envolveu”. “A análise dos eventos da vida do ilustre carioca permitiu concluir pela sua honra e compromisso pessoal, com realizações em prol da Pátria e de seus semelhantes”.

Abordando este contexto de 1944, a pesquisa “A logística na FEB: fazendo a cobra fumar” do Cel Coutinho presta uma merecida e honrada homenagem de gratidão, por ocasião das comemorações dos oitenta anos do embarque da Força Expedicionária Brasileira (FEB), para lutar contra o nazifascismo, na Segunda Guerra Mundial, no Teatro de Operações da Itália.

O acesso as fontes bibliográficas permitiram ao estudioso “entender a importância da logística para que a FEB pudesse ser pensada, criada, preparada, transportada e empregada em um TO extracontinental [...] entender melhor os desafios enfrentados pela logística para viabilizar o emprego de uma Divisão de Infantaria e pesados órgãos não divisionários, estruturas que observavam um padrão doutrinário norte-americano, inédito em nosso Exército, e que totalizaram um efetivo de mais de 25.000 homens e mulheres”.

Da leitura da farta documentação reunida no artigo, passados mais de 80 anos do início do emprego de nossos pracinhas, com orgulho e gratidão, apesar de todas as dificuldades enfrentadas pela nação brasileira, podemos exultar e proclamar, junto com o autor que: o Brasil fez a “cobra fumar”.

O artigo “O Exército volta a voar e completa 35 anos de operações com heli-

cópteros. A evolução da aeromobilidade na força terrestre” de autoria do Cel Geraldo aborda de forma sistematizada a evolução deste vetor da arte da guerra, desde a época da Tríplice Aliança até o presente.

É um importante registro histórico de lavra de um especialista e atual Gestor Cultural da Aviação do Exército. Ressalta neste artigo os últimos 35 anos do emprego das aeronaves de asas móveis na força terrestre e depoimentos e estudos de diversas autoridades, estudiosos e protagonistas dessa evolução no Exército Brasileiro.

O autor conclui que “com a aeromobilidade dos helicópteros e a evolução doutrinária da Força Terrestre, o Exército Brasileiro criou diversas unidades aeromóveis. Sem dúvida, a atual Aviação do Exército e suas asas rotativas mudaram conceitos e doutrinas de emprego da Força Terrestre, mostrando a importância vital do vetor aéreo para as operações das forças de superfície. Hoje não existe planejamento sem contar com a aeromobilidade dos helicópteros e sua versatilidade nos exercícios e nas missões reais”.

O artigo do Cel Coutinho dedicado estudioso e consagrado especialista nos conflitos do leste europeu e Ásia, de título: “Entendendo o IS-K e sua possível relação com o atentado em Moscou” é bastante complexo para nossos padrões ocidentais, em particular para a nossa realidade de um país situado na América do Sul, mesmo para os estudiosos da história militar.

A sigla IS-K designa um grupo terrorista pouco conhecido, o Estado Islâmico do Khorasan. A região de conflito onde atua engloba partes do atual Afeganistão, Cazaquistão, Irã, Paquistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. Países de nomes estranhos, que sequer o nome das capitais conhecemos. Sem dúvida são países com quem o Brasil e sua população pouco contato econômico e cultural possuem.

Em um mundo cada vez mais globalizado, potencializado pelas mídias e tecnologias de acesso a bens e serviços, os princípios básicos da ideologia do IS-Central, elencados pelo autor: “a necessidade de remover as forças estrangeiras ocupantes das terras muçulmanas a qualquer custo; às gerações futuras devem ser educadas puramente de acordo com o Alcorão e a Sunna; e o secularismo é uma doença que deve ser extirpada do sistema educacional”, trazem ao mundo ocidental a reflexão e a preocupação dos conflitos presentes nos próximos anos, em várias partes do mundo, inclusive com reflexos para nós brasileiros.

Os dois próximos artigos apresentados na edição de número nove, versam sobre a Operação Acolhida, realizada desde 2017 no Estado de Roraima. O Brasil tem acolhido muitos imigrantes Venezuelanos que deixam sua terra natal devido à crise econômica, política e social. Pela proximidade, o Estado de Roraima tem sido o grande receptor dessas imigrações, como consequência o governo brasileiro intensificou a necessidade de apoio logístico e da presença estatal nas fronteiras.

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC da atual Aspirante a Oficial Grosman, do Serviço de Intendência orientada pelo 1º Tenente do Quadro Complementar de Oficiais Gabriel Soares Cabral, Professor da Cadeira de Geopolítica e de Relações Internacionais da AMAN foi convertido neste artigo que versa sobre “Análise sobre a Força-Tarefa Logística Humanitária em Roraima e o aprendizado gerado com os desafios superados durante a Operação Acolhida para os processos logísticos entre 2018 e 2021”.

A Operação Acolhida é a resposta brasileira à crise social que assola o estado de Roraima em reflexo aos problemas existentes na Venezuela. A Força Tarefa Logística Humanitária em Roraima (FT Log Hum RR) é a vertente militar dessa Operação.

Os autores citam que “Logística forte é poder de combate”, sendo uma verdade lembrada em todas as frentes de combate, ao longo dos séculos. Principalmente em face dos números e estatísticas apresentadas, onde as solicitações de reconhecimento da condição de refugiados, solicitadas e oferecidas pelo Brasil, é da ordem de 67%, somente oriunda do país Venezuela, de acordo a nacionalidade, em 2022.

A conclusão justifica a importância do trabalho: “por tratar de um assunto atual e que atrai a atenção da sociedade civil, visto que tal Operação assumiu proporções significativas, seja no cenário nacional ou internacional. Além disso, sua relevância é evidenciada, pois a expertise adquirida durante a Op. Acolhida pode ser aproveitada em futuras operações de ajuda humanitária das quais a Força Terrestre fizer parte”.

Da mesma forma o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, do atual Aspirante a Oficial João Victor Melo do Nascimento Santos, do Serviço de Intendência orientada pelo Tenente-Coronel do QCO Marcelo de Jesus Santa Bárbara, Professor da Cadeira de Geopolítica e de Relações Internacionais da AMAN foi convertido neste artigo que versa sobre “O uso do Método do Levantamento Geográfico de Área – LGA, na análise do apoio logístico na Operação Acolhida: Um olhar geopolítico”.

O artigo para embasar sua análise aborda o pensamento de consagrados estudiosos da geopolítica brasileira como Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva e Meira Mattos e o uso do método LGA. É uma análise atual, preocupante face a situação de envolver nações amigas e não apresentar solução humanitária permanente de curto prazo.

Os autores concluem sobre a importância da ferramenta de análise – LGA, baseados nos estudos dos fatores, econômicos, psicossociais, fisiográficos e políticos, e a pertinência das ideias referentes a presença do estado na política interna e internacional, desenvolvidas pelos estudiosos brasileiros desde os anos de 1930, evidenciados na Operação Acolhida, desenvolvida pelo Brasil, no Estado de Roraima, fronteira com o país vizinho Venezuela.

Uma boa leitura.

Antonio Carlos Simon Esteves



SUMÁRIO

Vida e Obra de Antonio Esteves <i>Augusto César Magalhães Freire</i>	12
80 anos da AMAN em Resende <i>Alexandre Neves Lemos Esteves</i>	19
A Logística na FEB: Fazendo a cobra fumar <i>Marco Antonio de Freitas Coutinho</i>	29
O exército volta a voar e completa 35 anos de operações com helicópteros. A evolução da aeromobilidade na força terrestre <i>Cel Antonio Geraldo Rodrigues</i>	66
Entendendo o IS-K e sua possível relação com o atentado em Moscou <i>Marco Antonio de Freitas Coutinho</i>	83
Análise sobre a força-tarefa logística humanitária em Roraima e o aprendizado gerado com os desafios superados durante a operação acolhida para os processos logísticos entre 2018 e 2022 <i>Gabriel Soares Cabral</i> <i>Maria Yasmin Grosman Cabral</i>	91
O uso do método do LGA na análise do apoio logístico na operação acolhida: Um olhar geopolítico <i>Marcelo de Jesus Santa Bárbara</i> <i>João Victor Melo do Nascimento Santos</i>	112



VIDA E OBRA DE ANTONIO ESTEVES

Augusto César Magalhães Freire¹

RESUMO

Este trabalho registra a vida e a obra do Coronel Professor Antonio Esteves, desde o seu nascimento em 1924. O apontamento se faz necessário, não só como dever de reconhecimento ao mérito, como também para se valer de uma trajetória de honra que transmite um legado permanente pelas gerações no porvir, tanto para os aprendizes no meio civil, quanto para os neófitos da carreira das armas, extrapolando os limites geográficos de Resende, RJ. Desde a infância até atingir o ápice da autoridade de ancião, sua conduta foi pautada pelo empenho integral de suas energias em prol do desenvolvimento intelectual, com viés pragmático, em todas as atividades em que se envolveu. O propósito desta investigação é reportar o exemplo de vida e liderança, tomando como referência o currículo integral do Coronel Professor Esteves. Este intento foi possível de ser alcançado por meio do escrutínio do registro de suas alterações como Oficial do Exército Brasileiro e registro biográfico. A análise dos eventos da vida do ilustre carioca permitiu concluir pela sua honra e compromisso pessoal, com realizações em prol da Pátria e de seus semelhantes.

Palavras-chave: Antonio Esteves; vida e obra; legado.

ABSTRACT

This paper records the life and work of Colonel Professor Antonio Esteves, since his birth in 1924. This is necessary not only as a duty to recognize his merit, but also to take advantage of a trajectory of honor that transmits a permanent legacy to future generations, both for apprentices in the civilian environment and for newcomers to the military career, going beyond the geographic limits of Resende, RJ. From childhood until he reached the peak of his authority of an elder, his conduct was guided by the full commitment of his energies in favor of intellectual development, with a

¹ Coronel de Infantaria, Professor de Economia e Finanças, especialista em Psicopedagogia e Orientação Educacional e MBA em Relações Internacionais.

pragmatic bias, in all the activities in which he was involved. The purpose of this investigation is to report the example of life and leadership, taking as reference the complete curriculum of Colonel Professor Esteves. This intent was possible to be achieved through the scrutiny of the record of his alterations as an Officer of the Brazilian Army and his biographical record. The analysis of the events in the life of this illustrious Rio native allowed us to conclude that he was honorable and personally committed to his achievements in favor of his country and his fellow men.

Keywords: Antonio Esteves; life and work; legacy.

1 INTRODUÇÃO

Figura 1. Prof. Cel. Antonio Esteves



Fonte: Acervo da família

O memorável escritor brasileiro Monteiro Lobato, em uma feliz metáfora no texto “A luz do baile”, expressou uma síntese do que representava o segundo monarca do Império do Brasil, Dom Pedro II, nos ambientes onde ingressava da sociedade de então.

A bela expressão do renomado literato, serviu de inspiração para este artigo, que visa manifestar um preito de reconhecimento e admiração ao Coronel Professor Antonio Esteves, homem que, guiado pela pureza dos seus ideais, própria dos que n’alma carregam o germe da nobreza, transformou os ambientes por onde transitou.

De igual modo, também serviu de base para este artigo, o livro de caráter biográfico de autoria de Virgínia Calaes, versando sobre o Professor Antonio Esteves: “Luz que não se apaga: a trajetória de um educador”, publicado no conjunto de homenagens em celebração aos seus oitenta anos de vida.

No dia 25 de agosto de 2024, comemora-se o nascimento do glorioso Duque de Caxias, patrono do Exército Brasileiro, nascido no já distante ano de 1803. Em uma providencial coincidência de calendário, também comemoramos, neste ano, o transcurso do centenário do nascimento do Coronel Professor Antonio Esteves.

2. DA INFÂNCIA CARIOCA À INFÂNCIA MILITAR

No distante bairro de Marechal Hermes, do então Distrito Federal, ainda em terras fluminenses, no ano de 1924, nasceu Antonio Esteves. Quarto filho do casal Annibal do Nascimento Esteves e Maria Joaquina Guerra Santos Esteves, já aos sete anos, ficou órfão de pai, passando a ser criado somente pela mãe, a quem se refere não medindo palavras para externar sua gratidão:

Minha mãe era uma jóia, uma deusa! Ela desempenhou o duplo papel de mãe e pai de forma tão completa, que nem senti falta do meu pai, falecido quando eu tinha sete anos. Ela foi um modelo para mim. Ensinou-me a trabalhar, a ser solidário. Foi ela quem organizou minha vida. Eu não teria condições de estudar e me formar, se não fosse o esforço de minha mãe. A situação que tenho hoje, devo a ela. (Esteves apud Calaes, 2004)

A casa de fundo de meia-água, onde viveu sua infância e adolescência, situava-se à rua Carolina Machado, paralela à estrada de ferro Leopoldina e Central do Brasil, que vai até São Paulo, integrando a malha ferroviária do município inaugurada em 1858, por Dom Pedro II, “A luz do baile”. Aquela casa modesta, onde morou e aprendeu em família a superar as agruras da vida, dados os tempos de escassez de recursos, foi o ambiente onde Seu Annibal e Dona Joaquina lhe legaram a mais valiosa herança: o amor ao trabalho, o espírito de solidariedade, o forte sentimento de família, a fé e a religiosidade.

Este conjunto de instrumentos foi-lhe muito útil para trilhar os caminhos no porvir. Desde criança, sua realização sempre se deu pelos livros e pelo trabalho. Já aos dez anos, o menino Tuneco, carinhoso apelido dado por sua irmã Beatriz, trabalhava em uma leiteria; aos treze, reformava, pintava e mantinha umas pequenas casas de Dona Joaquina, que ajudavam na renda da família; aos quinze anos, já aprendera o ofício de carpinteiro; e, aos 19, ávido para trabalhar, desempenhou o ofício de mecânico numa seção da General Motors, na antiga loja de magazines Mesbla.

Quando estava no ginásio, organizou um curso de alfabetização, em um cômodo grande nos fundos da casa, onde passava o dia inteiro entre estudos e o exercício da nascente vocação da docência, tendo contribuído para a alfabetização de soldados da aeronáutica, que depois viraram sargentos e até oficiais.

Tendo planejado metodicamente o seu futuro, o jovem Antonio, já com seus 22 anos, optou por ingressar na então Escola Militar de Rezende (grafia da época), em 1946. O Brasil respirava os ares do pós-guerra, e, em 1º de fevereiro de 1946, o

agora Cadete Esteves iniciava sua carreira militar, ingressando com a terceira turma da Escola, no Curso de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro.

No prosseguimento de sua formação militar, escolheu especializar-se no Serviço de Intendência. Bastante participativo e fiel à sua vocação, participou da fundação, em Resende, da Conferência Vicentina de São Maurício, que presta assistência espiritual e material a famílias carentes na Vila Vicentina, integrou a Congregação Mariana e participou do jornal Alvorada, órgão oficial dos cadetes católicos da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Ainda, participou da recepção ao General Dwight D. Eisenhower, herói de guerra americano e posterior Presidente dos Estados Unidos da América (EUA); integrou, por ter o domínio da língua inglesa, a comitiva de recepção ao grupo de cadetes americanos da Academia de West Point, correspondente americana da brasileira AMAN; e, em 17 de dezembro de 1948, foi declarado Aspirante a Oficial do Serviço de Intendência do Exército Brasileiro.

3. O MILITAR DOCENTE

A 1ª Companhia de Intendência, no Rio de Janeiro, recebeu o jovem oficial, que serviu naquele quartel até 1952. Pela correção de atitudes e pela qualidade no desempenho de suas atribuições no suprimento e na administração, com destaque para a sua condução, como Subcomandante, na recuperação de 50 viaturas utilizadas na Segunda Guerra Mundial que se encontravam indisponíveis, sempre teve o reconhecimento dos seus superiores.

Em 1950, integrou a comissão que trasladou os restos mortais de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, Patrono do Exército Brasileiro, do cemitério do Catumbi para o Panteão do Exército, defronte ao edifício do então Ministério da Guerra, hoje Palácio Duque de Caxias, na cidade do Rio de Janeiro. Naquele mesmo ano, em 27 de abril, recebia o sacramento do matrimônio pela união com sua primeira e única namorada, há sete anos, Maria Sylvia Simon, na Igreja de São Sebastião, no bairro carioca de Bento Ribeiro. Dessa união nasceram cinco filhos: Teresinha Maria, Silvia Maria, Glória Maria, Antonio Carlos e Mario Anibal.

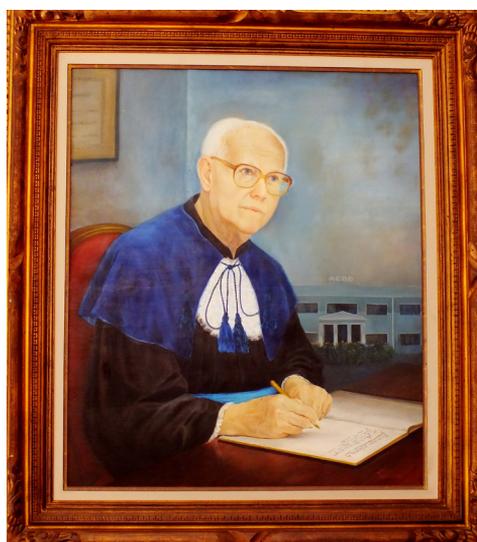
No período de 1953 a 1954, serviu na 5ª Companhia de Intendência, em Curitiba, sendo reconhecido como um oficial leal, dedicado, possuidor de elevada capacidade de trabalho e perito no cumprimento de suas missões. De volta ao Rio de Janeiro, agora no Estabelecimento Central de Finanças do Quartel General, foi promovido ao posto de Capitão, em 11 de abril de 1955. Em 27 de junho de 1956, foi nomeado Professor Adjunto de Catedrático de Geografia Econômica da AMAN; ao final deste mesmo ano, graduou-se em Ciências Econômicas na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, no Rio de Janeiro (atual Universidade Cândido Mendes), destacando-se como o primeiro aluno da turma.

Em 1957, o Capitão Esteves já obtivera o Registro de Professor da disciplina de Geografia Humana do Brasil, pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), e o Registro de Professor de Geografia Geral, também pelo MEC. Em 1958, foi aprovado em concurso para o Magistério do Exército, unindo sua nobre vocação para o

serviço em duas frentes: soldado e professor. Naquele mesmo ano, foi promovido ao posto de Major, enquanto se dividia entre a docência de Geografia Geral no Colégio Militar do Rio de Janeiro, docência de Geografia Econômica na AMAN e a realização do Curso de Técnica de Ensino, concluído com aproveitamento, no mesmo ano.

Em 1960, foi designado Professor Catedrático da disciplina de Ciências das Finanças da AMAN, para ministrar aulas aos cadetes do terceiro ano; em 1965, foi promovido ao posto de Tenente Coronel; e, em 1967, assumiu a Chefia da Cadeira de Economia e Finanças, da qual foi seu iniciador, tendo para isto se empenhado pessoalmente. Por fim, no ano de 1976, foi promovido a Coronel, posto mais elevado da carreira de oficial, permanecendo na docência para a formação de gerações de oficiais até o ano de 1984, quando passou à situação de reforma no Exército Brasileiro.

Figura 2. Quadro em homenagem ao Prof. Antonio Esteves



Fonte: Acervo da família

Sua destacada atuação no meio civil resultou na fundação da Associação Educacional Dom Bosco, em 1964, primeiro estabelecimento de ensino superior no Município de Resende, onde criou a Faculdade de Ciências Econômicas Dom Bosco, em 1968. Sempre movido pelo seu espírito cristão, de olhar zeloso para com o próximo, também participou da criação da Liga Resendense contra a tuberculose, na década de 1960, prestando assistência aos portadores da doença; na década de 1970, foi o líder da Feira da Providência que tinha por objetivo angariar fundos para as entidades filantrópicas da cidade de Resende.

A Associação Educacional Dom Bosco, congrega hoje: a Creche e o Colégio Aplicação; o Centro Universitário Dom Bosco, com as faculdades das áreas de Gestão e Negócios, Educação, Saúde, Engenharia e Tecnologia da Informação; e, o Centro de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão.

Antonio Esteves, desejoso de promover a busca pelo conhecimento, também lecionou em Resende, no Colégio Dom Bosco, na Escola Estadual Marechal Souza Dantas, na Escola Técnica de Comércio Dom Bosco (atual Escola Técnica Agulhas Negras); e, em Barra Mansa, na Faculdade de Direito e de Administração, da antiga Sociedade Barramansense de Ensino Superior (SOBEU, atual Universidade de Barra Mansa – UBM).

Em reconhecimento à contribuição significativa do nobre mestre para o município de Resende-RJ e para o Exército Brasileiro, o Coronel Professor Esteves recebeu diversas distinções: integrou a Academia Resendense de História e a Academia de História Militar Terrestre do Brasil; recebeu o título de Professor Emérito (1988), o Diploma Barão de Mauá (1989), o Certificado da Guarda Mirim de Resende (1989), o Diploma de Colaborador Emérito do Exército Brasileiro (1992), o título de Cidadão Resendense (1997), o Destaque Empresarial - Profissional Liberal (1994), a Comenda Conde de Resende (2002), a Medalha Tiradentes, conferida pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ (2007); e, pós-mortem, Professor Emérito da AMAN (2018). Foi condecorado, na carreira militar, com as medalhas: Militar de Bronze e Militar de Prata, respectivamente, por 10 e 20 anos de bons serviços prestados ao Exército; e, Marechal Trompowsky (1982), pelos bons serviços prestados em prol do ensino militar.

Em dezembro de 2009, Antonio Esteves finalmente descansou. Ao partir, a família enlutada encontrou o conforto no reflexo de suas ações na vida de tantas pessoas beneficiadas pelas ações do Coronel Esteves e, também, na certeza de que outras tantas serão alcançadas pelo seu legado, reverberando a memória de uma vida e obra que se eterniza, mister do legado de densa contribuição para a docência militar e para a sociedade resendense.

Em 2010, a ALERJ, pela Lei nº 5.825, consignou o nome de Avenida Coronel Professor Antonio Esteves ao trecho da Estrada Resende-Riachuelo, onde está situada a sede da AEDB. Também, em 2018, o Exército Brasileiro concedeu uma homenagem na AMAN, denominando “Sala Coronel Professor Antonio Esteves” à sala da Cadeira de Economia e Finanças, da qual foi precursor.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O professor, quando entra na sala de aula, é uma luz que se acende. Se esta luz não está acesa no professor, ele não consegue acendê-la nos alunos. O mestre precisa ter entusiasmo para entusiasmar os alunos; não sendo assim, fica difícil realizar a transmissão de conhecimento e o aprendizado. (Esteves apud Calaes, 2004)

Desde a infância até atingir o ápice da autoridade de ancião, o Coronel Professor Esteves sempre teve sua conduta pautada pelo empenho integral de suas energias em prol do desenvolvimento intelectual, com viés pragmático, em todas as atividades em que se envolveu.

O marido companheiro, o pai presente, o avô afetuoso, selou com sua senhora, Dona Sylvia Esteves, e em cada um de seus filhos e filhas, netos e netas, um exemplo de homem de família. O oficial, o professor, o educador transmitiu aos superiores, aos pares e aos subordinados a força do ideal de nobreza d'alma, própria de quem segue a sabedoria bíblica: “quem quiser tornar-se grande entre vós, seja o vosso servo”.

Assim, o exemplo de determinação, espírito altruísta, dedicação, amor ao trabalho, eficiência, senso agregador, iniciativa, lealdade, honestidade, disciplina, enfim, uma vida doada ao próximo através da docência e do serviço militar, tudo latente por toda a vida do Coronel Professor Esteves, legou-nos um modelo de vida pessoal e profissional com refinado espírito de liderança.

À vista de todos os eventos da vida deste ilustre carioca, é legitimamente lícito concluir pela personalização da “luz do baile”, na vida e obra honradas que Antonio Esteves, Coronel e Professor, Militar e Docente, legou a todos com as realizações em prol da Pátria e de seus semelhantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Registro de alterações de oficial do Coronel Esteves. Exército Brasileiro, Resende, RJ: 1983.

CALAES, Virgínia. Luz que não se apaga: a trajetória de um educador. Resende, RJ: AEDB, 2004.



80 anos da AMAN em Resende

Alexandre Neves Lemos Esteves¹

1 INTRODUÇÃO

A Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) representa um dos principais pilares na formação de oficiais do Exército Brasileiro, sendo uma instituição de destaque nacional e internacional. Fundada com o objetivo de desenvolver líderes militares capacitados para enfrentar os desafios da defesa nacional, a AMAN, que possui história bicentenária, passou por diversas transformações ao longo de sua existência, acompanhando as mudanças sociais e políticas do Brasil. Com mais de 80 anos de história, desde sua inauguração na cidade de Resende, RJ, a Academia é símbolo de tradição e inovação.

Desde sua idealização, ocorrida no contexto da década de 1930, a AMAN sempre buscou um equilíbrio entre tradição e modernidade. Este equilíbrio reflete-se em seus métodos de ensino, nas estruturas arquitetônicas que compõem o complexo, e nas práticas culturais e desportivas que permeiam a vida de seus cadetes. A rica história da AMAN, se entrelaça com a trajetória de grandes personagens históricos, como o Marechal José Pessoa, antigo Comandante da Escola Militar do Realengo, que vislumbrou uma nova sede para a formação dos oficiais do Exército Brasileiro (AMAN, 2011)

Ao longo dos anos, a AMAN não apenas formou centenas de líderes militares, mas também influenciou a vida econômica, social e cultural da cidade de Resende e de toda a região do Vale do Paraíba fluminense. Além disso, a instituição tem consolidado seu papel de referência no ensino militar global, atraindo a atenção de diversas nações amigas e estabelecendo-se como centro de excelência na formação de oficiais. Este artigo explora a evolução histórica da AMAN, sua influência social, desafios administrativos e as recentes inovações, como a inclusão das mulheres na linha bélica.

Para melhor compreendermos a trajetória da Academia, este estudo está orga-

¹ O autor é coronel da reserva do Exército e possui graduação em Ciências Militares (AMAN), em História (UNIRIO); pós-graduação em Política e Estratégia (UNIPAN – PR) e mestrado em Ciências Militares (EsAO). É professor da disciplina de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras desde 2018.

nizado em cinco grandes seções, que tratam desde sua fundação e construção até os desafios e avanços atuais. Por fim, conclui-se com uma reflexão sobre o impacto da AMAN no desenvolvimento militar e no fortalecimento dos valores que permeiam a formação de oficiais no Brasil, itens mais do que desejáveis na composição perfil do oficial do futuro.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A História da AMAN: Do Nascimento à Idealização do Coronel José Pessoa

A fundação da Academia Militar das Agulhas Negras está diretamente ligada à visão estratégica e à determinação do Coronel José Pessoa. Após os eventos do ano de 1930, no contexto do Brasil vivendo uma revolução política, com grandes impactos em todos os campos do poder, em 1931 ele assume o comando da Escola Militar do Realengo. Naquele subúrbio carioca, em seus primeiros dias no ambiente da instituição de ensino militar, José Pessoa se depara com uma série de insatisfações em relação à sua localização e a outras condições. Os problemas eram os mais diversos, desde a insalubridade do local e de algumas das instalações, dos serviços prestados aos alunos (como a alimentação e o apoio de saúde), do plano pedagógico e de ensino e da falta de espírito anímico condizente com um ambiente onde se formavam os futuros oficiais combatentes do Exército Brasileiro. (ROESLER, 2021)

Considerando a proximidade com o centro político do Rio de Janeiro havia também um risco para a formação dos oficiais, como foi o envolvimento dos cadetes na Revolução de 1930, quando eles ocuparam militarmente pontos estratégicos da cidade, no contexto dos acontecimentos daquele movimento. Segundo Roesler (2021), essa adesão se deu “mais por pressão dos cadetes do que pelo interesse dos oficiais”

Não podemos nos esquecer de outro evento mais antigo, ocorrido quando a formação dos oficiais se dava na Praia Vermelha, na mesma cidade do Rio de Janeiro, em que vários cadetes aderiram ao que se chamou de Revolta da Vacina, com graves perturbações para a disciplina. O evento, de tão traumático para a administração militar, segundo McCann (2009) acabou provocando o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha.

Frente a essas condições e devido ao espírito empreendedor e visionário do Coronel José Pessoa, com rara capacidade de prever tendências e antecipar consequências, ele propôs a criação de uma nova escola militar, longe das metrópoles, com um ambiente propício para a instrução e o desenvolvimento militar.

Após uma série de estudos e visitas a diversas regiões, a escolha recaiu sobre a cidade de Resende, no estado do Rio de Janeiro, mais especificamente na área conhecida como Agulhas Negras. A combinação de fatores como clima, diversidade topográfica e recursos naturais fez de Resende o local ideal para a construção da nova escola. Em setembro de 1931, José Pessoa deu início a uma série de providên-

cias fundamentais para a elaboração dos projetos da nova Academia Militar, conseguindo, naquele momento, o respaldo do governo para dar andamento à criação da instituição. (CÂMARA, 2011)

O processo de seleção do terreno foi detalhado e exigente. A região das Agulhas Negras se destacou por suas características geográficas, que incluíam vastos e variados espaços para exercícios militares e um clima saudável. Essas percepções positivas são fruto das diversas viagens que José Pessoa fez a Resende, sempre com o olhar atento para as questões que seriam impactantes na rotina da nova escola e com a aguçada percepção para os assuntos estratégicos. (CÂMARA, 2011)

Entre 1931 e 1938, José Pessoa enfrentou diversos óbices na realização de seu plano de construir a nova Academia Militar. Um desses entraves foi a burocracia do Exército, que gerou conflitos técnicos entre o arquiteto Raul Penna Firme, responsável pelo projeto, e os órgãos de engenharia militar, que contestaram a sua competência para elaborar projetos tão complexos (ROESLER, 2021. p 458). Mas nada que não fosse normal, haja vista a envergadura e o custo do projeto. Além disso, a Revolução Constitucionalista de 1932 desviou a atenção das autoridades, com a cidade de Resende se tornando um ponto estratégico no conflito. Outro fator foi a saída de Pessoa do comando da Escola Militar do Realengo em 1934. Durante esse período, o Brasil viveu grande instabilidade política, culminando com a implantação do Estado Novo em 1937, o que também atrasou a execução do projeto. No entanto, foi no contexto dessa nova condição política imposta ao Brasil que a ideia da formação de oficiais fora da cidade do Rio de Janeiro ganhou força novamente.

Em meados de 1938, as obras de construção foram oficialmente iniciadas, com uma cerimônia que contou com a presença de Vargas e de autoridades militares e civis. A pedra fundamental foi lançada e o sonho de José Pessoa começava a se materializar. O projeto foi inspirado em outras grandes academias militares internacionais, como West Point (EUA) e Saint-Cyr (França), o que conferiu à então Escola Militar de Resende uma relevância não apenas nacional, mas também internacional. (ROESLER, 2021)

2.2 A Construção da Escola Militar de Resende (1938-1944) e os Desafios Atuais

A construção da AMAN, que se estendeu de 1938 até 1944, envolveu um esforço logístico e técnico significativo. A região de Resende, naquela época, era relativamente isolada, e as dificuldades de transporte e comunicação tornaram o processo de construção ainda mais complexo. As ligações ferroviárias e rodoviárias eram precárias. Os ramais ferroviários eram pequenos e a principal ligação entre o Rio de Janeiro e São Paulo, diferente do que temos hoje (Rodovia Presidente Dutra), passava distante cerca de vinte e cinco quilômetros ao sul de Resende e se tratava de uma estrada sem pavimentação. No município havia carência de mão de obra, de insumos básicos como pedras e tijolos e de serviços de fornecimento de água e de energia elétrica. A necessidade de uma infraestrutura adequada demandava inovações (CÂMARA, 2011)

Um dos primeiros desafios enfrentados foi a construção de uma represa no rio Alambari para garantir o abastecimento de água à nova escola. Além disso, foi necessário desenvolver uma miniusina termoeétrica para suprir a energia elétrica necessária às obras. Esses esforços refletiam o compromisso de criar uma escola que não fosse apenas grandiosa, mas funcional e capaz de atender às necessidades de uma instituição militar moderna.

Figura 1. A Academia e Resende, a cidade que a abriga desde 1944



Fonte: AMAN, 2011

Após seis anos de construção, em março de 1944, as atividades de ensino foram oficialmente iniciadas na então Escola Militar de Resende. O primeiro comandante, Coronel Mário Travassos, recebeu as chaves do complexo, e os primeiros cadetes passaram a ocupar as novas instalações. A arquitetura da AMAN, austera e imponente, foi desenhada para refletir a disciplina e a grandeza da formação militar brasileira.

Com o passar dos anos, a Academia passou por expansões significativas, especialmente na década de 1980, quando novos blocos foram adicionados ao complexo original. Essa ampliação foi idealizada pelo General Leônidas Pires Gonçalves, então Ministro do Exército, e ficou conhecida como a “ampliação da AMAN”. O crescimento da instituição foi impulsionado por projetos estratégicos voltados para o futuro, como a FT-90, que previam um grande aumento no efetivo da Academia, tornando essa expansão essencial. Com a obra, a AMAN adquiriu instalações mais robustas do que as da construção original, incluindo o Teatro Acadêmico (hoje Teatro General Leônidas), com uma grande capacidade de assentos, adaptando a Academia para suas novas demandas. A AMAN, agora maior e com estruturas funcionais mais complexas, passou a exigir mais atenção dos seus administradores. (AMAN, 2011)

Atualmente, um dos maiores desafios da administração da AMAN é garantir a manutenção e modernização contínua da infraestrutura, atendendo às exigências tecnológicas e pedagógicas de uma instituição militar que busca formar líderes para

o século XXI. Além disso, a administração da AMAN enfrenta o desafio de manter a cidade acadêmica funcionando de maneira eficiente, atendendo às demandas de uma população que inclui não apenas cadetes, mas também militares, civis e suas famílias. São muitas instalações que precisam de manutenção predial constante como as moradias (algumas com mais de 80 anos de construção), os “conjuntos principais” (o conhecido CP-I que abrange a área inaugurada em 1944, e o CP-II que se refere à parte da ampliação) e as áreas dos parques de instrução. Há também grandiosa frota veículos operacionais e administrativos e muitas outras questões de custeio e administração, como por exemplo a confecção de enorme quantidade de refeições diárias para todo o efetivo. A implementação de processos de governança e gestão patrimonial tem sido essencial para garantir a sustentabilidade da estrutura.

2.3 O Aspecto Social: A Vida do Cadete ao Longo dos 80 Anos, a Religiosidade e as Tradições

A vida de um cadete na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) sempre esteve imersa em tradições que fortalecem o espírito de camaradagem e disciplina. Desde a sua inauguração em 1944, a rotina diária dos cadetes tem sido pautada por atividades acadêmicas, atividades físicas e exercícios militares, refletindo o rigor da formação necessária para o oficialato do Exército Brasileiro. Além dessas atividades, o cadete também vivencia momentos de lazer e interação com a comunidade local, o que contribui para o seu desenvolvimento pessoal e social.

No aspecto religioso, a AMAN sempre buscou manter um ambiente que respeita e incentiva a diversidade de crenças. A religiosidade ocupa um espaço importante na formação moral dos cadetes. De forma muito adequada, a instituição sempre ofereceu suporte para que eles pudessem praticar sua fé, seja por meio de missas, cultos ou atividades espirituais. Desde as primeiras gerações, é comum que cadetes participem de grupos religiosos dentro da própria Academia, além de frequentarem igrejas e templos na cidade de Resende. Entre os grupos religiosos existentes na AMAN, destacam-se a Associação dos Cadetes Evangélicos (ACE), a Cruzada dos Militares Espíritas (CME) e a União Católica dos Militares (UCM), que oferecem aos cadetes espaços para fortalecerem suas crenças e praticarem sua espiritualidade, promovendo encontros e atividades dentro do ambiente acadêmico. Nesses grupos também há grande participação de militares do corpo permanente da AMAN e seus familiares, o que aumenta ainda mais a salutar integração com os discentes.

Uma das tradições mais duradouras da AMAN é o encontro anual de turmas. “Antigos cadetes” retornam à instituição para celebrar e relembrar os laços construídos durante o período de formação. Esses encontros são eventos que simbolizam a força do companheirismo e da irmandade que a AMAN promove que se perpetua ao longo de várias décadas. Cadetes de diferentes gerações se reúnem, relembrando histórias e revivendo momentos passados. A tradição de inaugurar placas comemorativas para cada turma reforça a ideia de continuidade e de pertencimento à história da Academia. Cada turma vem a cada década e reafirma seus ideais e compromissos sagrados com a instituição, estando na ativa, na reserva ou mesmo os já reformados.

Ao longo dos anos, os cadetes da AMAN não apenas contribuíram para o fortalecimento do Exército Brasileiro, mas também desempenharam papéis importantes na comunidade de Resende. A interação social entre cadetes e a população local foi, e continua sendo, uma característica marcante da vida acadêmica. Nos primeiros anos, eventos sociais e culturais em Resende contavam com a participação ativa dos cadetes, o que ajudou a criar laços profundos entre a Academia e a cidade. Muitos cadetes que, no passado, passaram pela AMAN e casaram-se com moças de Resende, ao longo de suas carreiras militares, acabaram estabelecendo vínculos fortes com a cidade. Agora, já aposentados e com suas trajetórias como oficiais completadas, muitos optam por fixar residência em Resende, reforçando essa integração entre a Academia e a comunidade local, onde construíram suas famílias e se estabeleceram de forma definitiva.

Além dos eventos sociais, outro elemento que perpetua o espírito de tradição na AMAN são as cerimônias solenes, como a formatura dos cadetes, as comemorações do Dia do Soldado e o aniversário da própria Academia. Essas cerimônias são momentos importantes de reafirmação dos valores militares e da tradição, onde os cadetes podem refletir sobre o caminho percorrido e o legado que estão ajudando a construir.

A vida do cadete, portanto, vai além da formação técnica e militar. Ela é composta por um conjunto de experiências sociais, religiosas e culturais que moldam o caráter do oficial. Ao longo desses 80 anos, a AMAN manteve vivas as tradições que, além de fortalecerem o espírito de corpo, também servem como inspiração para as novas gerações de cadetes que passam pela instituição.

2.4 A projeção Internacional da Instituição: a exaltação na comemoração dos seus 200 anos e o Projeto de Desenvolvimento de Liderança (PDL)

A projeção internacional da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) é um dos grandes marcos de sua história. Ao longo das décadas, desde a sua chegada a Resende, a AMAN conquistou um lugar de destaque não apenas no Brasil, mas também no cenário militar mundial. Essa projeção se deu, principalmente, pela qualidade de sua formação e pela integração com academias e forças armadas de outros países, tornando a AMAN um exemplo de excelência na formação de oficiais.

A presença de cadetes de Nações Amigas (CNA) na AMAN, desde 1947, é uma das expressões desse reconhecimento internacional. A cada ano, cadetes de diferentes países vêm ao Brasil para participar do rigoroso processo de formação na AMAN, onde seguem o mesmo currículo e regime disciplinar dos cadetes brasileiros. Essa integração permite que militares de outros países conheçam de perto a qualidade do treinamento oferecido pelo Exército Brasileiro, além de fortalecer os laços de cooperação e amizade entre o Brasil e diversas nações. Até o ano de 2023, a Academia já havia formado cerca de 380 cadetes estrangeiros, consolidando seu papel como instituição de referência internacional.

Outro destaque na projeção internacional da AMAN é o Plano de Visitas e

Outras Atividades em Nações Amigas (PVANA), que oferece aos cadetes brasileiros a oportunidade de visitar academias militares e instituições civis de outros países. O objetivo dessas visitas é ampliar o conhecimento cultural e militar dos futuros oficiais do Exército Brasileiro, proporcionando-lhes uma visão mais abrangente das práticas militares globais. As atividades do PVANA envolvem visitas, seminários e competições, e os cadetes são selecionados com base no mérito e na proficiência em idiomas estrangeiros. Essa interação fortalece a imagem da AMAN e do Exército Brasileiro no exterior.

A comemoração do bicentenário da AMAN, em 2011, foi um dos momentos de maior exaltação da Academia, tanto no Brasil quanto internacionalmente. As festividades em alusão aos 200 anos da instituição começaram em 2010 e envolveram uma série de eventos, como palestras, exposições, lançamentos de livros e cerimônias solenes. Um dos eventos mais simbólicos foi a Cerimônia de Declaração de Aspirantes da Turma Bicentenário, realizada em dezembro de 2011, que contou com a presença de diversas autoridades civis e militares, além de delegações estrangeiras. Esse marco histórico reafirmou a relevância da AMAN como um dos pilares da formação militar no Brasil e no mundo. Um grande destaque desse evento também foi o lançamento do livro “AMAN - Dois séculos formando oficiais para o Exército”, um trabalho primoroso que reúne a história da instituição, demonstra os valores cultivados no seio do ambiente de formação dos oficiais e exalta as raízes e as tradições do estabelecimento de ensino. (AMAN, 2011)

Além disso, a AMAN participa de competições internacionais, como o tradicional Desafio Agulhas Negras (DAN), que envolve a participação de cadetes de academias militares estrangeiras em atividades de patrulha e de aplicação de técnicas militares. A presença da AMAN em competições como a Chimaltlalli, no México, e Sandhurst, nos Estados Unidos, também reforça o reconhecimento da instituição no exterior.

Nessas competições, a excelência do preparo dos cadetes brasileiros é sempre destacada, reafirmando a qualidade da formação militar oferecida pela AMAN.

O foco no desenvolvimento de liderança é um dos pontos centrais da projeção internacional da AMAN, recebendo atenção diferenciada por parte de seu comando. A Academia possui uma seção específica dedicada ao tema, que organiza atividades de conscientização e desenvolvimento de liderança entre os cadetes. Oficiais altamente capacitados, especializados no assunto, conduzem essas atividades com o objetivo de formar oficiais com sólida capacidade de liderança, preparados para enfrentar os desafios do campo de batalha e para comandar equipes em ambientes de alta pressão. Esse treinamento é alicerçado em uma combinação de rigor acadêmico, treinamento físico e práticas orientadas, sempre fundamentado nos valores de disciplina, ética e compromisso com a nação. Esses aspectos são altamente valorizados nas interações internacionais da AMAN, o que reforça ainda mais sua reputação global.

2.8 A Entrada das Mulheres na Formação Bélica e o Projeto Marechal José Pessoa

A entrada das mulheres na linha bélica da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) marcou um importante capítulo na história da instituição e do Exército Brasileiro. Embora as mulheres já estivessem presentes nas Forças Armadas desde a Segunda Guerra Mundial, quando atuaram como enfermeiras, e posteriormente como oficiais em áreas administrativas e de saúde, o ingresso delas na formação bélica foi um passo decisivo na evolução de pessoal na carreira militar.

Em 2012, a Lei 12.705 permitiu que o Exército Brasileiro iniciasse os estudos para a admissão de mulheres no curso de formação de oficiais da linha militar bélica, com base no Projeto de Inserção do Sexo Feminino na Linha de Ensino Militar Bélico do Exército Brasileiro (PISFLEMB-EB). A primeira turma feminina foi admitida em 2017 na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), em Campinas, e, em 2018, as primeiras cadetes ingressaram na AMAN. Desde então, a presença feminina na Academia se consolidou, marcando um avanço significativo para a instituição.

Figura 2. Cerimônia de 2018, da entrada dos alunos da EsPCEEx pelo portão de entrada dos novos cadetes, com a primeira turma de mulheres a ingressar na formação de oficiais da linha bélica



Fonte: Ministério da Defesa, 2018

A formação das mulheres na AMAN segue os mesmos princípios rigorosos aplicados aos homens, garantindo a isonomia no treinamento físico e nas atividades militares. As cadetes participam das mesmas instruções no campo, exercícios de liderança e treinamento operacional. Elas são submetidas a avaliações físicas e intelectuais, sendo preparadas para atuar em condições de combate, em um ambiente que historicamente era reservado exclusivamente aos homens. A igualdade de oportunidades no ambiente militar reflete a importância de preparar as mulheres para liderar

em um contexto desafiador. As primeiras mulheres formadas pela AMAN em 2021 abriram um caminho de sucesso e de inspiração para futuras gerações de cadetes. Atualmente, essas oficiais já atuam em diversas unidades do Exército Brasileiro, destacando-se em operações logísticas, administrativas e de combate.

Outro marco importante recente na Academia foi o Projeto Marechal José Pessoa, que serve como um elo entre a tradição e a modernização da AMAN. Inspirado no espírito empreendedor do Marechal José Pessoa, idealizador da Academia, o projeto tem como objetivo revitalizar a AMAN em um horizonte de vinte anos, visando modernizar sua infraestrutura, sua organização de pessoal e aprimorar as condições de ensino e desenvolvimento profissional dos cadetes. Alinhado à visão de futuro da Academia, o projeto busca formar líderes capacitados técnica, intelectual e moralmente, aptos a liderar o Exército do futuro e enfrentar os desafios da Era do Conhecimento. Para tanto, o projeto engloba a reorganização da estrutura organizacional e a criação de novas unidades, como a Base Administrativa da AMAN e o Batalhão Logístico Acadêmico, além de melhorias significativas em instalações e processos. A missão final do projeto é assegurar que, em 2044, a AMAN seja uma referência mundial em educação militar, liderança e gestão, honrando seu legado e mantendo o compromisso com a excelência na formação de oficiais. (ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS, 2024)

Esses avanços refletem o compromisso da AMAN com a modernização de suas práticas e o alinhamento com as demandas da sociedade contemporânea. O ingresso das mulheres na AMAN não apenas aumenta a representatividade feminina no Exército, mas também contribui para a formação de uma força armada poderosa, pronta para enfrentar os desafios do século XXI.

CONCLUSÃO

A ideia de trazer a AMAN para Resende foi decisiva para garantir a estabilidade da instituição, já que, desde sua criação em 1810, a academia mudou de sede várias vezes. Com a constatação da permanência em Resende por mais de 80 anos, a ideia posta em prática da ampliação ocorrida nos anos 1980 e os atuais propósitos do projeto Marechal José Pessoa, a Academia está consolidada em sua localização na cidade, afastando qualquer possibilidade de uma nova transferência.

Muito se fez no passado, na história do Exército Brasileiro, para que os Cadetes da AMAN de hoje possam desfrutar de um ambiente de formação aperfeiçoado e moderno. Os militares da atualidade carregam a responsabilidade de preservar as tradições e os valores históricos deixados por figuras emblemáticas da AMAN, como foi o caso do Marechal José Pessoa. Além disso, a instituição mantém seu compromisso com a inovação, o que é essencial para a formação de líderes militares capazes de enfrentar os desafios contemporâneos.

A AMAN também se destaca em nível mundial, sendo referência internacional, na formação militar. Isso tem um preço. Assim, a administração da academia enfrenta desafios devido à complexidade de suas estruturas, que demandam constan-

tes manutenções e atualizações. Isso reforça a necessidade de uma gestão eficiente para garantir o seu funcionamento contínuo e a formação de futuros oficiais de forma adequada. A AMAN está no caminho certo da evolução como instituição de ensino modelar.

REFERÊNCIAS

AMAN. Academia Militar. Dois séculos formando oficiais para o Exército (1811-2011). São Paulo: IPSIS, 2011.

CÂMARA, Hiram de Freitas. Marechal José Pessoa. A força de um ideal. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2011.

BOPP, Itamar. Resende – Cem anos da cidade. São Paulo: Sangirard, 1978.

ROESLER, Rafael. Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque: vida e trajetória militar. 2021. 745 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2021.

MCCANN, Frank D. Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937). Rio de Janeiro: Companhia das Letras; Biblioteca do Exército Editora, 2009. 709 p.

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS (AMAN). Projeto Marechal José Pessoa na AMAN em 2023. Disponível em: <https://www.aman.eb.mil.br/ultimas-noticias/844-projeto-marechal-jose-pessoa-na-aman-em-2023>. Acesso em: 10 out. 2024.



A logística na FEB: fazendo a cobra fumar

Marco Antonio de Freitas Coutinho¹

RESUMO

A comemoração dos oitenta anos do embarque da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para lutar contra o nazifascismo na Segunda Guerra Mundial constitui um momento para que sejam revisitados e destacados os feitos de nossas tropas no Teatro de Operações da Itália. O presente artigo tem por objetivo apresentar como se deu a organização da FEB, e qual teria sido a contribuição da logística no desdobramento da força e na execução das operações militares em solo europeu. Com isso, pretende-se ressaltar o feito de homens e mulheres que fizeram a logística da FEB na 2ª Guerra Mundial.

Palavras-chave: 2ª Guerra Mundial. Força Expedicionária Brasileira. 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária. Logística.

1 INTRODUÇÃO

A comemoração dos oitenta anos do embarque da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para lutar contra o nazifascismo na Segunda Guerra Mundial constitui um momento para que sejam revisitados e destacados os feitos de nossas tropas no Teatro de Operações da Itália.

Antes do Brasil entrar no conflito, havia um ceticismo generalizado sobre a possibilidade do nosso país enviar uma tropa para combater na Europa. Muito se falou sobre a própria expressão “A Cobra Fumou”, que representaria a concretização de um planejamento que parecia impossível, mas que acabou por ser adotada de forma irônica pelos nossos pracinhas. A partir do embarque da tropa para além-mar, tal

¹ Coronel Veterano do Exército Brasileiro. Mestre em Ciências Militares pela ECEME. Mestrando em Ciência Política Internacional pela Universidade Europeia do Atlântico (Espanha). Membro da AHIM-TB. E-mail: coutinho.marco@eb.mil.br

símbolo passou a ter um significado de determinação e superação, vindo a constituir o próprio distintivo da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária.

O presente artigo tem por objetivo apresentar como se deu a organização da FEB, e qual teria sido o papel da logística no desdobramento da força e na execução das operações militares em solo europeu.

Para tal será analisada a atuação de três estruturas essenciais para o planejamento e execução da logística brasileira na 2ª Guerra Mundial: a Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, atuando no nível da logística estratégica, a 4ª Seção do Estado-Maior da FEB e o Comando dos Órgãos Não-Divisionários, estas últimas atuando nos níveis operacional e tático da logística militar.

Com isso procuraremos entender melhor os desafios enfrentados para viabilizar o emprego de uma Divisão de Infantaria, que observava o padrão doutrinário norte-americano, inédito em nosso Exército, e que somada aos já citados órgãos não-divisionários, totalizaram um efetivo de mais de 25.000 homens e mulheres, desdobrado a milhares de quilômetros do nosso território nacional.

2. Revisão doutrinária

Conforme apresentado na introdução, a análise a ser realizada no presente trabalho buscará explorar duas estruturas envolvidas com o planejamento e a coordenação da execução da logística em apoio ao contingente brasileiro a ser desdobrado na Itália, durante a 2ª Guerra Mundial:

- No nível estratégico, a Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos; e
- Nos níveis operacional e tático, a 4ª Seção do Estado-Maior da FEB e o Comando dos Órgãos Não-Divisionários.

De forma a estabelecer os parâmetros de análise que nos levem a um entendimento, mas contextualizado e padronizado, adotaremos conceitos atualmente utilizados pelo Exército Brasileiro (EB), particularmente referentes aos níveis de execução da logística militar.

Neste sentido, recorreremos às definições constantes do Manual de Campanha Logística Militar Terrestre, 2ª edição, publicado no ano de 2022.

Segundo o referido Manual,

A execução das atividades da logística é escalonada em profundidade no contexto das operações, de maneira a disponibilizar os recursos mais elementares necessários para garantir certa autonomia e capacidade de durar na ação aos elementos desdobrados na vanguarda, mantendo os de maior complexidade mais à retaguarda. (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2022, p. 3-1)

A Logística, portanto, está presente em todos os níveis de condução das operações militares. Nos níveis estratégico e operacional, ela condiciona o planejamento e a execução das operações,

enquanto, no nível tático, adapta-se à manobra planejada para torná-la viável. Tem-se como consequência, a necessidade de que a logística seja igualmente estruturada em três níveis: a logística estratégica, a logística operacional e a logística tática.

A logística, no nível estratégico, interage com a logística nacional para obtenção e distribuição dos recursos necessários às forças apoiadas. Conecta-se ao nível operacional, normalmente, nos pontos de entrada de um Teatro de Operações (TO). É interessante notar que nosso manual ressalta que, neste nível estratégico, a logística utiliza-se “da **logística multinacional** (grifo nosso), nacional e combinada, **além das aquisições internacionais** (grifo nosso), da mobilização e da contratação” (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2022, p. 3-1).

Esse entendimento se aplica perfeitamente à realidade enfrentada pela nossa FEB na Itália.

No nível operacional, a logística deve cooperar com o estabelecimento e a sustentação da cadeia logística na área de responsabilidade de um comando operacional ativado. Vincula as necessidades táticas às capacidades estratégicas, visando ao cumprimento dos planos operacionais e à geração de poder de combate (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2022, p. 3-7).

Nesse nível se impõe a existência de uma estrutura logística que será responsável pela coordenação de toda a logística para apoio à Força Terrestre num TO, e que também será responsável pelo planejamento do apoio logístico, por meio da elaboração de uma estimativa detalhada dos meios, quantidades, corretas especificações e respectivas estimativas de consumo por período, para viabilizar as ações operacionais e táticas previstas (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2022, p. 3-8).

Finalmente, a Logística no nível tático compreende a sincronização de todas as atividades necessárias para sustentar uma Força Terrestre em operações. A sua efetividade está relacionada à capacidade de proporcionar o apoio logístico adequado às forças desdobradas no momento e local oportunos. Atuam nesse nível unidades e subunidades especializadas, que viabilizam a execução das diferentes funções logísticas de pessoal ou material (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2022, p. 3-10).

Podemos citar, com exemplos de unidades especializadas, as de suprimento das diferentes classes, manutenção, saúde, transporte, controle de trânsito (Polícia do Exército), segurança da área de retaguarda, serviços em campanha, recompletamento, sepultamento, recreação, suprimento reembolsável, correio, pagamento e outras que se fizerem necessárias.

Todos esses conceitos atuais, relativos à logística militar nos níveis operacional e tático, também são perfeitamente aplicáveis à realizada enfrentada pela FEB no TO italiano.

Feita essa revisão conceitual, portanto, estamos prontos para iniciar nossa análise sobre a atuação da logística na 2ª Guerra Mundial.

3. A Logística no Nível Estratégico

Conforme já tivemos a oportunidade de abordar, a logística, no nível estratégico, deve ser capaz de estabelecer uma coordenação com as fontes de recursos localizados fora do TO, sejam elas nacionais ou internacionais, fazendo com que tais recursos sejam direcionados, tempestivamente e nas quantidades corretas, aos pontos de entrada designados num TO.

O caso da FEB foi extremamente complexo, pois nosso contingente deveria estar perfeitamente integrado às estruturas já existentes no contexto de uma aliança militar multinacional. Neste sentido, o perfeito entendimento de como se estruturou a logística estratégica para apoio à FEB depende de que se conheçam todos os meandros das negociações efetuadas no nível político, estabelecidas entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos da América, e que deram origem à criação da Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos (CMDBEU).

3.1 O Acordo Político-Militar Brasil-EUA

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil e os Estados Unidos da América (EUA) formaram uma aliança estratégica para fortalecer a defesa do Hemisfério Ocidental contra as ameaças do Eixo. Em junho de 1940, com a capitulação da França, os alarmes se acenderam nos EUA, na medida em que se temia que as possessões francesas na África (principalmente no Senegal) e na América do Sul (Guiana Francesa) pudessem ser utilizadas pelas forças do Eixo para controlar o Atlântico Sul. Para isso, o saliente nordestino brasileiro passava a ter uma importância estratégica para a defesa de todo o continente.

Devido à urgência da adoção de medidas práticas para criar melhores condições para que o nordeste brasileiro pudesse contar com infraestruturas essenciais para a defesa, iniciaram-se conversações entre os governos brasileiro e dos EUA para viabilizar uma aliança militar, situação que ainda não era de consenso, nem nos meios políticos, e nem no meio militar.

Para contornar resistências, a primeira medida adotada foi a concessão de um financiamento norte-americano para que a Empresa Panair do Brasil S.A. iniciasse obras de construção e aparelhamento de aeroportos no Amapá, Belém, São Luiz, Fortaleza, Natal, Recife, Maceió e Salvador (CARVALHO, 1952, p. 62).

Em 3 de fevereiro de 1942, o Estado-Maior do Exército (EME) emitiu a “Instrução Inicial para a Defesa do Teatro de Operações do Nordeste” (ibid, p. 54), e que tinha por objetivo criar capacidades militares mínimas para a defesa do nosso saliente nordestino.

Ao mesmo tempo se desenvolviam complexas negociações com os EUA, que chegaram a um termo em 23 de maio de 1942, quando foi assinado o “Acordo Político-Militar Brasil-EUA”, que proporcionou um guarda-chuva legal para uma série de medidas de cooperação militar que viriam a ser adotadas.

Os principais pontos do Acordo foram (CARVALHO, 1952, p.272):

- A criação da Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos (CMDBEU), com uma sede no Rio de Janeiro, chefiada por um oficial general brasileiro, e uma sede em Washington, chefiada por um oficial general norte-americano. A CMDBEU coordenaria os esforços de defesa e segurança entre os dois países;
- A permissão para que tropas norte-americanas utilizassem instalações navais e aeronáuticas brasileiras, especialmente no nordeste do Brasil e em Fernando de Noronha; e
- Fornecimento pelos EUA de equipamentos e treinamento para as Forças Armadas brasileiras.

É interessante notar que, inicialmente, somente a Comissão em Washington foi estabelecida. A comissão no Brasil somente foi efetivada por ocasião da intensificação dos preparativos para organização e treinamento da FEB, em meados de 1943.

3.2 A Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos (CMDBEU)

A Comissão possuía, pelo Acordo firmado, autoridade para emitir recomendações sobre assuntos afetos às suas competências, e que seriam acatadas pelas duas partes. As recomendações eram negociadas e posteriormente assinadas e numeradas.

A Comissão em Washington iniciou seus trabalhos em agosto de 1942, e era liderada pelo Major-General James Gareché Ord (Figura 1), do Exército dos EUA, Presidente da Comissão, e pelo General de Divisão Estevão Leitão de Carvalho (Figura 2), Chefe da Seção Brasileira. A CMDBEU era integrada por oficiais do Exército, da Marinha e da Força Aérea de ambos os países.

Figura 1 – Maj Gen Ord



Fonte: <https://abrir.link/jZeqH>

Figura 2 – Gen Div Leitão de Carvalho



Fonte: <https://abrir.link/fvRaP>

A CMDBEU possuía as seguintes competências:

- Facilitar a cooperação militar entre os dois países, incluindo a troca de informações estratégicas;
- Organizar o fornecimento de equipamentos militares, munições e outros suprimentos necessários para as operações de guerra, mediante o sistema de “Empréstimo e Arrendamento” (Lend-Lease);
- Promover o treinamento de tropas brasileiras, segundo a doutrina militar norte-americana; e
- Cooperar para a melhoria da infraestrutura militar no Brasil, particularmente de bases aéreas e portos.

3.3 A atuação da CMDBEU para a defesa do saliente nordestino

O foco do interesse norte-americano nessa fase da guerra era exclusivamente voltado para a instalação de suas bases aéreas e navais no Brasil. No lado brasileiro, o interesse estava voltado para o fornecimento de meios materiais e treinamento para forças a serem desdobradas no Teatro de Operações do Nordeste. A própria nomeação do Gen Leitão de Carvalho estava ligada a esse interesse, na medida em que ele havia sido o Comandante do 1º Grupo de Regiões Militares (CARVALHO, 1952, p. 64), que equivaleria no dia de hoje à área ocupada pelo Comando Militar do Nordeste, e teria nível de conhecimento suficiente para tomar as decisões mais adequadas.

A delegação brasileira vinha trabalhando para finalizar uma Recomendação da CMDBEU que estabeleceria as bases para um plano de equipamento para o Exército Brasileiro, e que previa a criação de um Corpo de Exército no saliente nordestino, integrado por duas Divisões de Infantaria (com sede, respectivamente, em Natal e Recife), uma Divisão Motomecanizada (com sede em Campina Grande) e um Destacamento Misto (equivalente a uma Brigada) para a Defesa do Arquipélago de Fernando de Noronha.

O projeto de Recomendação deixava claro que demandas de equipamento para unidades de outras regiões do Brasil deveriam ser negociadas por outros instrumentos de cooperação. Nessa fase, ainda não se falava do envio de tropas para teatros de operações extracontinentais.

O Exército Brasileiro propunha elaborar uma lista priorizada de equipamentos necessários para unidades a serem criadas, e baseado nesta lista de prioridades, os EUA se comprometiam a entregar o material a elas destinado até julho de 1943. Uma segunda lista, de unidades em segundo nível de importância também deveria ser elaborada, e nesse caso a previsão de entrega dos materiais seria para janeiro de 1944. Todos os fornecimentos seriam realizados em linha com o que estipulava o Acordo de 1942, ou seja, seriam fornecidos pelo sistema de lend-lease.

Entretanto, no decorrer das negociações, um fato novo interveniente ocorreria: o norte e noroeste da África já estavam, em fins de 1942, sob o controle das tropas norte-americanas. Isso implicava numa mudança de posição estratégica dos EUA em relação ao Brasil, pois, ao desaparecer a ameaça de uma invasão do Eixo na costa

nordeste do nosso país, não se justificaria mais a organização da força, no nível que vinha sendo negociado (um Corpo de Exército). Isso deixaria o Brasil relegado ao papel de provedor de território para bases aéreas e navais dos EUA no Atlântico Sul.

Segundo as palavras do General Leitão de Carvalho: “Seríamos um beligerante meramente simbólico, situação que nos confundiria com o geral das nações americanas, às quais a guerra não acarretara tão grandes prejuízos” (CARVALHO, 1952, p. 270-271).

3.4 Mudança de planos

O Estado-Maior do Exército (EME) passou então a trabalhar com a ideia de que se buscasse uma negociação no sentido de que o Corpo de Exército do Nordeste, uma vez equipado e organizado conforme a doutrina norte-americana, pudesse ser empregado fora do território nacional, em apoio ao esforço de guerra aliado. De posse dessa orientação, a delegação brasileira no CMDBEU passou a iniciar as tratativas que viabilizassem essa possibilidade de emprego extraterritorial do nosso Exército. No modelo de Resolução, foi inicialmente proposta pela parte brasileira a inclusão do seguinte item:

A situação estratégica atual indica que a capacidade ofensiva do Eixo, no Atlântico Sul, se limitará a operações de submarinos e de forças aéreas e navais. Não obstante, as forças brasileiras no Nordeste devem ser aumentadas, até completar-se o mínimo previsto de três Divisões, que uma vez organizadas e dotadas de todos os meios para o combate, serão aptas para combater em outras operações, em colaboração com as forças norte-americanas, segundo decidir o governo brasileiro (CARVALHO, 1952, p. 271)

O texto final, aprovado pelas partes, acabou sendo um pouco distinto, mas no mesmo sentido:

Considerando que os dados e informações constantes deste documento dão ideia aproximada, não só das necessidades essenciais a atender, a fim de que a defesa do nordeste do Brasil tenha organização eficaz, mas também correspondem à organização de uma força disponível, localizada em região favorável aso deslocamentos, para ações contra o Eixo em outros Teatros de Operações. (CARVALHO, 1952, p. 272)

A Resolução Nr 14 foi assinada nestes termos, com a ressalva de que os prazos ali estabelecidos ficariam subordinados às possibilidades do *Munitions Assignment Board* (Comitê de Atribuição de Munições) dos EUA, que seria a autoridade última para confirmação da disponibilidade de itens completos e suprimentos e definição de datas de entrega. A prioridade seria sempre estabelecida para fornecimentos destina-

dos às nações aliadas, cujas tropas fossem empregadas no TO Europeu.

A delegação brasileira na CMDBEU passou a redigir uma minuta de uma nova Resolução, que viria a ser a de número 16, na qual se apresentavam as possibilidades de emprego extraterritorial do Exército Brasileiro, tratando pela primeira vez da criação de um “Corpo Expedicionário”. Tal minuta foi encaminhada para o Brasil e aprovada pelo Presidente Getúlio Vargas. Nascia ali o sonho que viria a se concretizar com a FEB.

Ao comunicar a posição do governo brasileiro à parte norte-americana, logo tal decisão foi levada ao conhecimento do Chefe do Estado-Maior do Exército dos EUA, General Marshall, que imediatamente convidou o General Leitão de Carvalho para uma audiência.

Na ocasião, o líder militar norte-americano, grande responsável pela incrível mobilização das forças militares dos EUA para a guerra, recomendara: “só há duas dificuldades a vencer para levar a efeito essa importante decisão do governo brasileiro: material e transporte, sobretudo transporte” (CARVALHO, 1952, p. 294).

Experiente que era, o General Marshal já visualizava que a logística seria o fator crítico de sucesso para a viabilização da empreitada para a qual nosso Exército bravamente se candidatava.

3.5 O Surgimento da ideia de uma Força Expedicionária

Por orientação do EME, o General Leitão de Carvalho passou a trabalhar com o planejamento de uma Força Expedicionária valor Corpo de Exército (C Ex), integrada por duas Divisões de Infantaria e uma Divisão Blindada, assim como de um Grupo de Aviação, esta última inicialmente designada como Força Aérea de Cooperação (CARVALHO, 1952, p. 295).

Os estudos básicos para a estruturação do C Ex foram conduzidos pessoalmente pelos Generais Ord e Leitão de Carvalho, assessorados pelos Coronéis Kenneth Hartford (EUA) e Sayão Cardoso (Brasil). Mas logo de início a parte norte-americana vetou a possibilidade de uma Divisão Blindada, mantendo o C Ex integrado por três Divisões de Infantaria e seus elementos orgânicos. A decisão pelo emprego do quadro de organização norte-americano caberia à parte brasileira, e o Exército dos EUA se comprometia a apoiar o treinamento dos quadros para a incorporação da nova doutrina (ibid).

No que se refere à dotação de material, inicialmente se trabalhou com a ideia de que todo o material para o C Ex e para a Força Aérea de Cooperação seriam fornecidos pelo governo dos EUA, podendo as peças de equipamento individual virem a ser fornecidas pelo governo brasileiro. Caberia também aos EUA manter as linhas de comunicações e de abastecimento destinadas à força brasileira em operações (ibid, p. 296).

Aspectos mais específicos também foram desde então definidos, e ficou acordado que seria mantida sob jurisdição brasileira as questões de justiça militar, de disciplina, de pagamento de pessoal, assim como sobre os prisioneiros de guerra que viessem a fazer (ibid).

Até então, a CMDBEU trabalhava com base na diretriz estabelecida pela Resolução Nr 14, na qual todo o Corpo de Exército seria proveniente do Nordeste (Recife, Natal e Campina Grande). Entretanto, no Brasil já se trabalhava com uma decisão do Ministro da Guerra, General Dutra, de acordo com a qual as Divisões a serem criadas possuiriam uma nova distribuição: apenas uma seria organizada no Nordeste, ficando as demais a serem mobilizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, e que isso deveria ser feito de forma escalonada, não simultaneamente. Neste sentido, a intenção do Ministro da Guerra era no sentido de que a primeira Divisão a ser enviada para o exterior seria a do Rio de Janeiro.

As diretrizes do Ministro também estabeleciam que a organização da força seguiria o padrão norte-americano. No que se refere ao transporte da tropa para o TO, este deveria ficar a cargo dos EUA. Os suprimentos em material e víveres seriam igualmente a cargo dos norte-americanos, com exceção dos uniformes, plaquetas de identificação e “tudo mais quanto o Brasil pudesse fornecer” (ibid, p. 301), expressão que deixava margem à muitas dúvidas.

Com relação ao treinamento, deveriam ser iniciadas as tratativas para que oficiais do EB fossem enviados para centros de instrução nos EUA, assim como de oficiais dos EUA para colaborar com o treinamento da tropa brasileira. Também se visualizou como necessária a presença no Brasil de especialistas norte-americanos para auxiliar no recebimento e distribuição dos equipamentos e suprimentos que viriam para nosso território. Ficou estabelecido um prazo de nove a doze meses para a organização e adestramento de cada Divisão, a contar do recebimento do material para execução do treinamento.

Sobre a questão do fornecimento antecipado de equipamentos, os norte-americanos consideravam o fornecimento para o território brasileiro de apenas 50% do material de uma Divisão, destinado exclusivamente à instrução do C Ex. Não se justificava, para os pragmáticos norte-americanos, manter inertes, num continente distante, armamentos e equipamentos tão necessários para guerra em andamento.

Também isso se devia às implicações logísticas de transporte, pois todas as Divisões a serem enviadas para o TO designado seguiriam apenas com os equipamentos individuais dos combatentes, sem armamentos ou qualquer outro equipamento, tal qual se verificava no procedimento adotado pelas próprias tropas dos EUA. Isso reduzia significativamente o “transporte para a retaguarda” e a “cauda logística”. Somente no TO é que as tropas seriam armadas e equipadas, inclusive no que se refere ao recebimento dos capacetes de aço do modelo norte-americano. Ressalta-se que, a esta altura, o TO onde a tropa brasileira poderia ser empregada sequer havia sido discutido, mas se especulava que poderia ser o do Norte da África.

Todas esses aspectos, longamente negociados, passaram a compor a Resolução Nr 16, aprovada apenas em 21 agosto de 1943. Mas nesse momento, uma nova resolução, a de Nr 17, já estaria sendo negociada. Nela, aspectos mais detalhados estariam sendo definidos, de forma a não deixar dúvida sobre qualquer ponto.

A Resolução Nr 17 recebeu o título de “Regras Gerais para a Colaboração das Forças Brasileiras com o Exército Norte-Americano em Teatros de Operações Extracontinentais”, e nela podemos destacar os seguintes pontos:

- A colaboração inicial do Brasil seria de um C Ex, a 3 Divisões de Infantaria e elementos do Corpo, com organização semelhante à dos corpos norte-americanos, e de uma Força Aérea de Cooperação (que viria a ser nosso 1º Grupo de Aviação de Caça – 1º G Av);
- O Corpo de Exército terá comando brasileiro e será empregada em conjunto. Em situações excepcionais, uma Divisão de Infantaria brasileira pode ser incluída sob o comando de um Corpo norte-americano;
- O material destinado a equipar a FEB seria fornecido na região de primeiro destino no TO, à conta dos créditos de lend-lease. As substituições de itens completos no TO seriam realizadas à conta do Exército dos EUA;
- Os artigos de subsistência e demais suprimentos seriam fornecidos pelo Exército dos EUA, também à conta dos créditos de lend-lease. Entretanto, ficou acertado que gêneros alimentícios da culinária brasileira poderiam ser fornecidos pelo Brasil (arroz, feijão, carne seca, farinha de mandioca etc.), condicionados à disponibilidade de transporte pelos EUA;
- O pessoal da FEB ficaria sujeito às regras, regulamentos e códigos da Justiça Militar brasileira;
- O pessoal brasileiro ficaria sujeito à todas as disposições do Serviço de Polícia Militar estabelecidas pelos comandos norte-americanos para as diferentes zonas de combate;
- O pagamento da tropa seria em dólares, ou na moeda eventualmente adotada pelos EUA na mesma zona (no caso da Itália o pagamento era realizado em Liras, emitidas pelo próprio comando do TO) (Figura 3). Os fundos necessários seriam fornecidos pelo Finance Department do Exército dos EUA, a serem reembolsados, nos Estados Unidos, pelo Escritório da Delegacia do Tesouro Nacional do Brasil, localizado em Nova Iorque;

Figura 3 – Nota de 10 Liras, emitida pelo Comando do TO aliado na Itália



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

- Com relação aos prisioneiros de guerra e ao material capturado, ficou definido que ficariam sujeitos às regras em vigor entre os Exércitos dos EUA, da França e do Reino Unido; e
- Todo material e equipamentos entregues às forças brasileiras no TO acompanharão as tropas brasileiras, devidamente mantidos, no seu retorno ao Brasil.

3.6 A criação da FEB

Entretanto, os destinos da guerra conspiravam para o envio da FEB para a Itália, integrada por uma única Divisão de Infantaria. E isso decorreu do planejamento aliado, que passou a prever a abertura de uma nova frente de combate no Sul da França, por meio de uma Operação que ficou conhecida como “Dragão”. Em virtude dos preparativos para essa operação, houve a necessidade do deslocamento de tropas francesas que integravam o TO da Itália para essa nova frente, e isto estava previsto para o mês de agosto de 1944. Em consequência, surgiu a necessidade imediata de uma nova Divisão de Infantaria para ocupar os setores da frente italiana, onde até então se desdobravam os franceses.

Em decorrência dessa condicionante, a partir de dezembro de 1943 passou a ser discutido o envio de uma Divisão de Infantaria da FEB para integrar o 5º Exército dos EUA, o que deveria ocorrer, no mais tardar, em julho de 1944.

Mas todos os planejamentos e coordenações realizadas pela CMDBEU, após quase dois anos de intensos trabalhos, já haviam rendido seus frutos e viabilizavam a adoção desse passo inédito para o Exército Brasileiro de forma bastante rápida, qual seja, o envio de um contingente brasileiro para um teatro de operações extra-continental.

A logística estratégica tinha atuado e cumprido o seu papel, por meio da CMDBEU. Era chegada a hora da logística operacional assumir o bastão.

E a Cobra iria fumar.

4. A Logística Operacional

No nível operacional, a logística deve cooperar com o estabelecimento e a sustentação da cadeia logística na área de responsabilidade de um comando operacional ativado. Vincula as necessidades táticas às capacidades estratégicas, visando ao cumprimento dos planos operacionais e à geração de poder de combate.

O planejamento da logística no nível estratégico, como vimos, impôs uma série de condicionantes para a estruturação da logística operacional.

4.1 A organização logística da FEB

Uma Divisão de Infantaria, conforme o modelo norte-americano, deveria incluir as chamadas “tropas especiais”, que enquadrariam as unidades logísticas, tais

como a Companhia Leve de Manutenção, a Companhia de Intendência, o Destacamento de Saúde, o Pelotão de Polícia e uma Banda de Música (CAMPOS, 1970, p. 25).

Mas estas unidades da Tropa Especial (não confundir com o Serviço Especial-Recreação, que trataremos em detalhes mais à frente) seriam as responsáveis apenas pela logística no nível tático. A coordenação e execução da logística no nível operacional demandaria meios adicionais, muito relevantes.

Como vimos, a logística operacional impõe a existência de uma estrutura que será responsável pela coordenação de toda a logística para apoio à Força Terrestre num TO, e que também será responsável pelo planejamento do apoio logístico, por meio da elaboração de uma estimativa detalhada dos meios, quantidades, corretas especificações e respectivas estimativas de consumo por período, para viabilizar as ações operacionais e táticas prevista.

Daí surgiu a necessidade da estruturação na FEB de um Estado-Maior Especial e de um Comando de Órgãos Não-Divisionários, que funcionariam como um Comando Logístico do TO, se considerarmos a doutrina atualmente adotada no EB. Também subordinado diretamente ao Comandante da FEB estaria um Conselho Superior de Justiça Militar, responsável por julgar os crimes militares.

Segundo Campos (1970, p. 24), o Estado-Maior Especial da FEB seria composto pelas Chefias dos seguintes Serviços:

- Material Bélico;
- Intendência;
- Saúde;
- Engenharia;
- Transmissões;
- Guerra Química;
- Fundos;
- Polícia; e
- Especial-Recreação.

Estas chefias de serviços eram as responsáveis por planejar e coordenar as atividades da logística tática em apoio às operações da FEB.

Já os Órgãos Não-Divisionários seriam um conjunto de unidades logísticas não integrantes da estrutura do nível tático, e incluíam um Depósito de Pessoal, um Correio Regulador, um Depósito de Intendência, um Serviço de Saúde, três Postos Reguladores, uma Pagadoria Fixa e uma Agência do Banco do Brasil. Posteriormente à chegada da FEB à Itália, sentiu-se a necessidade de criar um Comando e um Estado-Maior dos Órgãos Não-Divisionários (CAMPOS, 1970, p. 25).

Coordenando todas essas estruturas e realizando a ligação com os comandos aliados superiores se encontrava a 4ª Seção do Estado-Maior Geral da FEB (denominada G4 pela doutrina norte-americana). Sua estrutura era extremamente pesada, devido à quantidade de assuntos a ela ligados. Segundo Campos (1970, p. 26), a 4ª Seção (ou G4) era constituída por uma Chefia; uma Seção de Suprimento; uma Seção de Transportes, Circulação e Trânsito; e uma Seção de Manutenção, Evacuação e Emprego.

A Chefia era ocupada por um Tenente Coronel, e ficava responsável pelo planejamento do Estado-Maior, coordenação dos serviços do Estado-Maior Especial, coordenação das Seções do G4, ligações com o escalão superior e a realização de inspeções e da fiscalização.

A Seção de Suprimento, por sua vez, era responsável pelas tabelas de dotação, coordenação do recebimento e distribuição de material, instalações de órgãos para serviços, processamento do material inimigo capturado, novos tipos de uniformes e equipamentos, relatórios de materiais em uso e em estoque, consumos diversos, pedidos de materiais e suprimentos, elaboração de estimativas logísticas.

A Seção de Transportes, Circulação e Trânsito era responsável pelo controle do movimento, missões de transporte, proteção dos eixos de suprimento, elaboração das cartas de circulação, fiscalização de planos de transporte e elaboração de ordens de serviço.

Finalmente, a Seção de Manutenção, Evacuação e Emprego era responsável pelo desdobramento logístico, elaboração do Plano de Operações Logísticas, estabelecimento de limites em profundidade, atualização da carta da situação tática e logística, arquivo e diário do G4, coordenação da manutenção de material e da evacuação de materiais, pessoas e animais.

Cada Seção do G4 era chefiada por um oficial superior adjunto, no posto de Major.

4.2 A operacionalização da FEB

Em 9 de agosto de 1943 a FEB fora oficialmente criada, por meio da Portaria Ministerial nº 4.744. No mesmo dia, o Chefe do EME expediu uma consulta por meio de um radiograma ao General Mascarenhas de Moraes, oferecendo a ele o comando da FEB:

Consulto prezado camarada se aceita comando de uma das Divisões que constituirão Corpo Expedicionário PT impõe-se resposta urgente porque caso afirmativo fará estágio Estados Unidos PT (CAMPOS, 1970, p. 22)

Uma das razões pela escolha do General Mascarenhas de Moraes era sua recente experiência como Comandante da 7ª Região Militar. E já no dia seguinte o General Mascarenhas respondia positivamente ao convite.

É importante contextualizar que nessa época estava ocorrendo a fase final de negociação com os norte-americanos para a aprovação da Resolução Nr 16 (aprova da somente em 21 agosto de 1943) que previa que se criasse um C Ex a três Divisões de Infantaria para emprego em algum TO extracontinental, ainda não definido.

Fica claro que a intenção do Chefe do EME já seria, desde essa época, que uma das Divisões seria organizada no Rio de Janeiro, pois ao General Mascarenhas foi determinado que estabelecesse seu QG provisório no Quartel-General do Exército. Cumprindo tal determinação, o General Mascarenhas de Moraes iniciou seus

trabalhos em um conjunto de salas disponibilizadas no Departamento de Material Bélico do Exército.

O General Mascarenhas de Moraes pode ali organizar seu Estado-Maior, convidando militares com quem já tinha conhecimento, e recebendo alguns que já retornavam do Curso de Comando e Estado-Maior do Exército Norte-Americano, tais como os Tenente Coronéis Castelo Branco e Amaury Kruel. O primeiro foi designado para a chefia da 3ª Seção e o segundo para a chefia da 2ª Seção do EMG. O Major Senna Campos foi designado para a Chefia da 4ª Seção (Figura 4), e somente em dezembro, ele foi promovido ao posto de Tenente Coronel (CAMPOS, 1970, p. 23).

Figura 4 – Tenente Coronel Senna Campos (centro), com auxiliares diretos



Fonte: CAMPOS, 1970, p. 61

Assim que a estrutura do Estado-Maior da FEB se tornara mais robusta, foi necessário mudar sua sede para instalações cedidas pelo Colégio Militar do Rio de Janeiro, na Rua São Francisco Xavier (ibid, p. 30).

Em dezembro de 1943, em decorrência da já citada retirada das tropas francesas da Itália, foi organizada uma visita ao Teatro de Operações do Mediterrâneo, que teve como objetivo conhecer instalações norte-americanas desdobradas no Norte da África e na península italiana, assim como estabelecer contato com seus futuros comandos diretos, qual sejam, os Comandos do 5º Exército (este sob o comando do General Mark Clark) e do 4º Corpo de Exército (este comandado pelo General Willis Crittenger) (Figura 5).

Figura 5 – Comitativa brasileira em visita ao TO Mediterrâneo



Fonte: CAMPOS, 1970, p. 44

A comitiva brasileira, chefiada pelo General Mascarenhas de Moraes, integrada por todo o seu Estado-Maior, se deslocou por via aérea, tendo feito escalas no Senegal (Dacar), Casablanca e Argel, onde visitaram centros de treinamento de tropas aliadas, instalações logísticas e hospitais militares, tendo seu destino direcionado para a cidade italiana de Nápoles, onde se localizava o QG do General Mark Clark. Por ocasião da visita, a comitiva esteve na linha de frente, onde tiveram a oportunidade de acompanhar ações reais de combate.

Foram constatados diversos pontos de atenção no que se refere à logística (CAMPOS, 1970, p. 57):

- O cardápio fornecido pela logística norte-americana para as tropas era bastante diverso do que estavam acostumados os brasileiros, o que poderia a se constituir num problema para o moral da tropa;
- A visita foi realizada em pleno inverno, e ficou patente a inadequação dos uniformes utilizados pelo EB;
- As unidades norte-americanas possuíam cantinas em plena zona de combate, onde os soldados americanos podiam adquirir itens de uso pessoal, estrutura que não existia em nossas unidades;
- Os soldados recebiam pagamentos “na boca do caixa”, mesmo na zona de combate, o que demandava a estruturação na FEB de uma seção financeira muito bem-organizada;
- O aprestamento da tropa precisaria ser muito bem conduzido para o transporte além-mar, e para isso precisariam ser organizados destacamentos precursoros, assim como estabelecidas normas e padronização dos fardos individuais de combate, de bagagem, e dos fardos coletivos, tudo perfeitamente identificado e relacionado em manifestos de embarque;

De posse das experiências observadas na visita, a comitiva retornava, também por via aérea, e depois de longas escalas e 77 horas de voo, o grupo pousava no Rio de Janeiro no dia 30 de dezembro de 1943.

Era a hora de arregaçar as mangas e realizar os preparativos finais para a organização e o embarque da FEB.

4.3 A logística operacional no preparo da FEB

A vista de uma comitiva brasileira ao TO do Mediterrâneo se mostrou essencial para orientar a preparação da FEB. Em decorrência das observações sobre aspectos logísticos já relatados durante a visita, o Chefe da 4ª Seção, Tenente Coronel Senna Campos, concluiu pela necessidade de organização de uma estrutura de unidade logísticas no Brasil para apoio a FEB na Itália, particularmente dos itens que caberia ao Brasil o fornecimento (uniformes e gêneros alimentícios do cardápio brasileiro).

Tais itens de suprimento constituíam encargos da Diretoria de Intendência do Departamento-Geral de Serviços, que deveria organizar o mais breve possível a obtenção de inúmeros itens para um efetivo estimado em mais de 25 mil militares, tais como, fardamento, coturnos (borzeguins), cintos de guarnição com acessórios, sacos de campanha, marmitas, cantis, canecos, talheres, e mesmo alguns itens de estacionamento, como bancos de lona, toldos, mesas de campanha e barracas.

Os Depósitos de Material de Intendência e de Subsistência, localizados no Rio de Janeiro, receberam o encargo de órgãos provedores da FEB, seja enquanto ela estivesse em organização no Brasil, seja depois, quando já estivesse em operações de guerra na Itália.

O tempo disponível era mínimo, pois em cerca de seis meses a tropa já deveria estar embarcando para o TO. A Diretoria de Intendência elaborou um plano de uniformes da FEB, que acabou ficando apelidado pela tropa de “Zé Carioca” (Figura 6).

Figura 6 – Uniforme de Campanha da FEB (Zé Carioca)



Fonte: <https://abrir.link/lbTKs>

Apesar dos diversos dados levantados no reconhecimento, a execução do plano de uniformes da FEB se mostrou bastante problemática, seja devido a problemas no processo de aquisição dos uniformes, mas também, devido à falta de especificações claras para sua confecção.

Segundo Campos (1970, p. 58):

A economia, que deixou de observar o conceito judicioso dos recursos, mas simplesmente ao preço baixo de custo, e em consequência, à entrega de material inferior e mal confeccionado, deu origem a problemas inadmissíveis no campo de batalha, e que somente puderam ser resolvidos com o apoio da logística norte-americana. Novos tipos de uniformes e peças solicitadas com base no relatório da visita ao TO não foram fornecidos, e somente puderam ser obtidos na Itália.

O fato é que a FEB acabou partindo para a Itália com uniformes inadequados ao clima que encontrariam a partir de agosto de 1944. Outro aspecto que deixou de ser considerado foi a cor utilizada no uniforme de campanha, que ao adotar o tradicional tom verde oliva, acabou levando nossa tropa a ser muitas vezes se confundia com o das tropas alemãs, que também se utilizavam de uniforme de mesmo tom (ZARY; DE ARAÚJO, 2019, p. 49).

Como consequência, um Plano de Uniformes específico para as necessidades da FEB só foi publicado por obra do Serviço de Intendência da FEB, em de outubro de 1944, já observando os padrões norte-americanos. Um caderno de encargos de material de intendência também foi preparado, contendo especificações técnicas de produção dos fardamentos e equipamentos para a FEB.

Segundo Zary e De Araújo (2019), tais normativas somente chegaram ao Brasil depois que a FEB estava na Itália, quando a necessidade já impusera que nosso contingente se socorresse na cadeia de suprimento dos EUA, o qual forneceu alguns itens básicos. Um exemplo foram os calçados. A tropa do 1º escalão da FEB havia recebido borzeguins (que era um coturno de cano curto, em uso no Brasil, complementado por caneleiras de lona), que já nos primeiros treinamentos e marchas em solo italiano começaram a desprezar suas solas. Ao tomar conhecimento do ocorrido, o comando norte-americano considerou isso um fato grave e determinou o imediato fornecimento de 5.000 coturnos de seus estoques para a tropa brasileira. Mas ao realizar o pedido ao depósito norte-americano, um novo problema foi constatado, qual seja, a numeração diferente adotada nos EUA. Com isso, a maioria dos pracinhas acabou recebendo calçados com numeração maior, o que muitas vezes só foi compensado com o uso de grossas meias de lã, também fornecidas pelos norte-americanos.

Um problema que restava era de ordem organizacional, pois a estrutura divisionária norte-americana somente previa a existência de apenas três cargos de oficial general: o Comandante da Divisão, o Comandante da Infantaria Divisionária (que acumulava o cargo de Subcomandante da Divisão) e o Comandante da Artilharia Divisionária.

O General Zenóbio da Costa foi designado para o comando da Infantaria Divisionária e o General Cordeiro de Farias para o comando da Artilharia Divisionária. No entanto, a FEB possuía a peculiaridade de ser um núcleo de Corpo de Exército, sendo integrada inicialmente apenas pela 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE), mas também por diversos “órgãos-não-divisionários”, conforme previsto na Portaria de criação da Força.

Em decorrência desse grande número de unidades que não estavam enquadradas na 1ª DIE, o General Mascarenhas de Moraes designou o General Olímpio Falconière da Cunha para integrar a FEB, e este somente pode se apresentar no Rio de Janeiro em 17 de julho de 1944. Ali permaneceu inicialmente sem nenhuma função específica, por falta de claro e ainda sem maiores orientações do Comandante da FEB.

É interessante lembrar que o 1º Escalão da FEB já se encontrava na Itália desde o dia 16, e que o General Mascarenhas de Moraes havia seguido juntamente com a tropa. Neste sentido, Falconière permaneceu no Rio de Janeiro, ao lado do General Cordeiro de Farias, este último responsável por organizar os 2º e 3º Escalões.

Somente na Itália, em 20 de outubro de 1944, o General Mascarenhas de Moraes veio a designar oficialmente o General Falconière para uma função, qual seja, a de Inspetor-Geral da FEB. E a decisão decorreu da constatação de que o volume de encargos da logística operacional num TO era enorme, e nesse sentido, o General Mascarenhas de Moraes decidiu criar o cargo de Comandante do Órgãos Não-Divisionários, assim como de um Estado-Maior específico. Suas funções consistiam em resolver os problemas da retaguarda, principalmente no que se refere às questões logísticas, como reacompanhamento, hospitalização, correios, fundos, transporte, recreação, serviço de polícia, prisioneiros de guerra etc. Mas também ficou Falconière responsável por conduzir todas as questões de relacionamento com autoridades militares norte-americanas e italianas, assim como os assuntos civis.

4.4 A logística operacional no emprego da FEB

Ao desembarcar no Porto de Nápoles, no dia 16 de julho de 1944, o 1º Escalão da FEB trazia consigo suas capacidades logísticas orgânicas, caracterizadas por elementos dos Órgãos Não-Divisionários (logística operacional) e da Tropa Especial (logística tática).

Dos Órgãos Não-Divisionários, chegavam ao TO as seguintes unidades:

- Correio Regulador;
- Depósito de Intendência, transportando a reserva orgânica de suprimentos sob a responsabilidade do Brasil (itens específicos de subsistência da culinária brasileira, itens de fardamento e equipamento individual e itens de estacionamento);
- Pagadoria Fixa;
- Correspondentes de Guerra;
- Elementos do Serviço de Saúde;
- Agência do Banco do Brasil; e
- Elementos da Justiça Militar.

Da Tropa Especial, integravam o 1º Escalão da FEB as seguintes unidades:

- Elementos do Batalhão de Saúde (Seção de Comando, Companhia de Evacuação e Pelotão de Tratamento);
- Companhia Leve de Manutenção;
- Elementos da Companhia de Intendência (Seção de Comando, Pelotão de Transportes e Pelotão de Serviços).

Imediatamente após autorizado o desembarque, as unidades logísticas iniciaram seus trabalhos, seja na coordenação do transporte do pessoal em viaturas disponibilizadas para tal, seja na preparação do desembarque da carga nos porões do Navio General Mann. O destino da tropa seria a um local de estacionamento organizado na localidade de Tarquínia, distante cerca de 315 km de Nápoles. O deslocamento a partir de Nápoles seria realizado em viaturas de 2 ½ toneladas até a estação ferroviária local, e de lá de trem até Tarquínia.

O recebimento do equipamento do 1º Escalão foi imediatamente iniciado, tendo coordenado a atividade a nossa Companhia Leve de Manutenção, assessorada por elementos de uma unidade norte-americana. A atividade foi realizada com grande sucesso, tendo sido recebido todo o armamento individual e coletivo, destinado ao efetivo previsto no escalão, assim como 400 viaturas de diversas tonelagens. Elementos do Batalhão de Engenharia e da Companhia de Transmissões também receberam todo os equipamentos específicos.

A tropa permaneceu ali em adestramento até o dia 15 de agosto, quando foi recebida uma ordem para deslocamento de cerca de 200 km, para a localidade de Vada, próximo à cidade de Livorno. As instalações dos Órgãos Não-Divisionários foram desdobradas na localidade de Civitavéquia.

Pela primeira vez um deslocamento foi realizado por conta exclusiva da FEB, utilizando as 400 viaturas recebidas. Entretanto, a ordem previa um deslocamento noturno, a partir das 21:00. Metade das viaturas seguiria na noite do dia 17, e a outra metade na noite de 18 de agosto. A previsão é que a distância fosse percorrida em 7 horas de deslocamento sob escurecimento de faróis, a uma velocidade de 30 km/h. A falta de experiência de todos os envolvidos, sejam os motoristas, sejam os militares responsáveis por planejar o deslocamento se mostrou desastrosa, resultando em acidentes no percurso que levaram a mais de 20 feridos e a morte de um motorista, nossa primeira baixa no TO.

Segundo o relato do Chefe da 4ª Seção (CAMPOS, 1970, p. 84-85), esta desastrosa operação revelou que regras básicas foram negligenciadas, tal como viaturas sendo dirigidas por pessoal não habilitado, desconhecimento de regras de marcha em comboio noturno, inexistência de altos, inexistência de uma Ordem de Deslocamento, Pontos de Controle de Tráfego, e mesmo o desconhecimento do itinerário.

Algumas viaturas do 6º RI, que estavam em cerra fila do comboio, perderam a entrada da localidade de Vada e chegaram próximo à linha de contato no setor do Arno, somente retraindo ao perceberem fogos inimigos (ibid).

Mas apesar de todas as dificuldades e contratempos, o 1º. Escalão logrou chegar ao seu destino no prazo determinado.

No que se refere às instalações logísticas, os depósitos de subsistência e de material reembolsável foram transferidos de Civitavéquia para Vada, mas o Depósito de Material de Intendência permaneceu em sua localização inicial. Os depósitos norte-americanos das Classes I (subsistência), II (material de intenção) e III (combustíveis, óleos e lubrificantes), que apoiariam a tropa da FEB estavam localizados em Cécina.

A estada em Vada foi mais prologada, o que permitiu que a 4ª Seção do Estado-Maior aproveitasse as experiências e ensinamentos colhidos até então para corrigir rumos. Uma das primeiras medidas foi a elaboração de um Manual de Controle de Tráfego, com base na tradução do manual correspondente do Exército dos EUA. Um extrato desse manual foi entregue a todos os motoristas e instruções foram realizadas para nivelamento de conhecimentos.

Com a chegada do 2º e 3º. Escalões da FEB, novamente a logística precisou se ajustar. O desembarque foi realizado mais uma vez em Nápoles, mas desta vez, o transporte para o local de estacionamento foi realizado por meio de 60 embarcações de desembarque norte-americanas, denominadas LCI (Landing Craft, Infantry). Junto à tropa, nova remessa de suprimentos destinados à FEB chegara à Itália, desta vez em grande volume, o que demandou uma operação logística de transporte que durou sete dias e sete noites, ininterruptas.

Logo foi iniciado o recebimento do material restante da FEB, mas desta vez, devido ao volume maior de material, e a inexistência de determinados itens em estoque nos depósitos norte-americanos, esta nova operação logística demorou 35 dias.

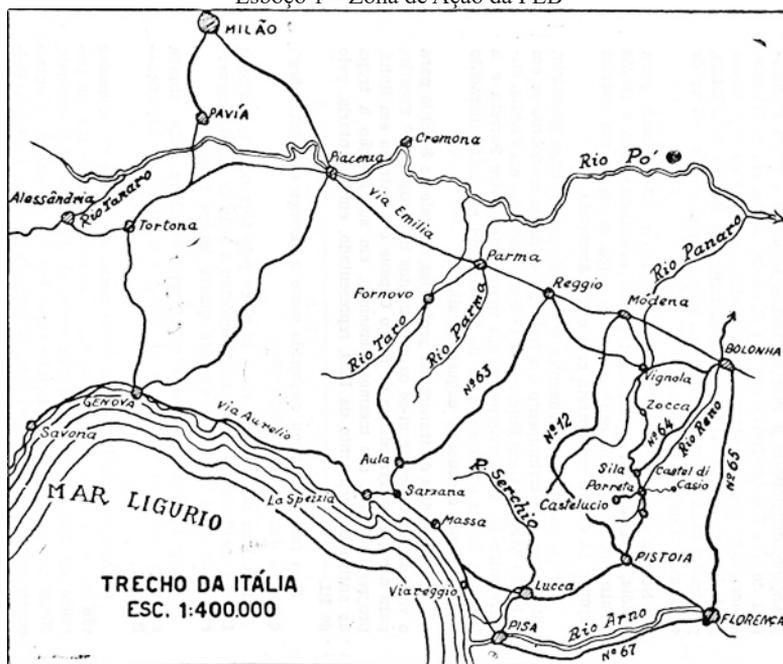
Nesta fase houve uma manobra para mudança no dispositivo logístico da FEB, e todos os Órgãos-Não Divisionários se concentraram na região de Livorno.

5. A Logística Tática na FEB

Como vimos, a logística no nível tático compreende a sincronização de todas as atividades necessárias para sustentar uma Força em operações. A sua efetividade está relacionada à capacidade de proporcionar o apoio logístico adequado às forças desdobradas no momento e local oportunos. Atuam nesse nível unidades e subunidades especializadas, que viabilizam a execução das diferentes funções logísticas de pessoal ou material.

Diversas instalações logísticas brasileiras foram desdobradas na zona de ação da FEB, que pode ser observado no esboço elaborado pela 4ª Seção, onde aparecem também as principais estradas empregadas para nosso transporte logístico (Esboço 1).

Esboço 1 – Zona de Ação da FEB



Fonte: CAMPOS, 1970.

Vejamos como a logística tática foi executada em apoio às operações da FEB, de acordo com atividades realizadas em cada função de apoio logístico, distribuídas pelas diversas chefias de serviço estabelecidas na organização da força. Para fins desse trabalho, abordaremos somente as atividades dos Serviços de Material Bélico, Intendência, Saúde, Transporte e Especial (Recreação).

5.1 Atividades a cargo do Serviço de Material Bélico

O Serviço de Material Bélico (SMB) era chefiado pelo Tenente Coronel Luiz Braga Mury (CAMPOS, 1970, p. 129). O serviço planejava e coordenava as funções logísticas de suprimento e manutenção de material bélico, inclusive de todos os itens de classe V, ou seja, peças de reparação de viaturas, armamento e instrumentos óticos, mas principalmente, de munições.

Suas atividades no TO se iniciaram muito antes do emprego da tropa, pois a tarefa de receber, processar e distribuir todo o material da FEB foi uma tarefa hercúlea, tendo exigido um regime de trabalho 24/7 durante mais de 30 dias ininterruptos, sem a possibilidade de repouso. Muitos dos materiais, inclusive a maioria das viaturas, foram entregues pelos depósitos norte-americanos desmontadas e precisavam ser montadas, testadas em provas técnicas, para somente então poderem ser entregues à tropa. Outros equipamentos eram desconhecidos pelo nosso pessoal de manutenção e foi preciso realizar capacitação, com o apoio de elementos de manutenção do Exército dos EUA.

Após a conclusão da distribuição do material para os novos escalões da FEB, imediatamente foi necessário que o SMB atuasse para a instrução dos operadores quando a tropa ainda estava em área de estacionamento. Como vimos, ao serem entregues as viaturas, motoristas inexperientes as danificavam em acidentes ou mau uso, o que sobrecarregava a Companhia Leve de Manutenção (ibid). Nessa etapa foi essencial que instruções e recomendações fossem elaboradas e difundidas, resumindo aspectos mais importantes de manuais técnicos e de operação das viaturas e de todos os demais equipamentos. De maneira geral, a manutenção preventiva era descuidada pelas unidades, pouco acostumadas ao emprego de tropas motorizadas.

Quando a 1ª DIE iniciou suas operações no Vale do Rio Reno, a situação do fornecimento de munições e peças de armamento era completamente desfavorável no TO do Mediterrâneo, uma vez que a prioridade estava atribuída ao 7º Exército, que havia invadido o sul da França (ibid). O SMB teve que realizar um acompanhamento muito rigoroso do consumo de munições e dos estoques existentes nas unidades em combate. Práticas tinham que ser combatidas, algumas muito comuns em nossas tropas até os dias de hoje, particularmente a de organizar “caixas baixas” todas as vezes que surgem dificuldades de fornecimento de algum item, pois não era recomendável manter estoques não contabilizados e sem uso. A coordenação entre a 3ª e a 4ª Seções do EMG foi essencial para que se estabelecesse uma disciplina muito rigorosa no uso de munições, particularmente se considerando a inexperiência de nossos combatentes.

Mas a criatividade de nosso pessoal da SMB conseguiu contornar muitos problemas. Segundo o relato do Tenente Coronel Senna Campos, nossos estoques foram muitas vezes abastecidos com munições abandonadas pelos depósitos norte-americanos. Como a estocagem nos Postos de Suprimento de Munição (P Sup Mun) dos EUA era realizada a céu aberto, muita coisa ficava para trás, todas as vezes que os P Sup Mun mudavam de posição, e eles passaram a ser monitorados e recolhidos por nosso pessoal (CAMPOS, 1970, p. 130).

Assim como em nossa doutrina atual, a doutrina norte-americana previa que os depósitos de munição desdobrariam os P Sup Mun para apoio às Divisões. O nosso SMB, portanto, não desdobrava tais instalações. A 1ª DIE possuía apenas Postos de Remuniciamento no nível dos Regimentos.

Um problema surgido, assim que nossa tropa entrou em combate, foram trocas ou substituições de equipamentos não autorizadas entre unidades e subunidades, assim como abandono e extravio de material de material sem controle pelos comandantes envolvidos.

O comando da FEB adotou um procedimento que era observado pelos norte-americanos, qual seja o de aplicar multas, todas as vezes que houvesse danos ao material por imperícia de motoristas e operadores. O Serviço de Polícia também aplicava multas aos motoristas que descumprissem normas de trânsito. Se o responsável fosse oficial, a multa era em dobro. Mas, mesmo assim, com multas impostas, inspeções frequentes e punições, não se conseguia coibir abusos e descasos frequentemente verificados nas unidades (ibid).

O fato é que o pátio da Companhia Leve de Manutenção estava permanentemente lotado de viaturas.

Uma das medidas adotadas foi priorizar a capacitação de motoristas no Depósito de Pessoal da FEB, que não apenas aprendiam técnicas de direção, mas, principalmente, de manutenção preventiva, e que depois estes militares eram distribuídos às unidades, o que acabou se revelando a medida mais eficaz.

O fato é que a FEB foi empregada na Itália sem um preparo mínimo indispensável no trato de seus armamentos e viaturas, o que somente foi sendo corrigido no decorrer das operações.

A maioria da tropa tinha a convicção de que a cadeia de fornecimento norte-americana era pródiga no atendimento de qualquer demanda, e que todas as despesas corriam por conta dos norte-americanos, o que estava longe de ser verdade. Como vimos ao estudar a logística estratégica, todas as entregas realizadas para a FEB eram contabilizadas metodicamente na nossa conta de *lend-lease*, diga-se de passagem, envolvendo sempre valores elevados (*ibid*, p. 131).

5.2 Atividades a cargo do Serviço de Intendência

O Serviço de Intendência (S Int) era chefiado pelo Tenente Coronel Fernando Lavaquiel Biosca (CAMPOS, 1970, p. 121). O serviço certamente destacou-se por seu esforço diuturno para alimentar, vestir, aquecer e transportar, tanto o efetivo da 1ª DIE, quanto do Depósito de Pessoal, onde permaneciam mais de 10.000 militares. Também tinha a difícil missão de processar e enterrar nossos mortos.

A partir do engajamento de todo o efetivo da 1ª DIE na linha de frente, o S Int precisou organizar muito bem uma manobra logística para realizar a distribuição de suprimentos das classes I (subsistência) e III (combustíveis, óleos e lubrificantes).

No caso dos gêneros alimentícios, o Exército dos EUA utilizava os seguintes tipos de rações (CAMPOS, 1970, p. 122):

- Ração A: Era a ração mais completa e nutritiva, composta por alimentos frescos, a serem preparados em cozinhas de campanha. Incluía carnes, vegetais, frutas e outros itens que podiam ser servidos quentes.
- Ração B: Similar à Ração A, mas composta por alimentos enlatados e secos. Era usada quando a Ração A não estava disponível, permitindo uma alimentação balanceada mesmo em condições mais difíceis.
- Ração C: Consistia em refeições enlatadas pré-cozidas, divididas em três latas por refeição (carne, vegetais e sobremesa). Era utilizada principalmente em situações de combate, quando as cozinhas de campanha não podiam ser montadas.
- Ração K: Era uma ração leve e portátil, destinada a ser usada em missões de curto prazo. Incluía itens como biscoitos, carne enlatada, chocolate, café instantâneo, chicletes e cigarros.

O S Int desdobrou um Posto Avançado de Distribuição (P Distr) de Classe I

na localidade de Le Pieve (Norte de Pistoia), que distava em média 5 km das áreas de trens de estacionamento das unidades apoiadas, e onde eram estocados 3 dias de Ração C e 2 dias de Ração B para toda a 1ª DIE. Cada Batalhão deveria estocar 1 dia de Ração C, cada Companhia 1 dia de Ração K, e finalmente, cada homem também deveria ter 1 dia de Ração K no seu bernal.

Além disso, a FEB dispunha de 15 dias de gêneros para a Ração A, inclusive os gêneros brasileiros, estocada no Depósito em Pistóia, onde funcionava um P Distr Recuado de Classe I (Figura 7), que distribuía seu estoque conforme a situação tática da tropa permitisse, sempre quando fosse possível instalar cozinhas de campanha. O P Distr Recuado de Classe I também era responsável pelo abastecimento das unidades não-divisionárias, que se localizavam nas suas proximidades. Na prática, a 1ª DIE deveria possuir, permanentemente, 8 dias de alimentação para consumo, o que garantia a segurança em caso de qualquer interrupção do fluxo de suprimento (CAMPOS, 1970, p. 126).

Figura 7 – Barraca de gêneros da Ração A, do Posto de Distribuição Recuado de Classe I (Pistoia)



Fonte: CAMPOS, 1970, p. 87

Devido a inexistência de ameaça aérea inimiga, a distribuição de Classe I era realizada durante o dia, na parte da manhã, sempre com realização da entrega de um ciclo de suprimento, que ficara definido como sendo de 3 dias.

Com relação ao suprimento Classe II, particularmente o fardamento, chama a atenção o trabalho realizado para atender as necessidades durante o rigoroso inverno europeu. A dotação estabelecida previa que cada combatente receberia 8 pares de meias de lã e 5 cobertores, assim como 4 uniformes de combate de tecido grosso (flanela) e um capote longo de lã. Nem tudo o produzido no Brasil foi de baixa qualidade: os uniformes de combate para o inverno, de flanela e de lã verde-oliva, foram produzidos aqui, e haviam sido aprovados pelos norte-americanos (Figura 8).

Figura 8 – Uniforme de Combate de Flanela, na cor verde-oliva



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Oficiais e motoristas receberam da cadeia de provimento norte-americana uma jaqueta denominada “Combat Jack”, impermeável, forrada de lã e com punhos elásticos, que não deixavam entrar o vento frio. Esta peça rapidamente entrou no agrado geral de toda a tropa e, logo, quase toda a FEB a utilizaria (Figura 9).

Figura 9 – Pracinha utilizando uma Combat Jack



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Atendendo um pedido da tropa, o S Int desenvolveu uma capa branca, destinada à camuflagem de nossa tropa em patrulhas na neve. Inexistindo nenhum tecido branco na cadeia de suprimento dos EUA, a seção de reparação de classe I do depósito de Intendência se utilizou de lençóis e lonas de barracas trazidos do Brasil, que se achavam em estoque, com os quais confeccionou as ditas capas, que tiveram grande sucesso entre nossos pracinhas (Figura 8).

Figura 10 – Patrulha da FEB utilizando capas para neve



Fonte: <https://abrir.link/lADDm>

O processo de distribuição de tantos itens mereceu uma operação logística de grande complexidade. Somente os itens de maior volume, os cobertores e os capotes, representavam a necessidade de processamento e distribuição de um total de 60.000 itens, somente para a 1ª DIE. Mas também tiveram que ser entregues aquecedores para barracas durante o rigoroso inverno, o que somado a todos os outros itens, representou um enorme esforço para o S Int (Figura 9).

Figura 11 – As barracas dos estacionamentos da FEB receberam aquecedores no inverno



Fonte: CAMERINO, 1983, p. 55

Um detalhe importante, mas pouco conhecido, foi a criação do distintivo da FEB. Após a chegada do 1º Escalão, o Gen Mascarenhas de Moraes foi se apresentar ao General Mark Clark. Na oportunidade, o nosso novo Comandante entregou aos oficiais brasileiros da comitiva o distintivo de seu Grande Comando, o 5º. Exército. Ao fazer isso, o General norte-americano confidenciou ao General Mascarenhas de Moraes que estava percebendo que a 1ª DIE seria a única das Grandes Unidades sob seu comando que não apresentava um distintivo próprio, pois o uniforme da FEB apenas apresentava um escudo com o nome Brasil, no braço esquerdo.

Segundo afirma o então Tenente Coronel Senna Campos, presente na ocasião, o Gen Clark disse ter tomado conhecimento história da “Cobra Fumando”, e que achava interessante utilizar esse motivo para distinguir a nossa tropa. Retornando ao seu QG, o General Mascarenhas de Moraes teria determinado ao seu Chefe da

4ª Seção que elaborasse um projeto de distintivo. A versão inicial seria com a cobra enrolada com duas voltas, fumando um cigarro. Após a confecção de algumas provas e considerando a ponderação de outros militares, ele substituiu o cigarro por um cachimbo e manteve a cobra com somente uma volta. O modelo foi aprovado pelo General Mascarenhas de Moraes e enviado ao Brasil, que em breve remeteria distintivos para todo o nosso contingente.

No que se refere à distribuição de combustível, esta era normalmente realizada por meios dos camburões fornecidos pelos EUA, denominados Jerry Cans, que possuíam a capacidade de 20 litros, ou 5,3 galões. Estes deveriam ser conduzidos pelas unidades até o P Sup Classe III, também localizado em Le Pieve (CAMPOS, 1970, p. 128), onde eram completados.

Sobre a atividade de sepultamento, o 1º Escalão da FEB deixou de prever a vinda deste importante componente, e por isso houve a necessidade de improvisar um Pelotão de Sepultamento já na Área de Estacionamento de Tarquínia. Para isso, foi necessário encaminhar um pessoal designado emergencialmente para realizar uma instrução junto aos órgãos correspondentes do Exército dos EUA. Os sepultamentos nessa fase inicial foram realizados no cemitério da cidade de Tarquínia e posteriormente em cemitérios militares dos EUA em Folônica e Vada. Somente quando da chegada do 2º escalão é que o Pelotão designado iniciou seus trabalhos, e um cemitério militar brasileiro foi organizado em Pistóia, já na fase das operações no vale do Rio Reno. Um total de 450 praças, 13 oficiais e 8 pilotos ali repousaram depois do dever cumprido, nossos heróis da FEB e do 1º G Av. Um fato pouco conhecido é que no Cemitério Militar Brasileiro de Pistóia também foi estabelecida uma quadra específica para soldados inimigos recolhidos pelo nosso Pelotão (ibid).

Uma outra atividade à cargo da S Int era o serviço de lavanderia. Entretanto, nossa tropa nunca confiou nesse serviço, que demandava colocar a roupa separada em sacos específicos, a elaboração de um rol, cumprimento de prazos específicos de entrega e recebimento. Em combate, o uniforme era trocado por ocasião do banho. No final das contas, nossos pracinhas não se adaptaram a tantas regras e preferiam simplesmente receber uma barra de sabão. Muitas vezes conseguiam mulheres italianas para fazer o serviço, mediante pagamento. O S Int acabou adaptando a sua cadeia de suprimento para realizar o fornecimento do sabão para a tropa (CAMPOS, 1970, p. 129).

5.3 Atividades a cargo do Serviço de Saúde

O Serviço de Saúde (S Sau) era chefiado pelo Tenente Coronel Dr. Gilberto Peixoto (CAMPOS, 1970, p. 133). O serviço desempenhou um papel de enorme relevo, particularmente nas fases ofensivas, onde o número de feridos foi elevado. E em que pese os processos da medicina em campanha serem novos para a maioria dos profissionais da área de saúde que incorporaram à FEB, seu desempenho foi digno de nota.

Com a entrada em operações da 1ª DIE no vale do Rio Reno, o SS instalou um Posto de Socorro Divisionário (PSD) na localidade de Porreta Terme, que foi substituído posteriormente por um Posto de Triagem Divisionário (PTD), e que ali

funcionou até 15 de novembro de 1944, quando a ação da artilharia inimigo obrigou o SS a recuar as instalações para a localidade de Valdibura, onde ali o PTD foi instalado em barracas.

Com o avanço das tropas brasileiras, o PTD retornou à Porreta e dois PSD avançados foram desdobrados nas localidades de Sila e de Castel di Cassio, devido à grande extensão da frente. O PTD foi depois transferido para Ponte della Venturina. O Batalhão de Saúde instalou-se em Il Poggio. A própria Chefia do SS decidiu se deslocar de Pistóia, sua localização inicial, para Porreta e mais tarde, à frente ainda, na localidade de Pávana, onde acabou sendo alvo de fogos da artilharia inimiga (ibid).

Das instalações do S Sau, nossas baixas que demandavam tratamento hospitalar eram evacuadas para o 16º Hospital de Evacuação, em Pistóia, totalmente montado em barracas (Figura 12).

Figura 12 – 16º Hospital de Evacuação - Pistóia



Fonte: CAMERINO, 1983, p. 74

No 16º Hospital de Evacuação eram onde nossas enfermeiras da FEB estavam o mais próximo da linha de frente. Dali, os feridos estabilizados eram transferidos para o 7th Station Hospital, localizado em Livorno (Figura 13).

Figura 13 – Enfermeiras da FEB, integrantes da Seção Médica Brasileira do 7th Station Hospital, Livorno



Fonte: CAMERINO, 1983, p. 47

Todas estas instalações hospitalares eram desdobradas pelo Exército dos EUA, mas cada uma delas possuía uma Seção Médica Brasileira, onde nossos médicos e enfermeiras trabalhavam.

Certamente o maior desafio enfrentado pelo S Sau da FEB se deu nos ataques ao Monte Castelo. Somente no dia 26 de novembro de 1944, 143 baixas precisaram ser evacuadas entre Porreta e Pistoia, o que congestionou a famosa Rota 64 com as ambulâncias do nosso Batalhão de Saúde, em meio à neve e perigosos trechos de serra.

Entre novembro de 1944 e fevereiro de 1945, o S Sau processou 884 feridos em combate, 3.316 doentes, 406 acidentados, 111 militares aliados (norte-americanos, ingleses e partisanos), 11 alemães e 174 civis italianos, totalizando 4.606 homens tratados pelo nosso PTD. Apenas 4 mortes foram registradas entre os feridos que deram entrada nas instalações de triagem brasileiras, o que por si só revela a eficiência do nosso sistema de saúde (CAMPOS, 1970, p. 134).

Outra responsabilidade do S Sau, e não menos importante, era a manutenção do estado sanitário de nossa tropa. O principal desafio para nosso pessoal era certamente o clima, principalmente durante o inverno, onde se chegou a enfrentar temperaturas inferiores a 15° negativos.

5.4 Atividades a cargo do Serviço de Transporte

Os transportes constituíam um aspecto central para todas as atividades logísticas e operacionais da FEB, particularmente em se considerando a doutrina norte-americana que passamos a adotar, e as características do emprego da FEB em operações.

As distâncias, a imprudência de alguns motoristas e chefes de viaturas, prazos sempre curtos para planejamento dos deslocamentos de pessoal e material, falta de manutenção preventiva por parte dos usuários, a ação inimiga, o estado das estradas, a neve e a chuva, constituíam sempre os grandes condicionantes de emprego dos nossos meios de transporte.

O Papel do nosso Pelotão de Polícia Militar, que depois se viu necessário transformar numa Companhia, foi essencial para o cumprimento do Plano de Circulação e Transporte.

O Major Luís Gonzaga da Rocha era o Chefe do Polícia do Estado-Maior Especial, enquanto o 1° Tenente de Cavalaria José Sabino Maciel Monteiro comandou o Pelotão de Polícia Militar, até que este evoluiu para Companhia, ocasião em que seu comandante foi promovido ao Posto de Capitão, em 26 de março de 1945 (MALTEZ; SANTOS, 2021, p. 125).

O Pelotão de Polícia Militar possuía uma Seção de Tráfego, que era responsável pelo controle do trânsito das viaturas da FEB, assim como no balizamento dos itinerários e na coordenação do tráfego das tropas e cargas. Os trabalhos realizados pelo Pelotão sobressaíram no controle das estradas nos vales dos Rio Serchio, Rio Reno e Rio Pó, eixos de atuação da FEB na Itália, havendo sempre um policial nos pontos de passagens perigosos para orientar os motoristas e fiscalizar o tráfego. Os

integrantes do Pelotão de Polícia Militar, por meio das manifestações de disciplina, do conhecimento das normas de trânsito e das condutas na segurança das escoltas motorizadas cooperavam para a manutenção do fluxo logístico da FEB, protegendo a tropa e o material transportados nas perigosas estradas da região dos Apeninos (MALTEZ; SANTOS, 2021, p. 130).

Um dos momentos mais críticos do transporte da FEB seu ao fim das operações do Destacamento FEB, que atuava no vale do Rio Serchio, e a ocupação da zona de ação da 1ª DIE no vale do Rio Reno.

Uma complexa operação foi organizada para transportar o Destacamento FEB (6º Regimento de Infantaria e suas unidades de apoio), e, ao mesmo tempo, transportar todo o 2º e 3º Escalões da FEB, saindo de diferentes posições, e se concentrando na nova zona de ação.

Além da tropa, todo o material e suprimentos orgânicos das unidades foram transportados, inclusive a munição. Somente para transportar os Batalhões do 6º RI foram necessárias 266 viaturas. Como isso excedia a capacidade da unidade, foi necessário completar a dotação de viaturas com meios do Companhia de Intendência, da Artilharia Divisionária, do Batalhão de Saúde e do 9º Batalhão de Engenharia.

Os Postos de Distribuição de Suprimento também tiveram de ser mudados para novas posições, com todos os seus estoques.

Com relação ao 2º e 3º Escalões da FEB, o movimento se iniciou no dia 19 de novembro, somente vindo a ser concluído no dia 1 de dezembro, partindo da região de estacionamento inicial, para uma região de estacionamento intermediário, e chegando na frente de combate, o que foi feito nas seguintes condições (CAMPOS, 1970, p. 112-113):

a. Do Estacionamento Inicial para o Intermediário:

- Dia 19 nov.: II/1º RI e I Grupo de Artilharia (63 caminhões);
- Dia 20 nov.: III/1º RI (61 caminhões);
- Dia 21 nov.: I/1º RI e unidades regimentais (70 caminhões);
- Dia 27 nov.: III/11º RI (40 caminhões);
- Dia 29 nov.: II/11º RI (39 caminhões);
- Dia 30 nov.: I/11º RI (37 caminhões);
- Dia 1 Dez: unidades regimentais do 11º RI (25 caminhões).

b. Do estacionamento intermediário para a linha de frente:

- Dia 20 nov.: II/1º RI (63 caminhões) para Riola, transportando de regresso o III/6º RI para C. Cristo;
- Dia 21 nov.: III/1º RI para Riola (61 caminhões), transportando de regresso o II/6º RI para Lustrola;
- Dia 22 nov.: III/6º RI de C. Cristo para Bombiana (36 caminhões), transportando de regresso elementos restantes do II/6º RI para Lustrola. Transporte de pessoal em repouso para Florença e reunião de meios para transportar o I/1º RI para ação ofensiva com a Task Force 45;
- Dia 24 nov.: uma Companhia do II/6º RI, de Lustrola para Sila.

- Dias 25 e 26 nov.: o movimento foi interrompido, devido a um contra-ataque alemão contra a zona de ação da Divisão Búfalo dos EUA;
- Dia 27 nov.: I/1° RI (35 caminhões), de Gággio Montano para Sila;
- Dia 30 nov.: I/11° RI (35 caminhões), de Lustrola para Sila, e o I/1° RI, no sentido inverso, no transporte de retorno.

Durante esses dias, foram realizados 40 transportes de nível batalhão para diferentes destinos (sendo que a DIE possuía somente 9 batalhões!). Essa manobra ficou conhecida na FEB como a “dança dos batalhões”, pois para quem não conhecia o contexto da manobra, tudo parecia uma grande confusão.

Também é necessário lembrar que nem somente de viaturas a logística de transporte era realizada na FEB. Uma grande quantidade de muares foi colocada à disposição da 1ª DIE, muares estes conduzidos por italianos. Isto se deveu ao fato de que as operações passaram a se realizar em áreas montanhosas, e o transporte somente se mostrava viável com o concurso desse valioso meio, o que demandou a criação de um serviço de remonta na FEB.

Somente durante as operações no Vale do Reno, 360 muares e 800 italianos estiveram à disposição da 1. DIE. Muitos animais se feriam em combate e precisavam ser transportados para retaguarda e tratados. Somente nesse mister, o relatório da FEB aponta que foram necessárias 148 missões de transporte de socorro para muares, empregando viaturas 2 1/2 toneladas, totalizando 2.200 km percorridos (CAMPOS, 1970, p. 141).

A última grande missão de transporte ocorreu após a captura da 148ª Divisão alemã e remanescentes da Divisão Bersaglieri italiana, ocorrida no dia 30 de abril de 1945, na região de Fornovo di Taro. Mais de 12.000 militares, acompanhados de grande quantidade de equipamentos e armamentos precisaram ser recebidos, contabilizados e transportados para pontos de recolhimento do 5º Exército (Figura 14).

Figura 14 – vista aérea da área de concentração das tropas alemãs em rendição à FEB



Fonte: CAMPOS, 1970, p. 168.

5.5 Atividades a cargo do Serviço Especial

Finalizando nossa revisão das atividades logísticas da FEB, e não menos importante, estão as atividades de recreação da tropa.

Uma das novidades na organização norte-americana para o serviço em campanha, e inexistente no nosso Exército (até os dias de hoje, diga-se de passagem), era a atuação de um setor incumbido de proporcionar diversões, alegria e bom humor aos soldados, que era o chamado Serviço Especial.

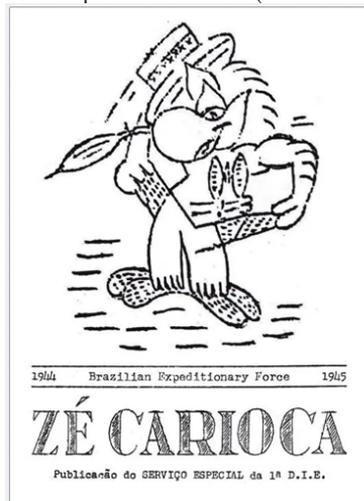
A FEB adotou a inovação e criou também seu Serviço Especial, que foi chefiado pelo Major Reinaldo Ramos Saldanha da Gama, auxiliado pelos Capitães Alcides Boiteux Piazza e Álvaro de La Roque Couto (ALMEIDA, 2024).

- O Serviço Especial da FEB teve as seguintes missões:
- Organizar espetáculos, para divertimento da tropa;
- Organizar cantinas fixa e móveis para venda de itens de necessidade diária dos militares;
- Cooperar com o Serviço de Assistência Religiosa, no conforto moral e material dos soldados baixados aos hospitais;
- Publicar jornais de divulgação cultural e noticiosa; e
- Dirigir os Hotéis de Oficiais e Praças em Florença.

Dois jornais foram publicados pelo Serviço Especial, o “Zé Carioca” e “O Cruzeiro do Sul”, com a colaboração do pessoal das unidades, e incluía matérias retiradas do noticiário telegráfico e radiofônico civil (ibid).

O Zé Carioca era um pequeno folhetim mimeografado que trazia, muito resumidamente, as notícias do mundo apanhadas pelo rádio. Sua edição número 1 foi publicada em 24 de outubro de 1944, em Florença, e seu redator-chefe era o Cabo José Cesar de Andrade Borba, que servia no QG da Artilharia Divisionária, sendo publicado duas vezes por semana (Figura 15).

Figura 15 – Capa do Zé Carioca (ALMEIDA, 2024)



Já o jornal O Cruzeiro do Sul era organizado de forma bem mais profissional, e foi publicado de 3 de janeiro a 31 de maio de 1945, diretamente pelo Serviço Especial da Força Expedicionária Brasileira, tendo atingido um total de 34 números. O jornal era editado duas vezes por semana, às quartas ou quintas-feiras e aos domingos. Ele também era impresso numa gráfica em Florença, e tinha edição estimada em 5 mil exemplares. Tinha seções bem separadas: noticiários do Brasil e internacional, novidades da guerra, cartas do Brasil, proclamações e mensagens de chefes militares nacionais e estrangeiros, registro de ações relevantes, notícias das unidades de todas as armas e serviços, citações de combates e condecorações (Figura 16).

Figura 16 – Jornal O Cruzeiro do Sul



Fonte: ALMEIDA, 2024.

Os principais colaboradores de O Cruzeiro do Sul eram os correspondentes de guerra que acompanhavam a FEB, brasileiros e estrangeiros, assim como colaboradores nas unidades. Entre os cronistas e jornalistas colaboradores estavam Rubem Braga, do Diário Carioca; Joel Silveira, dos Diários Associados; Raul Brandão, do Correio da Manhã; Egydio Skeff, de O Globo; e Francis Hallawell, da BBC.

Havia outras publicações organizadas pelas unidades como, por exemplo, o folheto “E a Cobra Fumou”, organizada pelo 6º Regimento de Infantaria.

Para a organização de espetáculos humorísticos e musicais, o Serviço Especial frequentemente se utilizava de talentos “descobertos” na tropa, tais como cantores, músicos, contadores de anedotas, acrobatas etc.

A Banda de Música, regida pelo maestro Tenente Franklin de Carvalho Júnior, era o principal ativo do Serviço Especial. A Banda havia sido organizada com base na existente no 1º Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro. Através de seu repertório de peças brasileiras, a Banda foi de um valor inestimável na vida dos

acampamentos e dos quartéis, dando a nota ao mesmo tempo marcial e pitoresca nas formaturas, nas recepções das altas autoridades brasileiras e aliadas. Era necessária a música nacional, que para a tropa tinha uma significação toda peculiar. Logo a Banda enriqueceu o seu repertório com algumas peças italianas, especialmente “Firenze sogna”, a internacional “Lili Marlene” e ritmos de jazz norte-americanos que faziam sucesso à época (Figura 17).

Figura 17 – A Banda de Música do Serviço Especial da FEB



Fonte: <https://memorialdafeb.com/2017/01/30/a-banda-de-musica/>

Grande animador de todos os eventos do Serviço Especial era o Sargento Adio Novak, que havia trabalhado no Cassino da Urca e tinha experiência em palco e no entretenimento de públicos, inclusive estrangeiro, pois era fluente em inglês. Além de seu excelente número de acrobacias e ginástica, ele era uma espécie de diretor de eventos e apresentador dos principais eventos do Serviço Especial (BLAJBERG, 2008, p. 66).

Com os aparelhos e filmes sonoros fornecidos pelo 5º Exército, o Serviço Especial organizava frequentes sessões de cinema nas sedes das unidades e nos diversos quartéis gerais (ALMEIDA, 2024).

O Serviço Especial também administrava hotéis destinados aos oficiais e às praças na cidade de Florença, que além da hospedagem nos períodos de licença, proporcionava diversões e organizava excursões para pessoal da FEB. (Figura 18)

Figura 18 – Pracinhas visitam o Vaticano, em Roma, numa excursão organizada pelo Serviço Especial da FEB



Fonte: Arquivo pessoal do autor

O Serviço Especial, além de contribuir para manter o equilíbrio mental dos soldados, foi um importante fator que contribuiu para a manutenção de suas qualidades combatentes. Os integrantes do Serviço Especial lutaram permanentemente contra a escassez de recursos para o desempenho de sua missão, que exigia grande capacidade de improvisação. A FEB estava desdobrada em diferentes localidades, tais como Florença, Stafoli, Pistóia, Montecatini, Livorno, Pávana, Porreta, nas áreas dos trens de estacionamento dos Regimentos, nos diversos hospitais. Mas em todos esses lugares o Serviço Especial se fez presente. Como síntese da atuação do Serviço Especial, pode ser observado o elogio que o General Mascarenhas de Moraes mandou publicar no Boletim Interno de 1º de maio de 1945:

“À tropa brasileira não tem faltado meios que lhe permitam amenizar as durezas da guerra. Os bem organizados hotéis de repouso em Florença, dotados de conforto que faz esquecer os dias das más instalações da frente; os já indispensáveis “Cruzeiro do Sul” e “Zé Carioca”, interessando vivamente todos os componentes da FEB e a eles entregues com regularidade e presteza; a distribuição de artigos úteis, cigarros, agasalhos e presentes vários, até aos soldados dos escalões mais avançados; o funcionamento de conjuntos musicais em várias partes do setor da Divisão; a exibição de fitas cinematográficas em locais onde podem ser vistas pela tropa; a visita aos doentes e feridos nos hospitais; tudo isso executado com a alta compreensão da resultante de tais atos, traz reflexos sensíveis na conservação do valor combativo de nossa gente. O homem que termina um período de

repouso, volta alegre para a continuação de sua honrosa tarefa em qualquer parte. Aquele que lê um dos nossos jornais, fica sabendo que seu esforço é bem compreendido por todo mundo e principalmente pelos Brasileiros e que o inimigo está sendo derrotado onde apareça. O que recebe um presente que lhe enviam do Brasil, volve para nossa terra querida o pensamento de saudade e cria ânimo para a continuação da luta que apressa a vitória. O Serviço Especial, confortando o físico e o espírito, pelo conjunto de suas atividades, é fator importante na guerra e faz jus ao conceito de órgão útil e auxiliar valioso da eficiência da tropa. Os agradecimentos do Comando e de toda a FEB pela sua atuação.” (ALMEIDA, 2024).

6. Conclusão

A elaboração deste trabalho permitiu travar contato com alguns documentos de grande importância, dos quais destaco os livros de memórias do General Leitão de Carvalho, chefe da representação brasileira na CMDBEU, do General Senna Campos, que desempenhou a função de chefe da 4ª Seção do Estado-Maior Geral da FEB, e da Capitã Olímpia, uma das nossas Enfermeiras da FEB.

Da leitura de tais documentos raros, que certamente mereciam uma republicação, foi plenamente possível entender a importância da logística para que a FEB pudesse ser pensada, criada, preparada, transportada e empregada em um TO extracontinental. Muito mais poderia ser apresentado, mas este trabalho se tornaria extremamente longo.

Mas foi possível entender melhor os desafios enfrentados pela logística para viabilizar o emprego de uma Divisão de Infantaria e pesados órgãos não divisionários, estruturas que observavam um padrão doutrinário norte-americano, inédito em nosso Exército, e que totalizaram um efetivo de mais de 25.000 homens e mulheres. Este era o objetivo a que se propunha cumprir com a elaboração do presente artigo, e foi plenamente atingido.

Não é irreal afirmar, após tudo o que apresentam as fontes pesquisadas, que não haveria vitória no campo de batalha sem o concurso daqueles que planejaram e executaram a logística nos níveis estratégico, operacional e tático, entre os anos de 1942 e 1945. Estes homens e mulheres da nossa FEB, indiscutivelmente, fizeram a “Cobra Fumar”.

À memória deles, o nosso mais respeitoso preito de homenagem e eterna gratidão.

Referências

ALMEIDA, André. FEB - O Serviço Especial. Ecos da Segunda Guerra Mundial, 2024. Disponível em: <https://segundaguerra.org/en/feb-o-servico-especial/>. Acesso em: 17 ago. 2024.

BLAJBERG, Israel. Soldados que Vieram de Longe: os 42 heróis brasileiros judeus da 2. Guerra Mundial. Resende, AHIMTB, 2008.

CAMERINO, Olímpia de Araújo. A Mulher Brasileira na Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro, Capemi Editora, 1983.

CAMPOS, Aguinaldo José Senna. Com a FEB na Itália: páginas do meu diário. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1970.

CARVALHO, Estevão Leitão de. A Serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: A Noite, 1952.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Logística Militar Terrestre. 2. ed. Brasília: Comando de Operações Terrestres, 2022.

MALTEZ, M. M.; SANTOS, D. M. A. As origens da Polícia do Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial. Revista da Escola Superior de Guerra, v. 36, n. 78, p. 119-138, set./dez. 2021.

ZARY, J. C. F.; DE ARAUJO, I. C. B. Os uniformes de combate da Força Expedicionária Brasileira: Contribuição para as atuais e futuras demandas logísticas de suprimento classe II do Exército Brasileiro. A Defesa Nacional,



O Exército volta a voar e completa 35 anos de operações com helicópteros. A evolução da aeromobilidade na força terrestre

Cel Antonio Geraldo Rodrigues¹

RESUMO

O Exército Brasileiro, desde a Guerra da Tríplice Aliança, tem utilizado o meio aéreo para aumentar o seu poder de combate. Realizou trabalhos, estudos e aplicações práticas com aeróstatos, utilizou o avião de forma pioneira em operações militares na América do Sul e desenvolveu a Aviação Militar com o emprego de aeronaves de asa fixa. Após mais de quarenta anos sem operar o vetor aéreo, mas sempre acompanhando a evolução das aeronaves nos conflitos pós 2º Guerra Mundial, a Força Terrestre decidiu reativar a sua Aviação com helicópteros, desenvolvendo assim uma nova forma de emprego voltada para a aeromobilidade da força de superfície. Neste ano, as Asas da Força Terrestre completam trinta e cinco anos operando o vetor aéreo de asas rotativas. Uma evolução sem precedentes no poder de combate do nosso Exército.

Palavras-chave: Aviação do Exército, helicóptero, aeromobilidade.

¹ Oficial superior do Exército Brasileiro (Ministério da Defesa), atualmente no posto de Coronel da Reserva. É Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, 1990). Possui especialização em Gerente de Manutenção de Aeronaves pelo Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAVEx, 1993). Concluiu o Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO, 2003). Possui Pós-graduação lato sensu em Bases Geo-Históricas para a Formação Estratégica pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME, 2004); Curso Avançado de Aviação pelo Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAVEx, 2005); Pós-graduação lato sensu em Logística de Aviação do Exército pelo Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAVEx, 2007); e Especialização em Logística e Mobilização Nacional pela Escola Superior de Guerra (ESG, 2008). Atuou como Subcomandante do Centro de Instrução de Aviação do Exército, em Taubaté – SP; integrou a equipe que desenvolveu o projeto, montagem e inauguração do Espaço Cultural da Aviação do Exército; colaborou no livro iconográfico dos 35 anos de recriação da Aviação do Exército e no projeto de entronização do Cap Ricardo Kirk como Patrono da Aviação do Exército. É o atual Gestor Cultural da Aviação do Exército.

ABSTRACT

This article proposes an analysis of the use of military sieges throughout Modern Wars, focusing on the experiences of Leningrad and Sarajevo. Considering that these sieges are the most well-documented of modernThe Brazilian Army, since the War of the Triple Alliance, has been using the air power to increase its combat effectiveness. It carried out works, studies, practical applications with aerostats, utilized the airplane in a pioneer manner during military operations in South America and developed the Military Aviation with the use of fixed-wings aircraft. After more then forty years without operating in the aerial vector, but still accompanying the evolution of aircrafts during the conflicts past-World War II, the grounded forces decided to reactvate its aviation, utilizing helicopters, thus developing a new form of employment focused on the aeromobility of the ground force completes thirty five years operating rotary-wring aircraft. An unprecedent evolution in our Army's combat power.

1 INTRODUÇÃO

A Aviação do Exército, nos dias atuais, representa um setor vital para a Força Terrestre, principalmente na questão da aeromobilidade da tropa e na versatilidade que seus meios aéreos de asas rotativas proporcionam a todas as operações reais e exercícios do Exército Brasileiro. Uma breve linha do tempo e a descrição dos trinta e cinco anos de emprego de helicópteros na Força mostram a importância desse vetor aéreo.

Figura 1. Cap Ricardo Kirk e a aviação no Contestado - 1915
Pintura a óleo sobre tela - Autor Francischetti



Fonte: Acervo do Comando de Aviação do Exército

Os Pioneiros

As aeronaves, desde os primórdios, sempre fascinaram a humanidade. Os exércitos vislumbraram nesse meio de transporte uma forma de obter vantagens so-

bre o inimigo. O Exército Brasileiro, dentro dessa ótica, com a perspicácia do seu Patrono Duque de Caxias, utilizou pela primeira vez na América Latina um vetor aéreo em combate. Em 24 de junho de 1867, a Força Terrestre empregou um balão cativo, preso a uma corda, na Guerra da Tríplice Aliança para observar as posições inimigas nas regiões de Curupaiti e Humaitá.

Em 1915, quase meio século após o pioneirismo castrense no uso de aeróstatos, o nosso Exército mostra, pela primeira vez no Brasil, a importância do avião em operações militares. Na época, o Capitão Ricardo Kirk, Patrono da Aviação do Exército, utilizou o vetor aéreo de asa fixa para missões de reconhecimento na Campanha do Contestado.

A Aviação Militar e o emprego de aviões

A 1ª Guerra Mundial colocou em evidência o meio aéreo em combate e novas teorias surgem com relação ao emprego do avião para fins militares. Diante desse cenário, em 1918, o Exército Brasileiro decide pela contratação de uma missão militar com a França, considerada uma das vencedoras desse grande conflito.

No ano seguinte é criada a Aviação Militar. Essa primeira fase das “Asas da Força Terrestre”, que se estende até 1941, empregou o avião no apoio tático às operações do Exército Brasileiro.

Baseado na doutrina francesa de emprego aéreo, o Regulamento para os Exercícios e o Combate da Aviação, manual de campanha de 1927, destacava os seguintes tópicos de emprego para a Aviação Militar:

PRINCIPIOS QUE REGULAM O EMPREGO DA AVIAÇÃO

O papel da aviação pódé ser assim resumido

- a) Combater com o fito de alcançar a superioridade no ar;
- b) Informar o commando em todos os escalões;
- c) Intervir pelo fogo na luta terrestre, prolongando os tiros da artilharia pesada até o limite extremo do raio de acção dos aviões;
- d) Participar da regulação dos tiros da artilharia de todos os calibres;
- e) Manter no combate a ligação entre as diferentes armas e entre as grandes unidades terrestres.

Estas diversas missões podem se reduzir a duas:

- A) Destruição de objectivos aereos (caça), e terrestres (bombardeio);
- B) Informação no escalão exercito ou divisão (reconhecimento e observação). (OS EXERCÍCIOS E O COMBATE DA AVIAÇÃO, EME Nº 14, 1927, P.05)

A primeira fase das “Asas da Força Terrestre”, apesar do emprego de aeronaves de asa fixa em apoio tático aos elementos de superfície, acabou desenvolvendo uma nova mentalidade com visão estratégica, ou seja, integração nacional, objetivos de longo alcance, superioridade aérea, transporte, etc.

Nesse sentido, em meados da década de 1930, alguns integrantes da Aviação

Militar iniciaram o estudo e discussão de uma nova força armada, sendo concretizado em 1941 a criação da Força Aérea Brasileira – FAB, utilizando toda a estrutura já existente das Forças Coirmãs: bases aéreas, meios aéreos, recursos humanos, etc.

Com o nascimento da FAB, o Exército deixa de utilizar o vetor aéreo, mas continua acompanhando a evolução do seu emprego em combate.

A Aviação do Exército e o emprego de helicópteros

Figura 2. Gen Leônidas e a Aviação do Exército
Pintura a óleo sobre tela - Autor Francischetti



Fonte: Acervo do Comando de Aviação do Exército

Durante a 2ª Guerra Mundial, americanos e alemães começam a empregar, de forma experimental, um novo vetor aéreo capaz de decolar e pousar na vertical, sem a necessidade de campos de pouso: o helicóptero. Após esse conflito, no período conhecido como “Guerra Fria”, as “asas rotativas” passam a ter destaque e provocam a evolução do conceito de operações aeromóveis.

Apesar do jejum no emprego de meios aéreos da Força Terrestre, vários estudos foram realizados ressaltando a importância da criação de uma nova Aviação do Exército, com foco na aeromobilidade.

Vale ressaltar vários conceitos, descritos abaixo, do atual manual EB-20-MC-10.214, Vetores Aéreos da Força Terrestre, de 2020, para que possamos entender melhor o que significa aeromobilidade e seus desdobramentos:

Aeromobilidade: capacidade que uma força, empregando meios aéreos no campo de batalha, possui para: atuar em profundidade, antecipando-se ao inimigo; localizar e engajar forças da linha de contato; alertar sobre o esforço inimigo; redirecionar a manobra; ampliar o comando e controle; reorganizar o apoio ao combate; controlar as áreas de retaguarda; e assegurar o apoio logístico. A aeromobilidade orgânica da F Ter em operações é proporcionada pelos meios da Av Ex.

Aeromóvel: atividade, operação ou organização relacionada

com o emprego de forças de combate e seu equipamento, que se deslocam em aeronaves orgânicas, nas proximidades da área de combate, em reforço ou sob o controle operacional do comandante da força que a emprega, para engajar-se no combate.

Força de Helicópteros (F He): elemento da Av Ex, constituído adequadamente por pessoal, aeronaves de asa rotativa e pelo material de apoio, destinado à execução de operações de combate, de apoio ao combate e/ou de apoio logístico. Uma F He é organizada por módulos constituídos das unidades da Av Ex, em função da missão, a partir de uma seção de helicóptero.

Força-Tarefa Aeromóvel (FT Amv): grupamento temporário de forças de valor variável (unidade ou subunidade), sob comando único, integrado por uma F He e uma F Spf, constituído com o propósito de cumprir missões específicas, enquadrando, se necessário, elementos de apoio ao combate e apoio logístico. A Av Ex pode compor FT com F Spf de qualquer natureza.

Ataque Aeromóvel (Atq Amv): para neutralizar ou destruir forças ou instalações inimigas.

Assalto Aeromóvel (Ass Amv): para, constituindo uma FT Amv, deslocar tropa com o objetivo de conquistar e manter regiões do terreno ou, ainda, para envolver, capturar ou destruir forças inimigas.

Reconhecimento Aeromóvel: para, com uma F He, constituindo ou não FT Amv com elementos de F Spf, sob o comando da F He, realizar ações de reconhecimento (de eixo, de zona, de área ou de ponto) em proveito do escalão enquadrante. É amplamente empregado para buscar informações e estabelecer contato com o inimigo, antecipando o conhecimento e ampliando a consciência situacional”. (EB70-MC-10.214, 2ª Edição 2020, p. 1-2/3-9)

Uma análise comparativa entre as informações dos manuais de 1927, da Aviação Militar com emprego de aviões, e 2020, da Aviação do Exército com o emprego de helicópteros, permite uma breve conclusão sobre a evolução do vetor aéreo em apoio à uma força de superfície, com vantagens sem precedentes do helicóptero e sua aeromobilidade para as operações da Força Terrestre no campo de batalha.

Na década de 1960 alguns estudos nos bancos escolares já mostravam a preocupação do vetor aéreo na Força Terrestre.

No artigo “Considerações sobre as vantagens da organização da Aviação do Exército”, de Ricardo Luiz Bueno Guimarães, ECEME – 1966, o autor destaca que a aviação é uma pequena parte, porém muito importante de qualquer força terrestre.

No artigo “A Aviação Leve do Exército”, de Jaime Hermano de Macedo Soares, ECEME – 1968, ele destaca que a Aviação Leve do Exército utilizará, como sua zona de ação, parte do espaço aéreo conquistado pela FAB e aí será onde cumprirá suas missões que poderão ser classificadas em três categorias principais: táticas, logísticas e gerais.

Analisando a década de 1970, conforme o trecho retirado da obra “Aviação no Exército, uma visão histórica” do Cel Paulo Sérgio da Silva Maia:

Em 1977, o Estado Maior do Exército, através de estudo em expediente interno, manifestava o interesse de dispor de meios aéreos, isto é, de aviões leves e helicópteros para facilitar as ligações entre os grandes comandos e as unidades subordinadas, separados geograficamente por grandes distâncias. A proposta de implantação previa a criação de companhias de Aviação do Exército, subordinadas aos Comandos Militares de Área, de forma progressiva.

O General-de-Brigada Durval Antunes Machado Pereira de Andrade Nery, primeiro Comandante da Brigada de Aviação do Exército em Taubaté-SP, descreve algumas passagens de sua carreira que mostram a importância do vetor aéreo de asas rotativas para a Força Terrestre:

1961/1965 – O apoio da FAB com helicópteros.

1966 – A realização do o Curso de Comandos, o “Reolicóptero” do Valporto.

1968 – Como instrutor do CIGS (Centro de Instrução de Guerra na Selva), utilizou o apoio de helicóptero para a segurança do Presidente Costa e Silva.

1969/1970 – A companhia construtora da estrada federal Manaus/Porto Velho apoiou o CIGS com Helicóptero.

1970 – A Força Aérea Brasileira (FAB) apoiou com helicóptero a tropa do CIGS em Xambioá.

1972/1973 – Na função de instrutor do Comando Sul dos Estados Unidos, realizou muitas operações com helicópteros na Escola das Américas. O treinamento visava preparar as tropas norte americanas para o conflito no Vietnã.

1978/1980 – Como instrutor na Seção de Instrução Especial da AMAN, realizou operações com helicópteros do 3ºEMRA/FAB.

1981 – Quando cursava a Escola Superior de Guerra (ESG), recebeu convite da Aviação Naval para realizar o curso de Piloto de Helicóptero. Na época não foi possível tendo em vista o curso que realizava nessa escola.

1981 – Curso da ESG, já se visualizava o apoio aéreo aproximado às tropas terrestres com aeronaves próprias.

Nas palavras do General Nery:

A terceira fase foi a da Aviação de Helicópteros. Após a Segunda Guerra Mundial, o Exército sentiu a necessidade de ter meios aéreos que dominassem a primeira camada do espaço aéreo adjacente ao campo de batalha para apoio imediato à tropa de terra.

Com a eclosão da Guerra das Malvinas em 1982, envolvendo Argentina e Inglaterra, o Estado-Maior do Exército, analisando o emprego de meios modernos e de alta tecnologia usados naquele conflito, cria na sua 3ª Subchefia a Subseção de

Evolução da Doutrina, destinada a atualizar o Exército Brasileiro em termos de adoção meios modernos de combate, dentre os quais avulta a importância do emprego helicópteros em apoio às tropas terrestres.

Cabe ressaltar outro trecho da obra “Aviação no Exército, uma visão histórica” do Cel Paulo Sérgio da Silva Maia:

Em 1984, o Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, determinou ao EME a realização de estudos para o estabelecimento de um sistema de planejamento estratégico. O trabalho abrangeu uma fase da definição da metodologia e, decorrente desta, o sistema de planejamento propriamente dito. Atendendo às diretrizes ministeriais, o EME preparou o Plano de Estruturação do Exército - PEEEx, que estabelecia prioridades, medidas de racionalização, implantação do Centro de Instrução de Guerra Eletrônica e da Aviação do Exército, padrões para formação de pessoal, cronograma do planejamento administrativo, entre outras providências. Esse planejamento foi proposto ao Ministro do Exército no dia 21 de agosto de 1985. O projeto da FT-90, por sua importância para a modernização da Força Terrestre, foi principal motivação e exigiu dedicação plena, capacidade criadora e tenacidade para vencer os desafios que se apresentavam.

Os primeiros passos para a recriação da Aviação do Exército podem ser descritos na obra “Aviação do Exército, Asas da Força Terrestre, edição 2023”, conforme o texto a seguir:

Buscando a modernização e a adequação da Força, na década de 1980, o Estado-Maior do Exército, EME, iniciou estudos doutrinários do emprego de aeronaves de asas rotativas. Em 1984, a Seção de Evolução da Doutrina da 3ª Subchefia, criada por influência da Guerra das Malvinas, concluiu que a supremacia tecnológica do exército inglês se deu, dentre outras razões, pelo uso da aviação militar. Aliado a isso, outros ensinamentos sobre a aviação do exército foram colhidos durante uma palestra ministrada pelo exército dos Estados Unidos ao Brasil na 1ª Reunião de Intercâmbio Doutrinário entre ambas as Forças Terrestres. Fruto do conhecimento adquirido, o Cel Murilo, então Chefe da Subseção de Evolução e Doutrina, orientou o seu Adjunto, Ten Cel Telles, no sentido de elaborar uma Memória sobre a importância de meios aéreos próprios para o Exército Brasileiro. Ao final deste estudo, o parecer conclusivo foi pela necessidade da existência de uma unidade de aviação pertencente ao Exército e destinada a apoiar as suas ações. Assim, o Ten Cel Telles propõe que seja nomeada uma comissão para estudar a implantação da Aviação do Exército e sugere os principais aspectos a serem abordados durante seus trabalhos.

O parecer foi aprovado pelo Gen Haltenburg, 3º SCH/EME, que levou a Memória e uma minuta da portaria mencionada naquele estudo ao Chefe do Estado-Maior do Exército, General de Exército Jorge Sá Freire de Pinho. Após despacho desse assunto com o Ministro do Exército, Gen Leônidas, foi publicada a Port/EME que nomeou a Comissão proposta. A Memória número 005/85 é datada de 03 de fevereiro de 1985 e constitui-se no documento que deu início a tantas outras providências que resultaram no Decreto Presidencial, assinado em 03 de setembro de 1986, de Criação da Aviação do Exército, da Diretoria de Material de Aviação do Exército e do 1º Batalhão de Aviação do Exército - evento histórico, que concretiza o renascimento da Aviação do Exército.

Na Memória número 005/85 estão enumeradas, dentre outras ações, missões a serem cumpridas pela Aviação do Exército inerente à aeromobilidade que os helicópteros proporcionam à Força Terrestre: ligação, comando e controle, assalto aeromóvel, infiltração e exfiltração, ataque ao solo e defesa anticarro, observação, reconhecimento e apoio logístico.

Os fundamentos de uma mentalidade de aeromobilidade no âmbito do Exército passaram a ser incrementados à medida do desenvolvimento dos trabalhos na Comissão para Estudar a Implantação da Aviação do Exército, cabendo aqui mencionar trechos da Entrevista do Cel Telles à Revista AvEx Asas da Força Terrestre na sua Edição de Lançamento (Edição 01/2020):

No início dos trabalhos da Comissão para estudar a implantação da AvEx, a dificuldade maior foi o quase total desconhecimento do assunto por parte de seus integrantes. Assim, foi estabelecido um programa de viagens de estudos às organizações de helicópteros da Marinha e da Força Aérea Brasileira.

Com base nas informações colhidas e também em estudos de aviações dos exércitos de outros países, foi elaborado um relatório e encaminhado ao Ch/EME com conclusões e propostas nas diversas áreas estudadas, incluindo a proposta de estrutura da Aviação do Exército.

Em despacho nesse relatório final, o CH/EME determinou a Organização da Comissão para Implantar a Aviação do Exército. Esta segunda Comissão, integrada apenas por pessoal pertencente à 3ª SCH/EME, tinha como presidente o Gen Baratta, como vice o Cel Saraiva e como demais integrantes: Cel Marcelo, Ten Cel Telles, Ten Cel Silva Maia e Maj Wanderley.

Em 03 Set 1986 é assinado o Decreto nº 93.206 de criação da Aviação do Exército - AvEx e Decretos nº 93.207 e nº 93.208, que criaram respectivamente a Diretoria de Material de Aviação do Exército – DMAvEx, e o 1º Batalhão de Aviação do Exército - 1º BAvEx. No mesmo ano ocorre a formação das primeiras turmas de mecânicos e gerentes da Aviação do Exército, com início também do curso de piloto

de aeronave. Essa fase inicial de preparação dos recursos humanos é realizada na Marinha do Brasil – MB, e Força Aérea Brasileira -FAB.

Em 25 de agosto de 1987 a Aviação do Exército lança edital para receber propostas de empresas interessadas em fornecer os helicópteros. A vencedora foi a Aerospatiale, que dispunha de subsidiária no Brasil, a Helibras, fator que auxiliaria a manutenção e assistência pós-venda. Nesse ano, ocorrem a formação das primeiras turmas de piloto 1986 e 1987 na MB e FAB.

No mesmo ano, o Coronel de Infantaria Jomar Nascimento Telles, Coronel Telles, é designado Comandante da primeira Unidade de Aviação do Exército que se constituía em toda Aviação do Exército à época e Gerente do Programa de sua Implantação, passando a exercer suas funções imediatamente.

Em 04 de janeiro de 1988, o Coronel Telles, Comandante Pioneiro, assume as instalações da 12ª Bateria de Artilharia Anti Aérea, sediada em Taubaté. Esse é o marco inicial dos trabalhos da Aviação do Exército com o 1º Batalhão de Aviação do Exército no atual Forte Ricardo Kirk.

Nas palavras do Cel Telles, Comandante Pioneiro do 1º Batalhão de Aviação do Exército:

A par das minhas atividades como Gerente de Implantação da Aviação do Exército em Taubaté, que me consumiam boa parte do tempo na coordenação e supervisão das obras que estavam em pleno andamento, além das minhas responsabilidades administrativas na gestão da nova organização militar, minha maior preocupação era o início das atividades aéreas. A consciência era muito clara com relação ao risco de acidentes nos primeiros passos da nova atividade na Força Terrestre. Contudo, naquele momento, o Exército começaria a voar com suas próprias asas e tinha que depositar toda a confiança naquele grupo de pioneiros, integrantes do 1º Batalhão de Aviação do Exército. Neste contexto foi dado início a um programa de treinamento para as tripulações, elaborado com base na experiência adquirida em cerca de 03 anos pelos nossos aeronavegantes que vivenciaram as atividades aéreas desenvolvidas em organizações militares da Marinha do Brasil e da Força Aérea Brasileira e, também, em ensinamentos colhidos em aviações de outros exércitos, inclusive em operações de combate. Ênfase especial foi dada à segurança de voo e não foi esquecida as atividades em terra, como controle de tráfego aéreo, meteorologia, bombeiros e resgate. Devem ser destacadas as atividades de manutenção desenvolvidas, particularmente pela Companhia de Manutenção e Suprimento de Aviação do Exército, gênese do atual Batalhão de Manutenção e Suprimento de Aviação do Exército, cuja eficiência é constatada pelo elevado padrão de manutenção e disponibilidade de aeronaves.

Com certeza, a eficiente manutenção e as providências relativas ao preparo das tripulações para o cumprimento de missões, dentro do novo conceito de proporcionar aeromobilidade à For-

ça Terrestre, constituíram-se em fator de relevante importância para que AvEx cumprisse, mesmo em curto prazo desde o início de sua implantação, missões reais em operações de combate.

Em 24 de junho de 1988 é assinado o contrato de compra de dezesseis aeronaves HB 350 L1 - Esquilo e trinta e seis aeronaves AS 365 K - Pantera, que passaram a ser designadas, respectivamente, HA-1, helicóptero de ataque – 1, e HM-1, helicóptero de manobra – 1.

Na data de 27 de dezembro de 1988, o Chefe do EME estabelece Diretrizes para a Aviação do Exército publicando a Portaria nº. 81, “...considerando como impositivo...”:

Centralizar o Comando e o Controle da AvEx no mais alto nível de Comando do Exército;
Centralizar as atividades logísticas específicas;
Adotar procedimentos logísticos especiais, capazes de assegurar prestação e eficácia e apoio;
Alocar recursos financeiros adequados e oportunos;
Disponibilizar permanentemente de pessoal habilitado;
Manter estreito contato com o Ministério da Aeronáutica e o Ministério da Marinha; e
Assegurar o funcionamento sistêmico. (PORTARIA Nº 81, EME, 27/12/1988)

Em 20 de março de 1989, na Helicópteros do Brasil S/A - Helibras, Itajubá-MG, foi realizado o primeiro voo sobre solo brasileiro de um helicóptero da Aviação do Exército, do modelo HB 350 L1 Esquilo, pertencente ao 1º BAvEx.

Um mês depois, no dia 21 de abril, foi realizada a cerimônia de recebimento do primeiro helicóptero da Aviação do Exército. Tratava-se da aeronave Esquilo EB-1001 que, embora já estivesse com as cores camufladas da Força Terrestre, trazia no dorso a cor branca que lhe valeu o apelido de “Barriga Branca”. Ocorre, também, a inauguração do primeiro hangar, destinado a Companhia de Reconhecimento e Ataque do 1º BAvEx.

Em 1989, segundo o General Nery:

Foram realizados vários estudos, reuniões e trabalhos com o objetivo de melhor definir a organização da Aviação do Exército (AvEx): comandos, atribuições e responsabilidades, níveis de manutenção, administração de material, pessoal e logística;
A Doutrina Básica de Emprego da Aviação do Exército começa a ter nítidos contornos de definição, baseados em experiências anteriores e em estudos desenvolvidos pela então Seção de Aviação do Exército da 3ª Sub Chefia do Estado Maior do Exército - EME;
Considerando-se essa doutrina básica de emprego, visualiza-se a AvEx com um Comando, Cia de Comando, Unidades de em-

prego, Batalhão de Helicópteros - B Helcp, Unidades de Suprimento e Manutenção, o Centro de Instrução e a Companhia de Precursores;

Tudo isso leva o Comando da AvEx, assessorando o Comando de Operações Terrestre - COTER, a planejar o emprego dos meios aéreos nas operações futuras, as necessidades logísticas de Aviação como um todo, particularmente quando da articulação ou emprego de seus meios em ambientes operacionais diversos; O 1º BAvEx, elemento com encargos eminentemente executivos e sendo absorvido na execução das operações, deixa de atender todas as necessidades. Surge a hipótese de criação de uma Brigada de Aviação do Exército - Bda AvEx.

Diante desse cenário, a Aviação do Exército realizou sua primeira reestruturação em 24 de novembro de 1989, por meio do Decreto nº 98.445, que extinguiu a DMAvEx e a Seção de Aviação do Exército. Como consequência, nasce a Brigada de Aviação do Exército - Bda Av Ex, com sede em Brasília-DF.

Em 28 de novembro de 1989, a Portaria Ministerial nº 57 criou o 1º Batalhão de Helicópteros - 1º B Helcp, e a Base de Aviação de Taubaté – BAvT, ambas subordinadas à Bda Av Ex, começaram a funcionar a partir de 1º de janeiro de 1990.

Acontecimentos relevantes em 1990:

- De fevereiro a junho, o então Capitão José Aparecido Magane realiza, pela primeira vez na Aviação do Exército, o Curso de Piloto de Combate na ALAT-França;
- Chegam as primeiras aeronaves de emprego geral HM-1 Pantera, com capacidade de transporte para dois pilotos, um mecânico e nove combatentes;
- Tem início o voo por instrumentos com o então Cap Carlos Esteve Bella;
- O Transporte Aéreo, Suprimento e Abastecimento de aeronaves - TASA passa a ser alvo de preocupação e estudos. A vinda de especialistas nessa área torna-se fundamental;
- São finalizadas várias obras em Taubaté-SP: pátio de estacionamento, hangar da Companhia de Manobra, pavilhão da Companhia de Comando e Serviço, Corpo da Guarda, rede de telefonia, passarelas do Comando e área das companhias;
- São finalizados os estudos para instalação de um destacamento de helicópteros em Manaus, Destacamento Amazônia;
- É criado o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos da Aviação do Exército - SIPAAer Ex; e
- São realizados estudos visando o desenvolvimento de uma doutrina de aeromobilidade, com a preparação de organizações militares para serem aerotransportadas e o emprego dos helicópteros em missões de calamidade.

Em outubro de 1990, a Aviação do Exército parte para o seu primeiro grande desafio. Foi realizado um verdadeiro “RAIDE” nas regiões Centro-Oeste e Norte.

São palavras do próprio General de Brigada Durval Antunes M. P. de Andrade Nery a esse respeito:

Voar, nós aprendemos a voar, nós já temos o nosso pessoal que voa, nosso pessoal que apoia, agora nós temos que mostrar que a aviação está operacional”. Assim surgiu a Patrulha Ajuricaba, uma operação cujo registro histórico da Brigada de Aviação do Exército denominou de “Missão Amazônia”.

O Decreto nº 99.660, de 31 de outubro de 1990, transfere a sede do Comando da Brigada de Aviação do Exército de Brasília-DF para Taubaté-SP.

Em 29 de agosto de 1991, a Portaria Ministerial nº. 019-RES aprova as Diretrizes para o Prosseguimento da Implantação da Brigada de Aviação do Exército. Revoga as Portarias Min nº 036 –Res de 20 Set 1988 e nº. 017 de 18 Dez 1990, tendo como objetivos:

Estruturar a AvEx em tempo de paz, de forma que possa evoluir, com um mínimo de adaptações, para uma estrutura de tempo de guerra;
Enfatizar as particularidades inéditas que envolvem a Aviação;
Definir as atribuições e responsabilidades dos diferentes órgãos envolvidos; e
Permitir a permanência de maior tempo possível, nas funções ligadas à AvEx, de pessoal especializado. (Portaria Ministerial nº. 019-RES, EME, 29/08/1991)

Com a criação da Brigada de Aviação do Exército - Brig Av Ex, e a nova designação de 1º BAvEx para 1º Batalhão de Helicópteros fica evidente a necessidade de uma nova doutrina de emprego em combate com os novos meios aéreos de asas rotativas.

O General de Brigada Durval Antunes Machado Pereira de Andrade Nery, General Nery, Comandante Pioneiro da Brig Av Ex, decide criar o Núcleo do Centro de Instrução do Exército, gênese do Centro de Instrução de Aviação do Exército, criado através da Portaria Ministerial, nº 22-RES, de 26 de setembro de 1991. Esse novo estabelecimento de ensino, sob o comando do Cel Luiz Cláudio Del Rio Chagas do Nascimento, consolida os estudos para definir a doutrina de emprego e o Curso de Piloto de Combate - CPC. Era o início de uma nova era para as “Asas da Força Terrestre” com o foco na aeromobilidade do vetor aéreo para atender as diversas missões das tropas de superfície do Exército Brasileiro. A Aviação do Exército engaja nas operações aeromóveis.

No mesmo ano a Aviação do Exército participou da sua primeira missão real de combate na Operação Traíra com a “Patrulha Cruzeiro”, nome dado pela Bda Av Ex ao deslocamento de pessoal e helicópteros para a região do conflito do Traíra. A Ordem de Missão para as aeronaves e tripulantes foi realizada no dia 07 de março. No dia 19 de julho, após a missão e por ordem do Cmt da Bda Av Ex, os meios aéreos

e todo o pessoal retraiu do Destacamento do Traíra para Manaus-AM.

Nas palavras do 1º Sgt Antônio Carlos Nascimento Barbosa, no seu artigo da revista AvEx, edição nr 7, ano 2021:

Essa fato consubstanciou o ineditismo de sua operacionalidade ante ações conjuntas e combinadas, sobretudo em apoio às Forças Especiais e a Infantaria de Selva, iniciando um processo gradativo de imprescindibilidade desse novo vetor de combate no seio da Força Terrestre”.(REVISTA AVEX, EDIÇÃO NR 7, ANO 2021)

Essa operação foi a gênese do atual 4º Batalhão de Aviação do Exército -4º BavEx, com sede em Manaus-AM, cuja implementação se concretizou mercê do trabalho dedicado e pleno de competência profissional do Cel Ricardo Felipe Albrecht Pavanello.

No final de 1991, a Aviação do Exército já estava com uma frota operacional de dezesseis aeronaves HA-1 Esquilo e trinta e seis aeronaves HM-1 Pantera. Toda a frota tinha como objetivo atender o 1º BavEx que na época era dotado de duas subunidades operacionais: Companhia de Reconhecimento e Ataque, com aeronaves HA-1, e Companhia de Helicópteros de Manobra, com aeronaves HM-1. Além dessas companhias, o 1º BAvEx possuía a Companhia de Comando e Serviços e a Companhia de Manutenção e Suprimento, gênese do Batalhão de Manutenção e Suprimento de Aviação do Exército.

Nesse período são recebidos os primeiros armamentos para emprego na aeronave HA-1 Esquilo. O armamento axial era composto de lançador de foguetes de 70 mm SBAT - Sistema Brasileiro Ar-Terra 70 e casulo com metralhadora M3P .50 pol.

Nessa fase a Aviação do Exército adquiriu vinte aeronaves do modelo AS 550 A2 FENNEC, por meio de um TERMO aditivo ao contrato inicial de aquisição das aeronaves, com o propósito de atender as operações doutrinárias de reconhecimento e ataque do 1º Batalhão de Helicópteros e a utilização dos armamentos que foram citados. As novas aeronaves começaram a chegar no ano seguinte.

Em janeiro de 1992 foi realizada uma reunião do Cmt da Bda Av Ex com o Cmt do Comando Militar da Amazônia – CMA, para discutir a instalação do Destacamento Amazônia em Manaus. Seria uma Companhia de Helicópteros do hipotético 2º Batalhão de Helicópteros. No mês seguinte foi enviada ao Chefe do Estado Maior do Exército – EME, a proposta de instalação do Destacamento de Helicópteros em Manaus, o qual foi efetivado em maio.

Destacam-se no ano de 1992:

- É concluído o primeiro Curso de Piloto de Aeronave – CPA, no CIAvEx, o 92/1 CPA;
- Tem início o emprego, em caráter experimental, do Sistema de Posicionamento Global – GPS;
- São elaboradas as Diretrizes Estratégicas; e
- O Plano Diretor da Aviação do Exército.

Cabe ressaltar que no período que antecede a criação do CIAvEx foi fundamental o apoio das Forças Coirmãs, com vasta experiência no emprego de helicópteros, para o treinamento dos aeronavegantes pioneiros da nova Aviação do Exército: pilotos, gerentes, mecânicos e demais especialistas.

Tendo em vista a grande frota em apenas uma unidade aérea, no ano de 1993, sob o comando do General de Brigada Sérgio Antônio da Rocha Ambrósio, General Ambrósio, é realizada uma grande mudança estrutural da Aviação do Exército. A Brigada de Aviação do Exército passa a ter a nova designação de Comando de Aviação do Exército. Em Taubaté-SP é criado o 1º Grupo de Aviação do Exército, composto pelos 1º, 2º e 3º Esquadrões de Aviação do Exército, e na cidade de Manaus é criado o 2º Grupo de Aviação do Exército com apenas o 1º Esquadrão de Aviação do Exército. As aeronaves foram distribuídas entre os esquadrões. Em Taubaté o 1º Esquadrão passou a operar com as aeronaves HA-1, o 2º e 3º Esquadrões com as aeronaves HM-1. O 1º Esquadrão de Manaus também operou com as aeronaves HM-1. O 1º Grupo de Aviação, Taubaté-SP, funcionou até 1997, já o 2º Grupo de Aviação, Manaus-AM, só foi criado na teoria. Com a extinção da estrutura de grupos de aviação, os esquadrões de Taubaté-SP continuaram funcionando com as mesmas aeronaves e mesmas designações: 1º, 2º e 3º Esquadrões de Aviação do Exército. Já em Manaus o 1º/2º Grupo de Aviação do Exército passou a ser chamado de 4º Esquadrão de Aviação do Exército. A partir de 2005 os Esquadrões de Aviação do Exército passaram a ser chamados de Batalhões de Aviação do Exército.

Em 1997 a Aviação do Exército inicia sua participação na Missão de Observadores Militares Equador Peru – MOMEPE, com quatro aeronaves HM-2 UH-60L Black Hawk, da empresa norte-americana Sikorsky, com capacidade de transporte para dois pilotos, dois mecânicos e doze combatentes. Essa missão internacional, na região de Patuca no Equador, estendeu-se até 1999 e foi de suma importância para o início da aeromobilidade com aeronaves de médio porte e o emprego de óculos de visão noturna - OVN. Após essa missão, as aeronaves passaram a compor a frota do 4º Esquadrão de Aviação do Exército em Manaus-AM.

Também em 1999, em Taubaté-SP, com o objetivo de atender a doutrina de emprego dos Esquadrões de Aviação do Exército, as aeronaves foram redistribuídas, de tal forma que as Esquadrilhas de Reconhecimento de Ataque passaram a operar com as aeronaves HA-1 e as Esquadrilhas de Emprego Geral passaram a operar com as aeronaves HM-1, ou seja, os 1º, 2º e 3º Esquadrões passaram a voar com os dois modelos de aeronaves, ampliando suas capacidades na realização das operações aeromóveis. O 4º Esquadrão, em Manaus-AM, passou a operar o HM-1 e HM-2. No período de 2001 a 2006 operou também o HA-1. Foi uma experiência no emprego desse vetor de ataque na Região Amazônica.

A partir de 2002, a Aviação do Exército inicia suas operações com uma nova aeronave. O HM-3 AS 532 UE Cougar, da Eurocopter, iniciou os seus trabalhos na Esquadrilha de Emprego Geral do 2º Esquadrão de Aviação do Exército e também foi empregado, no período de 2003 a 2020, pelo 4º BAvEx em Manaus-AM. Foram adquiridas oito aeronaves desse modelo, com capacidade de transporte para dois pilotos, dois mecânicos e vinte e dois combatentes. Isso elevou a capacidade aero-

móvel nas operações com as forças de superfície. Atualmente continua operando no 2º Batalhão de Aviação do Exército - 2º BavEx, e também no 3º Batalhão de Aviação do Exército - 3º BAvEx, Campo Grande-MS.

Em 2008, a sede do 3º Batalhão de Aviação do Exército - 3º BAvEx foi transferida de Taubaté-SP para Campo Grande-MS, subordinando-se ao Comando Militar do Oeste. Essa mudança foi fundamental para a aeromobilidade nos estados dessa Região, com destaque para a proteção na fronteira Oeste.

Em 2011, a Aviação do Exército inicia o recebimento de um novo e moderno vetor aéreo, a aeronave HM-4 Jaguar, com capacidade de transporte para dois pilotos, dois mecânicos e vinte e oito combatentes. No total de quinze aeronaves, atualmente estão distribuídas no 1º BAvEx, 4º BAvEx e na nova organização militar da Aviação do Exército, o Destacamento de Aviação do Comando Militar do Norte, criado em 2023.

Nos últimos vinte anos foram modernizadas as frotas das aeronaves HA-1 e HM-1, tornando esses modelos mais operacionais, com capacidade de voo OVN e passando a ter nova designação: HA-1A e HM-1A.

Nesses trinta e cinco anos de operações com os helicópteros da Aviação do Exército, cabe destacar alguns comandantes que foram verdadeiros pioneiros no processo de recriação e evolução das Asas da Força Terrestre:

- General Luiz Oscar Bulcão de Lima, Comandante Pioneiro da Brigada de Aviação do Exército em Brasília- DF e da Diretoria de Material de Aviação do Exército;
- General Durval Antunes Machado Pereira de Andrade Nery, Comandante Pioneiro da Brigada de Aviação do Exército, em Taubaté-SP;
- General Sérgio Antônio da Rocha Ambrósio, Comandante Pioneiro do Comando de Aviação do Exército;
- Cel Jomar Nascimento Telles, 1º Cmt do 1º BAvEx e Cmt Pioneiro AvEx
- Cel Wanderley de Castro, Pioneiro da Logística Av Ex e primeiro Comandante do Batalhão de Manutenção e Suprimento de Aviação do Exército; e
- Cel Luiz Claudio Del Rio Chagas do Nascimento, Pioneiro da Doutrina de Emprego da Aviação do Exército e primeiro Comandante do Centro de Instrução de Aviação do Exército e
- Cel Ricardo Felipe Albrecht Pavanello Cmt Pioneiro da Consolidação da Implantação do 4º BAvEx em Manaus-AM.

Coube a esses grandes comandantes, sempre preocupados com a evolução da aeromobilidade do vetor aéreo de asas rotativas, VOAR, FAZER VOAR E VOAR COMBATE.

Figura 3. A Aviação do Exército nas diversas regiões do Brasil
Pintura a óleo sobre tela - Autor Francischetti



Fonte: Acervo do Comando de Aviação do Exército

Conclusão

Com a aeromobilidade dos helicópteros e a evolução doutrinária da Força Terrestre, o Exército Brasileiro criou diversas unidades aeromóveis. Como exemplos, o 5º Batalhão de Infantaria de Lorena-SP, em 1993, transformou-se na primeira unidade aeromóvel, e, em 1995, a 12ª Brigada de Infantaria passou a ter a designação de Brigada de Infantaria Leve Aeromóvel.

Cabe ressaltar que há três décadas o Centro de Instrução de Aviação do Exército vem realizando o estágio de operações aeromóveis para militares das diversas áreas de atuação da Força Terrestre. Atualmente o Exército conta com o combatente aeromóvel em todo o Brasil.

Sem dúvida, a atual Aviação do Exército e suas asas rotativas mudaram conceitos e doutrinas de emprego da Força Terrestre, mostrando a importância vital do vetor aéreo para as operações das forças de superfície. Hoje não existe planejamento sem contar com a aeromobilidade dos helicópteros e sua versatilidade nos exercícios e nas missões reais.

AVIAÇÃO! BRASIL!

Referências

- AVIAÇÃO DO EXÉRCITO. ASAS DA FORÇA TERRESTRE. Taubaté, 2023.
- AVIAÇÃO MILITAR. Regulamento para os Exercícios e o Combate da Aviação. Rio de Janeiro, 1927.
- BARCELLOS, Zairo Ramos. Emprego Militar dos Helicópteros: da II Guerra Mundial aos dias atuais. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1995.

Exército. Estado-Maior do Exército. EB20-MC-10.214: Vetores Aéreos da Força Terrestre. 2. Ed. Brasília, DF, 2020.

GUIMARÃES, Ricardo Luiz Bueno. Considerações sobre as vantagens da organização da Aviação do Exército. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1966.

MACÊDO, Jaime Hermano Soares. A Aviação Leve do Exército. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1968.

MAIA, Paulo Sérgio da Silva. Aviação do Exército: uma visão histórica. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2014.

PUYAU, Luís Alberto Nunes. O emprego de helicóptero nas ações de Assalto Aeromóvel, Reconhecimento e Segurança. Missões Possibilidades, tipos de aeronaves necessárias, estrutura organizacional, doutrina de emprego. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1989.

RODRIGUES, Luís Azambuja Contreiras. Aviação do Exército: uma história que muitos contaram, de 1985 a 1994. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2016.

Santos, Cristian Fernando Lombardi dos. A evolução do Material de Emprego Militar da Aviação do Exército Brasileiro e suas influências na Doutrina Militar Terrestre. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

SITE:

<https://cavex.eb.mil.br/EspacoCultural/en/>



Entendendo o IS-K e sua possível relação com o atentado em Moscou

Marco Antonio de Freitas Coutinho

1. INTRODUÇÃO

No dia 22 de março de 2024, quase imediatamente após o ataque terrorista ao Crocus City Hall em Moscou, um grupo terrorista pouco conhecido, o Estado Islâmico do Khorasan, teria assumido a responsabilidade pelo sangrento atentado. A comunicação teria sido realizada por meio da Agência de Notícias AMAQ, ligada extraoficialmente ao movimento central do Estado Islâmico. O comunicado da AMAQ teria apontado a motivação para o massacre, ao afirmar que o Kremlin seria responsável por “espalhar o sangue muçulmano por meio de suas intervenções no Afeganistão, Chechênia e na Síria”.

A AMAQ é frequentemente designada pelos meios de inteligência ocidentais como o “primeiro ponto de publicação para reivindicações de responsabilidade” por ataques terroristas levados à cabo pelo Estado Islâmico. Neste sentido, imediatamente as autoridades dos EUA já confirmariam a autoria do atentado, no que foram seguidas, logo após, por toda a mídia mainstream internacional.

Um dia após o ataque, a AMAQ publicou um vídeo, filmado por um dos agressores durante o atentado, que mostrava os terroristas atirando nas vítimas e cortando a garganta de uma vítima, enquanto um dos executores aparece discursando contra os infiéis.

Os quatro terroristas que seriam os diretamente executantes do atentado foram presos ao tentarem se evadir, pelo que se divulgou, num trecho de uma rodovia entre Moscou e Briansk. Outras prisões já teriam sido realizadas pelo Serviço Federal de Segurança (FSB) da federação da Rússia. Algumas fontes russas afirmam que eles seriam oriundos do Tadjiquistão, mas ainda não há confirmação das autoridades locais.

Bem, este é um resumo dos fatos atualmente conhecidos sobre o atentado.

O objetivo desta análise é o de conhecer um pouco mais sobre o grupo Estado Islâmico do Khorasan (IS-K), pouco conhecido no Brasil. Procuraremos conhecer seu histórico, organização, motivações, fontes de financiamento e ações conhecidas. Com isso, pretendemos avaliar se o referido grupo tinha condições de atuar isolada-

mente contra um alvo na Federação da Rússia, permitindo que atendesse à motivação apresentada pela AMAQ, que como já citamos, envolveria punir os russos por sua atuação contra os interesses muçulmanos no Afeganistão, na Chechênia e na Síria.

Caso negativo, tentaremos identificar que tipo de apoios o grupo necessitaria receber para executar um atentado de tão grandes repercussões, particularmente em se levando em conta a conjuntura e o atual panorama da atuação dos movimentos radicais islâmicos no tabuleiro internacional.

2. CONHECENDO A REGIÃO DO KHORASAN

Inicialmente procuraremos apresentar a caracterização da área onde se localiza nos dias de hoje a região do Khorasan, para depois passarmos a uma apresentação dos antecedentes históricos dos povos que habitam a região. Finalizaremos esta etapa da nossa análise com os motivos que levaram a formação de uma frente do Estado Islâmico naquele espaço geográfico.

2.1 Caracterização da área

A região do Khorasan (frequentemente transliterado para língua portuguesa como “Coração”) apresenta limites geográficos de difícil e imprecisa representação, uma vez que nunca se constituiu um Estado independente e, ainda, que parcela de suas populações originais terem tido um caráter nômade. Mas podemos considerar que a região engloba partes do atual Afeganistão, Cazaquistão, Irã, Paquistão, Tajiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. A maior parcela das populações originais hoje habita o Afeganistão e o Irã (Figura 1).

Figura 1. Distribuição geográfica da região do Khorasan



Os povos dessa região tem origem étnica majoritariamente persa. O próprio topônimo “Khorasan” tem origem farsi (persa), significando “terra do sol nascente”.

As cidades com maior representatividade da população Khorasan estão espalhadas por diferentes países, a saber (Figura 1):

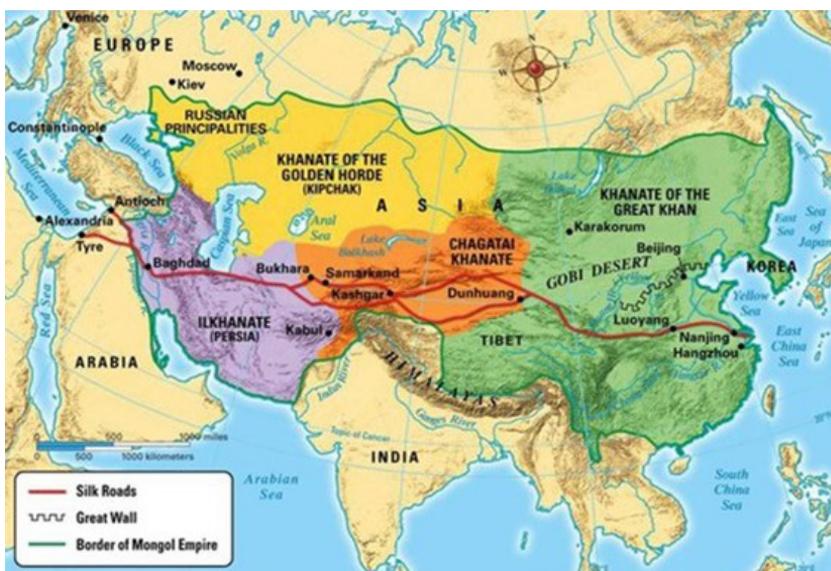
- Herat (considerada a cidade mais importante, podendo ser considerada a “capital”) e Balkh (considerada uma das cidades mais antigas do mundo), ambas no Afeganistão;
- Nishapur e Tus Mashhad (um importante centro religioso sunita), ambas no Irã;
- Merv (importante centro comercial na era da Rota da Seda), no Turcomenistão.

2.2 Antecedentes históricos

O Khorasan é uma região historicamente integrante do Império Persa Sassânida (período pré-islâmico), do qual constituía uma das maiores províncias. A partir do Século VII, Khorasan esteve sob domínio do Império Islâmico, ainda sob a liderança do profeta Maomé (que teria falecido no ano de 632). Maomé desempenhava um papel fundamental na unificação dos povos árabes sob a crença em Alá, o Deus Único. A expansão se deu sob o conceito de Jihad, que era uma luta sagrada para subjugar seus oponentes. Após a morte de Maomé, o Império Islâmico passou a ser governado por califas, que prosseguiram na expansão do Império, da religião muçulmana e da Sharia, que eram as leis islâmicas.

Entretanto, a expansão da Horda Dourada Mongol, verificada a partir do Século XIII, e que havia ocupado e dominado desde a China até a Rus de Kiev, também se fez sentir no Khorasan

Figura 2. Os Canatos da Horda Dourada e o Khorasan



A região se tornou parte dos Canatos da Pérsia e de Chagatai (Figura 2), que eram de grande importância econômica, uma vez que já constituíam pontos de passagem bastante conhecidos das rotas que existiam desde os primórdios das caravanas comerciais, inclusive da Rota da Seda. Os Mongóis não procuravam interferir nos costumes das áreas incorporadas ao seu domínio, desde que os vassalos pagassem os tributos devidos. Neste sentido, a religião islâmica se manteve e até se fortaleceu no Khorasan.

Com o declínio Mongol, a região teria entrado num período de decadência política e econômica, permanecendo sob domínio Persa. Entretanto, com a progressiva expansão do Império Russo para o leste, passando por toda a Sibéria e chegando até a China, a região voltou a se tornar um ponto de passagem para as novas caravanas comerciais, agora dominadas pelos russos, que passaram a ter exclusividade no rico comércio chinês, em decorrência do Tratado de Nerchinsk, assinado no ano de 1689, entre o jovem Imperador Pedro I (que viria a ser o Pedro, o Grande) e o Imperador Kangxi, da Dinastia Qing.

Em 1881, o interesse russo pela região do Khorasan acabou levando à celebração, com o Irã, do Tratado de Akhal-Khorasan, por meio do qual foi cedida parte da região ao Império Russo, particularmente a cidade de Merv (hoje Turcomenistão), como já vimos, importante polo comercial.

A região somente viria a ganhar um interesse renovado por ocasião da Guerra do Afeganistão, na década de 1980. As áreas do Khorasan, então abrangidas pelo Afeganistão, serviram de abrigo para as forças locais que combatiam os invasores soviéticos, já com apoio financeiro e militar dos Estados Unidos da América. Posteriormente, a região serviu de refúgio para as forças da Al-Qaeda, já sob a liderança de Osama Bin Laden.

3. O SURGIMENTO DO ESTADO ISLÂMICO NO KHORASAN

Antes de se tornar um movimento autodenominado Estado Islâmico do Khorasan, as facções que o organizaram passaram por uma fase inspirada pelo Jihadismo, cujas origens estiveram diretamente ligadas ao processo existente no Afeganistão.

O Jihad Afegão constituiu uma reação ao Emirado do Talibã, que havia sido dissolvido em consequência da campanha militar dos EUA e seus aliados a partir de 2001, guerra que havia deixado como legado um perigoso vácuo de poder no país. O governo de Kabul, implantado pela coalizão norte-americana, e apoiado por alguns outros países (inclusive a Índia) era alvo de diferentes frentes de adversários: o próprio Talibã, que buscava retornar ao poder; os Jihadistas do Baluchistão, que buscavam estabelecer uma base segura para combater o Irã; os Jihadistas da Ásia Central, que buscavam derrubar seus governos locais e; os Jihadistas paquistaneses, que buscavam implantar um governo da Sharia no Paquistão e lutar contra a influência Shiita naquele país. Como se pode observar, os movimentos de oposição no Afeganistão, excetuando-se o Talibã, todos tinham um viés jihadista.

A retirada dos EUA e da coalizão ocidental do país e as divisões internas dos movimentos jihadistas levaram o Talibã a retomar o protagonismo. Os jihadistas afe-

gãos em geral, e os do Khorasan em particular, entraram em um período de declínio, o que levou a um fortalecimento das ações da Al-Qaeda na região, grupo muito mais organizado e dotado de regulares fontes de financiamento internacional.

A partir de 2012, a Guerra Civil na Síria daria um novo impulso aos movimentos jihadistas do Khorasan, e sob a intermediação da Al-Qaeda, combatentes passaram a ser selecionados para engrossar as fileiras do Estado Islâmico em combate na Síria, mas também no Iraque, que daria origem ao ISIL (Estado Islâmico do Iraque e do Levante), organização que se tornou independente da Al-Qaeda. Entretanto, as duras derrotas sofridas no conflito, em particular na Campanha de Palmira, praticamente sepultaram as iniciativas implementadas na Síria. É importante destacar que a derrota sofrida é creditada particularmente aos russos, que coordenaram e executaram as operações em Palmira e em toda a Síria. Isso tem implicações importantes para o próprio futuro do movimento jihadista do Khorasan, como veremos mais à frente.

O primeiro grupo do Khorasan, oficialmente reconhecido pelo Estado Islâmico Central foi o TKK (Tehrik-e Khilifat Khorasan, ou Movimento para o Califado de Khorasan). Mas somente em 2015 é que os membros do TKK passaram a se denominar “Daesh Khorasan”. Daesh é a pronúncia árabe para ISIL. Estava criado o IS-K, designação que o grupo passaria a ser oficialmente conhecido.

4. O IS-K E SEUS OBJETIVOS

Alguns analistas descrevem o IS-K como uma espécie de “franquia” do IS-Central, embora raramente esclareçam o que querem dizer com esse termo. Ao assim denominá-lo, parece ficar a ideia de que seria um grupo que deteria alguma autorização formal para utilizar a denominação de ‘Estado Islâmico’. Neste sentido, o IS-K não seria nada mais do que um “proxy” ou uma filial regional. Mas seria isso mesmo?

Conforme descrito por um de seus líderes (GIUSTOZZI, 2018, p. 32), o IS-K possui autorização para tomar decisões sobre operações militares, aquisições, salários, recrutamento e orçamento, sem precisar consultar a IS-Central, que por sua vez manteria um Representante Especial, uma espécie de comissário político, para representar os interesses do centro com o IS-K, e certificando-se de que as diretrizes gerais estariam sendo respeitadas.

Mas há indícios de que o IS-K não venha a ser sempre alinhado ao IS-Central. Segundo Giustozzi (2018, p. 35), os princípios básicos da ideologia do IS-K, e que a alinham com o IS-Central, seriam os seguintes:

- A necessidade de remover as forças estrangeiras ocupantes das terras muçulmanas a qualquer custo;
- As gerações futuras devem ser educadas puramente de acordo com o Alcorão e a Sunna; e
- O secularismo é uma doença que deve ser extirpada do sistema educacional.

Baseado nestes princípios gerais, o IS-K possui uma agenda própria, cujos objetivos são os seguintes (GIUSTOZZI, 2018, p. 42-43):

- Estabelecer uma base territorial segura no Khorasan, consolidada por meio de recrutamento na região;
- Buscar financiamento por parte de qualquer um disposta a apoiar a causa jihadista;
- Retaliar as derrotas sofridas na Síria. Este é um aspecto central, pois envolve a realização de ações retaliatórias contra russos e iranianos. Segundo Giustozzi (2018, p. 44), tanto no caso do Irã quanto da Rússia, tal objetivo atendem ao propósito do IS-Central, mas também constitui uma forma de tornar o IS-K útil a possíveis doadores, que tinham motivos semelhantes para querer retaliar contra esses dois países.
- Estabelecer refúgios seguros para ações regionais.

Com relação a atuação do IS-K, desde suas origens em 2015, uma fonte importante foi o trabalho consolidado pelo Coronel Anselmo de Oliveira Rodrigues, que abrangeu as ações terroristas empreendidas pelo grupo até o ano 2020. Segundo Rodrigues (2013, p. 20), o IS-K teria realizado mais de 700 atentados no período, o que chama bastante a atenção pelo volume de ações realizadas, e que teriam deixado mais de 20 mil mortos e feridos.

Mas chama a atenção também o caráter regionalizado do grupo em termos de abrangência geográfica de suas ações no período considerado (conforme citado por RODRIGUES, 2023, p. 22): 97,7% dos atentados terroristas realizados entre 2015 e 2020 foram no Afeganistão e no Paquistão, quase 70% deles contra cidadãos comuns (32,5%), policiais (21,4%) e forças armadas (14,8%). Nenhum atentado teria sido realizado contra embaixadas ou empresas estrangeiras (países fora da região do Khorasan), e esse seria um dado bastante interessante.

Estes dados confirmam as conclusões que Giustozzi (2018, p. 47) apresenta: o quadro da grande estratégia do IS-K designa o Afeganistão como seu principal teatro de operações e refúgio seguro, enquanto o Paquistão desempenharia um papel subsidiário, como um hub logístico.

Conforme citado por Giustozzi, a sede do grupo teria inclusive sido escolhida para o Afeganistão, porque ali se reúnem condições de terreno para permitir o desejado “refúgio seguro”.

Tendo assegurado uma posição sólida no Afeganistão, o IS-K teria condições de exportar a jihad para a Ásia Central, para o Irã e depois até para a China e Índia. Segundo ainda Giustozzi (2018, p. 47), nenhum ataque específico contra alvos do governo paquistanês havia sido realizado pelo IS-K até janeiro de 2016, embora nunca estivessem descartados alvos naquele país.

Um dos alvos de interesse dos IS-K é o Irã, e esse ponto em especial merece destaque. Um dos esforços do IS-K para atuar contra seus inimigos xiitas iranianos é buscar uma cooperação com os Balochis, que já atuam contra alvos iranianos. Para tal, haveria interesse do IS-K de que um perfil nacionalista dos insurgentes do Baluchistão fosse gradualmente substituído por outro jihadista.

Separatistas Balochi estiveram envolvidos em ataques terroristas que tiveram como alvo militares de alto escalão iranianos. Um incidente confirmado teria

ocorrido em 2019, quando homens armados abriram fogo contra um veículo que transportava o Brigadeiro-General Mohammad Hossein-Zadeh Hejazi, que era um comandante sênior do corpo da Guarda Revolucionária Islâmica (IRGC).

Os recentes ataques das Forças Armadas do Irã e do Paquistão contra alvos balúchis tem sido frequentes, ocorrendo mesmo no território balúchi do país vizinho.

O último atentado conhecido do IS-K foi justamente contra o Irã, e teria sido realizado no dia 3 de janeiro de 2024 na cidade de Kerman, contra um evento em homenagem ao General Solemani (morto num ataque aéreo dos EUA em 2020). Uma aglomeração de pessoas que prestavam homenagens foi alvo de explosões, que vitimaram 94 pessoas. O Irã reagiu atacando posições do IS-K e do movimento Balochi no Paquistão. Este último também reagiu, atacando insurgentes no Irã.

A vulnerabilidade mais óbvia do IS-K é sua extrema dependência de financiamento externo. Com a expansão de suas atividades e quadros, o IS-K é cada vez mais dependente de financiamento externo, e segundo Giustozzi (2018, p. 217), a maioria dos recursos não são fornecidos pelo IS-Central, particularmente pelo fato do colapso sofrido pelo Estado Islâmico no Iraque e na Síria.

Por isso, dentre os objetivos mais importantes do IS-K na conjuntura atual seria o de tornar o IS-K útil a possíveis doadores, que tinham motivos para querer atacar países que estejam no radar de interesses do IS-K. E é aqui onde as ações do dia 3 de janeiro de 2024, contra o Irã, e do dia 22 de março de 2024, em Moscou, podem fazer sentido.

Estaria o IS-K oferecendo suas capacidades a atores interessados nos mesmos alvos?

5. O IS-K E O ATENTADO NA RÚSSIA

O atentado terrorista reivindicado pelo IS-K no Crocus City Hall, em Moscou foi uma dos mais impactantes dos últimos tempos. Mas diversas características do ataque nos chamam a atenção.

A primeira delas é que constituiu um ataque totalmente fora da sua “zona de ação”. A logística e a coordenação para um ataque contra o coração da Rússia, um ambiente altamente controlado e vigiado pelas forças de segurança locais envolvem a necessidade de um orçamento muito considerável, que parece estar completamente fora das capacidades próprias do grupo terrorista. A não ser que recebesse um apoio financeiro externo considerável.

Enquanto os terroristas que executaram o atentado em Moscou teriam sido cooptados por elevadas somas em dinheiro, suas prováveis nacionalidades estariam dentro do esperado para uma ação do IS-K: cidadãos de países da Ásia Central, e que abrangem áreas do Khorasan.

Mas o modus operandi adotado chamou a atenção: enquanto poderiam ter se utilizado de explosivos para obter o efeito terrorista desejado, ou seja, vítimas civis (como foi recentemente verificado no Irã), a opção foi realizar um massacre a sangue frio. E para esta opção, que não poderia ser descartada a princípio, novamente chamou a atenção o fato dos terroristas nem terem mantido reféns para a fuga e nem se

suicidado (como no caso do atentado do IS-Central em Paris).

Foi realmente um atentado sui generis, particularmente em se considerando todo o histórico de mais de 700 ataques terroristas creditados ao IS-K.

Uma última característica deste atentado em Moscou também desperta curiosidade: a suposta tentativa de fuga para a Ucrânia, onde certamente deveria haver alguma estrutura de apoio para recebê-los, e justamente numa região de fronteira que vinha sendo objeto de ataques de “separatistas russos”, apoiados pela Ucrânia nos últimos dias.

Como a ação no Crocus City Hall deve ter sido objeto de demorados planejamentos e preparativos, fica a impressão de que o cronograma das duas ações, aparentemente isoladas, poderiam ter sido curiosamente elaborados para desencadeamento numa mesma janela de tempo. Isso já seriam ilações, mas não desprezíveis de todo o modo.

CONCLUSÃO

Por enquanto ainda não há razões concretas para se desconfiar da veracidade da autoproclamada autoria do atentado em Moscou, como sendo do IS-K.

Entretanto, a análise realizada não permite descartar um forte envolvimento externo no planejamento e financiamento do atentado terrorista desencadeado contra civis, inclusive mulheres e crianças, num show que se realizava na casa de espetáculos Crocus City Hall em Moscou. Mas também ele pode se afirmar em relação ao atentado contra as homenagens ao General Solemani, realizado em janeiro passado.

Duas hipóteses podem ser levantadas a esta altura.

A primeira vai no sentido de que o atentado contra o Irã poderia ter sido um cartão de visitas para possíveis interessados em financiar as ações do grupo.

A segunda: nos parece claro que o complexo atentado em Moscou certamente não foi mais um cartão de visitas, e que demandou a existência de um forte e comprometido patrocinador financeiro externo.

REFERÊNCIAS

GIUSTOZZI, Antonio. *The Islamic State in Khorasan: Afghanistan, Pakistan, and The New Central Asia Jihad*. London: Hurst & Company, 2018.

RODRIGUES, Anselmo O. Estado Islâmico Khorasan: o surgimento e seu modo de atuação. *A Defesa Nacional*, v. 852, 3º. quadrimestre. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2023.



ANÁLISE SOBRE A FORÇA-TAREFA LOGÍSTICA HUMANITÁRIA EM RORAIMA E O APRENDIZADO GERADO COM OS DESAFIOS SUPERADOS DURANTE A OPERAÇÃO ACOLHIDA PARA OS PROCESSOS LOGÍSTICOS ENTRE 2018 E 2022¹

Gabriel Soares Cabral²

Maria Yasmin Grosman Cabral³

RESUMO

A Operação Acolhida é a resposta brasileira à crise social que assolava o estado de Roraima em reflexo aos problemas existentes na Venezuela. A Força Tarefa Logística Humanitária em Roraima (FT Log Hum RR) é a vertente militar dessa Operação. Este trabalho atinge as áreas de concentração da Geopolítica e da Logística abrangidas pelas Ciências Militares. Para isso, analisa a Logística Militar da Operação Acolhida (Op Acolhida), e justifica-se por tratar de um assunto atual e que atrai a atenção da sociedade civil, visto que tal Operação assumiu proporções significativas, seja no cenário nacional ou internacional. Além disso, sua relevância é evidenciada, pois a expertise adquirida durante a Op Acolhida pode ser aproveitada em futuras operações de ajuda humanitária das quais a Força Terrestre fizer parte. O objetivo desse trabalho é, portanto, verificar se a participação do Exército Brasileiro (EB) na Op Acolhida foi capaz de gerar impactos positivos e Benchmarking, ou seja, boas práticas para os processos logísticos do EB. Para isso, foi realizada uma pesquisa histórica, através de análise documental e bibliográfica que buscou identificar quais

1 Este artigo foi elaborado a partir do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de mesmo título, em 2024, da Cadete Grosman, do Curso de Intendência, da Academia Militar das Agulhas Negras.

2 1º Tenente do Quadro Complementar de Oficiais, Turma 2021, Professor da Cadeira de Geopolítica e de Relações Internacionais da Academia Militar das Agulhas Negras.

3 Cadete do 4º ano do serviço de Intendência, da Academia Militar das Agulhas Negras.

os principais desafios enfrentados pela FT Log Hum RR e quais foram as soluções adotadas em respostas a esses reveses. Desse modo, como resultados da pesquisa foi possível verificar a capacidade de mobilização e a importância da prontidão logística do Exército Brasileiro, além de compreender o potencial de Flexibilidade e Adaptação que são fundamentais para a Logística Militar, mas que são indispensáveis para a Logística Humanitária em situações de crise.

Palavras-chave: Operação Acolhida. Força Tarefa Logística Humanitária em Roraima. Logística Humanitária

ABSTRACT

“Operação Acolhida” is Brazil’s response to the social crisis that affected the state of Roraima as a consequence of the problems in Venezuela. The Humanitarian Logistics Task Force in Roraima represents the military aspect of this operation. This paper touches on the areas of Geopolitics and Logistics encompassed by Military Sciences. It analyzes the Military Logistics of “Operação Acolhida” (Op Acolhida) and is justified by the relevance of addressing a current issue that attracts the attention of civil society, given that this operation has taken on significant proportions both nationally and internationally. Furthermore, its relevance is highlighted by the fact that the expertise acquired during Op Acolhida can be utilized in future humanitarian aid operations in which the Army participates. The objective of this paper is to verify whether the participation of the Brazilian Army in Op Acolhida was capable of generating positive impacts and benchmarking, best practices for the Army’s logistics processes. To this end, a historical research was conducted through documentary and bibliographic analysis to identify the main challenges faced by The Humanitarian Logistics Task Force in Roraima and the solutions adopted in response to these adversities. Consequently, the research results demonstrated the mobilization capacity and the importance of logistical readiness of the Brazilian Army, as well as the potential for flexibility and adaptation that are fundamental to Military Logistics, but indispensable for Humanitarian Logistics in crisis situations.

Keywords: “Operação Acolhida”. Humanitarian Logistics Task Force in Roraima. Humanitarian Logistics

1 INTRODUÇÃO

A Venezuela enfrenta, atualmente, um período de crises econômicas e sociais causadas pela opressão, ineficiência governamental, fome e desabastecimento. Desse modo, a população do país, a fim de fugir de uma profunda crise humanitária, desloca-se para diversos destinos em busca de melhores condições de vida. Dentre esses, o Brasil é o quinto destino na preferência dos venezuelanos, segundo agências do ONU (ACNUR, 2022a). O volume de imigrantes interessados em entrar no terri-

tório brasileiro aumentou a partir de 2018. Com intuito de evitar que esse processo migratório aconteça ilegalmente, foi criado o Comitê Especial de Ajuda Humanitária, cujo resultado foi a assinatura dos Decretos Presidenciais nº 9.285 nº 9.286 e a Diretriz Ministerial nº 03/2018. Tais decretos estabeleceram que as Forças Armadas deveriam se mobilizar sob coordenação do Ministério da Defesa para cooperar no desenvolvimento de atividades humanitárias em Roraima. A sobrecarga das cidades da fronteira do estado de Roraima foi e ainda é uma das maiores preocupações do Governo Brasileiro. Dessa forma, foi estabelecida em 15 de fevereiro de 2018 a Força-Tarefa Logística Humanitária em Roraima (FT Log Hum RR) – dimensão militar da Operação Acolhida (Op Acolhida) que surgiu devido à necessidade de receber e abrigar os imigrantes oriundos da Venezuela e resolver os desafios fronteiriços. A fim de cumprir tal propósito, a FT Log Hum RR dividiu-se em 3 níveis de operacionalização da atividade humanitária: o Ordenamento da Fronteira, o Abrigamento e a Interiorização dos refugiados.

O mundo se desenvolveu tecnologicamente em trinta anos o que levou quase vinte séculos para conseguir (MICHEL, 2016). Tecnologias como o uso de Teflon e os zíperes inicialmente concebidas para fins militares, encontraram posteriormente aplicações na vida cotidiana. Além disso, as necessidades médicas e logísticas geradas por conflitos impulsionaram avanços na medicina, como o desenvolvimento de antibióticos e técnicas cirúrgicas avançadas. A corrida espacial, que teve sua origem em rivalidades geopolíticas, também contribuiu significativamente para o desenvolvimento de tecnologias de comunicação e sistemas de navegação. Assim, é inegável que as guerras e crises históricas, apesar de suas consequências devastadoras, também foram responsáveis por catalisar o progresso tecnológico e médico em um período consideravelmente curto em comparação com o passado (MICHEL, 2016).

Portanto, faz-se necessário observar de que maneira a experiência brasileira na Op Acolhida pode ser um impulso significativo para o aprimoramento das capacidades operacionais e dos processos logísticos do EB. Esta pesquisa limitar-se-á a estudar a atuação da Força Terrestre na Op Acolhida desde 2018 até 2022, a fim de solucionar a seguinte questão: A Op Acolhida resultou em boas práticas nos processos logísticos do EB? Em caso afirmativo, quais foram essas melhorias? O presente trabalho justifica-se, pois, a Administração Pública e a Logística aplicada em Operações de grande vulto – como é o caso da Op Acolhida – atraem a atenção da sociedade civil.

Por isso, é primordial que os Princípios Básicos presentes no Artigo 37, caput, da Constituição Federal de 1988 (CF/88), não sejam feridos, “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]**”. (BRASIL, 1988, grifo nosso). A expertise adquirida durante Op Acolhida pode ser aproveitada para fortalecer a eficiência na aplicação dos recursos públicos em todas as esferas de atuação da Força Militar Terrestre e a eficácia das atividades logísticas do Exército, garantindo uma resposta mais ágil e coordenada em emergências e crises humanitárias. O tema é de grande relevância para o EB, uma vez que visa verificar se algum processo logístico

aplicado em uma operação real, e de proporções significativas, pode ser fonte de inovação para a gestão logística do EB. Além disso, ao enfrentar os desafios logísticos e humanitários desse conflito, as Forças Armadas (FFAA) têm a oportunidade de desenvolver e testar novas doutrinas e estratégias que podem ser aplicadas em futuras operações.

Este trabalho apresentar-se-á da seguinte maneira: após a introdução, constará o referencial teórico, no qual será abordado com maior profundidade o contexto e os conceitos envolvidos nesta pesquisa, por meio dos subcapítulos “Crise na Venezuela” e “Operação Acolhida”. Nesse recorte do trabalho, será possível identificar a complexidade da Op Acolhida, principalmente devido ao número de Imigrantes apoiados. Na sequência, se apresentará os resultados e discussões, momento no qual há a apresentação da análise sobre a FT Log Hum RR nos aspectos logísticos, e dos principais desafios superados, através dos subcapítulos “Logística na Operação Acolhida” e “Principais desafios e soluções”, o intuito desses capítulos é identificar as boas práticas adotadas pelo EB no transcorrer da Op Acolhida; a Conclusão, na qual estão as considerações finais sobre o trabalho e seus resultados. Para esse artigo foram utilizados relatórios da ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), pesquisas nas plataformas de transparência do Governo Federal, bem como revisão bibliográfica de artigos científicos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CRISE NA VENEZUELA

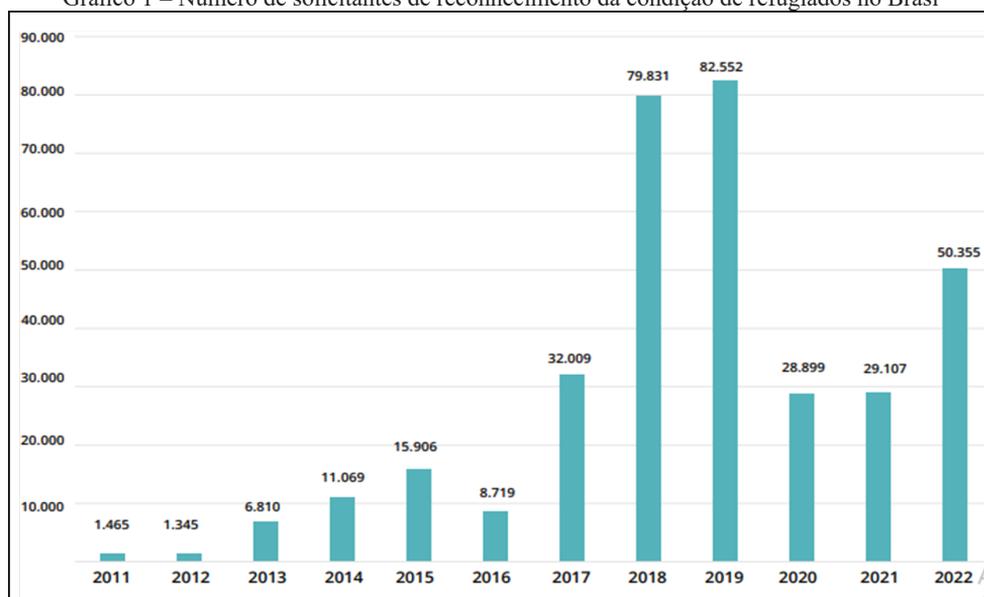
Segundo a Pesquisa sobre Condições de Vida na Venezuela realizada em conjunto e apresentada pelo Relatório de Preparo do 5º Contingente da FT Log Hum RR, o percentual de famílias em situação de pobreza na Venezuela atingiu quase 90% dos lares, saltou de 23,1% em 2015 para 81,8% em 2016 e 87% em 2017, números excessivamente elevados quando comparados a outros países da América do Sul (EXÉRCITO BRASILEIRO/2ª DE, 2019 apud DA CRUZ, 2020).

Segundo a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), o número de venezuelanos que vivem com menos de \$1,90 por dia atingiu 12,9% em 2014, ficando atrás apenas do Suriname no contexto América do Sul. Os indicadores do Relatório de Preparo do 5º Contingente da FT Log Hum RR, de 2019, estimam que 64% dos venezuelanos perderam aproximadamente 11kg em 2018 e que nove em cada dez venezuelanos não podem pagar sua alimentação diária. (EXÉRCITO BRASILEIRO/2ª DE, 2019 apud DA CRUZ, 2020). Ainda de acordo com a CEPAL, o PIB Venezuelano obteve um decréscimo de 28% e 30% em 2019 e 2020, respectivamente. A Venezuela deixou de fornecer dados de indicadores sociais à CEPAL a partir de 2014, contudo tendo em vista a escalada mundial da crise causada em decorrência do Covid-19 pode-se inferir que esses números – que já eram elevados em 2014 – estão ainda mais altos. Segundo Da Cruz (2020, p. 14) “Os dados sociais pioraram a cada ano, o que interfere na estabilidade regional, a qual interessa ao Brasil”.

2.2 OPERAÇÃO ACOLHIDA

O Governo Federal identificou que o estado de Roraima estava sobrecarregado com um número cada vez maior de solicitações de refúgio a partir de 2018. Roraima realizava ações em apoio aos deslocados daquele país, em conjunto com Organizações Não Governamentais, setores da sociedade e iniciativa privada (FRANCHI, 2019, p. 20 apud DACRUZ, 2020, p. 15). Contudo, os esforços estaduais já não eram suficientes para absorver volume de refugiados⁴. Tal incapacidade gerou em Pacaraima e Boa Vista, municípios roraimenses, intensos impactos sociais “como mendicância, aumento da prostituição, assaltos, estresse do sistema de saúde e invasões de áreas públicas” (DA CRUZ, 2020, p. 15).

Gráfico 1 – Número de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiados no Brasil



Fonte: JUNGER DA SILVA, 2023.

O Gráfico 1 apresenta a evolução do número de solicitações de refúgio de 2011 a 2022 no Brasil. Nota-se um aumento significativo de solicitações de refúgio a partir de 2017, e que atinge marcas elevadas em 2018 e 2019. Este gráfico foi retirado do relatório “Refugiados em Números”, de 2023, produzido pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra).

O quadro 1, produzido através dos dados apresentados no mesmo relatório, expõe o quão significativo foi o percentual de solicitações de refúgio de imigrantes

⁴ Refugiado é toda a pessoa que, em razão de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem e que, por causa dos ditos temores, não pode ou não quer regressar ao mesmo, ou devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outros países (DA SILVA, 2019, p. 27, grifo nosso).

oriundo da Venezuela, em 2022, quando comparado às solicitações de outras nacionalidades. As solicitações venezuelanas atingiram mais de 2/3 do total neste ano (JUNGER DA SILVA, 2023, p. 12).

Como já observado no Gráfico 1, entre os anos de 2018 e 2022, os números de solicitações atingiram marcas significativamente altas, e que afetaram profundamente os Serviços Públicos do estado de Roraima.

Quadro 1 – Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado segundo a nacionalidade em 2022

País	(%)
Venezuela	67
Cuba	11
Angola	7
Colômbia	2
China	1
Outros	12

Fonte: JUNGER DA SILVA, 2023, elaboração: Autores, 2024.

Em decorrência da crise que se alastrava sem precedentes, o Governo Federal decidiu intervir. Em 15 de fevereiro de 2018, a Presidência da República reconheceu por meio do Decreto Nr 9.285 a criação da Operação Acolhida. Esse decreto definiu “a composição, as competências e as normas de funcionamento do Comitê Federal de Assistência Emergencial (CFAE) - confirmou o caráter interagências da Operação Acolhida, típico do contexto de Ação Humanitária de caráter internacional.” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2022).

O artigo 142 da Constituição Federal de 1988 (CF/88, grifo nosso) prevê:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se **à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.**

Ao EB cabe ainda a responsabilidade de realizar ações subsidiárias em conformidade com as disposições do artigo 16 da Lei Complementar (LC) nº 97/99 e da LC 117/04. Essas legislações estabelecem o arcabouço legal que regula as atividades subsidiárias das Forças Armadas, delineando seus compromissos e limitações em operações que vão além das atividades militares convencionais. Sob esses mandatos legais, o EB pode ser acionado para realizar uma variedade de tarefas, incluindo apoio em situações de calamidades públicas, proteção ambiental, e outras missões de cunho subsidiário que visam o bem-estar e a segurança da população.

O artigo 16 da LC 97/99 define: “Cabe às Forças Armadas, como atribuição subsidiária geral, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República”.

2.1.1 Ordenamento da Fronteira

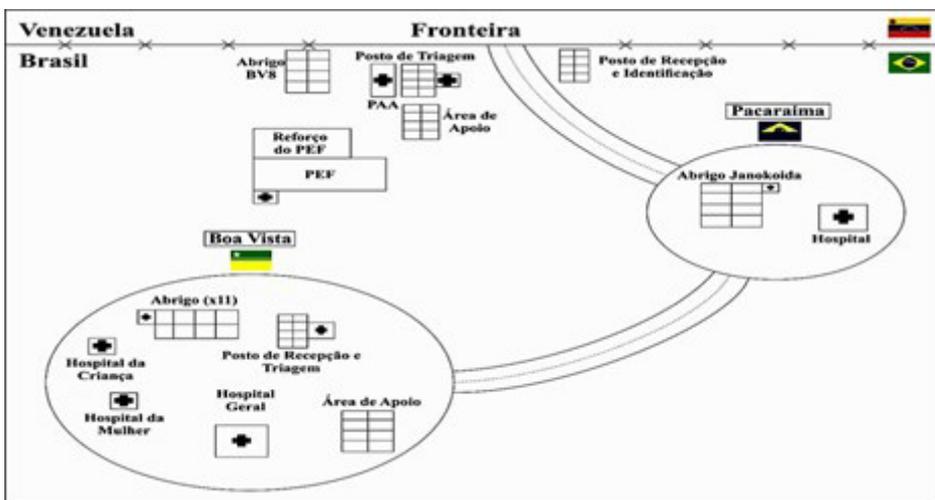
O fluxo intenso de refugiados tornou necessária a criação de uma frente de atuação da Op Acolhida responsável por receber, amparar e organizar o enorme número de pessoas que chegavam desamparadas e em busca de água, comida e abrigo nas fronteiras brasileiras (ALVES, 2019, p. 47).

Após o primeiro contato, os indivíduos são direcionados para uma área de espera e, em seguida, são submetidos a uma entrevista de controle migratório conduzida pela Polícia Federal. Aqueles que declaram estar entrando por motivos turísticos são liberados para seguir viagem, enquanto os solicitantes de refúgio ou residência temporária no Brasil são atendidos no Posto de Triagem (P Trig) (ALVES, 2019, p. 48).

No P Trig é realizada a triagem médica, a vacinação e o cadastro dos refugiados pela ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados). Os refugiados recebem nesse momento o Cadastro de Pessoa Física (CPF) emitido pela Receita Federal. A seguir, há uma entrevista aprofundada na qual os imigrantes podem optar por permanecer nos alojamentos ou prosseguir de forma independente (ALVES, 2019, p. 49).

Dessa forma, ao sair do P Trig e optar por abrigo, os refugiados são encaminhados ao abrigo Janokoida, caso sejam imigrantes indígenas, ou ao abrigo BV-8, destinado aos não indígenas. Essas estruturas foram instaladas na cidade de Pacaraima a fim de proporcionar ao migrante apoio mínimo até que exista vaga nos abrigos de Boa Vista - RR e Manaus - AM ou até que consiga seguir viagem com meios próprios (ALVES, 2019, p. 50).

Figura 1 – Planejamento da recepção dos imigrantes venezuelanos.



Fonte: FORÇA TAREFA LOGÍSTICA HUMANITÁRIA, 2019.

2.2.2 Abrigamento

A segunda etapa da trajetória dos imigrantes venezuelanos é o abrigamento. No ano de 2022, o número de abrigos passou de 12 para 14, dos quais 2 estão em Pacaraima-RR, 11 em Boa Vista-RR e 1 em Manaus-AM (SILVA, FRANÇA, 2023).

Organizados por categorias de distintos públicos, os abrigos são locais que oferecem um teto, refeições diárias, acesso à higiene, lazer e à sociabilidade que adultos e crianças precisam. Podem, assim, ter esperança de conseguirem reconstruir suas vidas em outros locais de maneira permanente (ALVES, 2019, p. 53).

Além disso, por meio de ações sociais desenvolvidas nos abrigos, o número de pessoas em condição de rua diminuiu. Esse fato permite o aumento da sensação de segurança, uma vez que não só os refugiados, mas também os habitantes locais são beneficiados. Barboza (2022, p. 104) afirma que através da redução da vulnerabilidade da comunidade venezuelana e da garantia de acesso a direitos básicos que preservam a dignidade dos indivíduos, a Operação Acolhida oferta a possibilidade de desenvolvimento e aumento da Segurança Humana⁵.

2.2.3 Interiorização

O cientista político e professor da Universidade de Harvard Samuel Huntington em seu texto “O Desafio Hispânico” faz referência a “ameaça” da imigração proveniente da América Latina, principalmente do México, para a economia, cultura e sociedade dos EUA. Um dos pilares que baseiam sua teoria é a questão da contiguidade⁶ entre os territórios desses países.

Os imigrantes vêm cruzando uma fronteira de mais de 3 mil quilômetros que, historicamente, é marcada apenas por uma linha no chão e um rio sem profundidade. [...] A contiguidade permite que os imigrantes mexicanos permaneçam em contato próximo com suas famílias, seus amigos e suas localidades de origem no México, de uma forma que nenhum outro imigrante foi capaz de fazer (HUNTINGTON, 2004, p. 339, tradução nossa).

Pode-se fazer um paralelo entre o pensamento de Huntington e aquela que é considerada a etapa mais vital para a instauração e funcionamento da Op Acolhida: a Interiorização.

O processo de interiorização é fundamental para que a soberania brasileira seja mantida, a longo prazo, na região de Roraima, especialmente em Pacaraima

5 Conceito inclusivo que surge como uma tentativa de proteger as pessoas e suas comunidades para além da preocupação com a defesa do território e o poder militar (DA SILVA, 2009).

6 Estado ou condição do que está contíguo; proximidade; vizinhança.

e em outras cidades que fazem fronteira com a Venezuela. A interiorização permite que o imigrante seja realocado gratuitamente para outros estados brasileiros que possuam maiores oportunidades de integração socioeconômica. Dessa forma, o venezuelano é adequadamente absorvido pela sociedade, o que garante a manutenção da soberania nacional em Roraima, além de diminuir a pressão no sistema de saúde e nos serviços públicos locais.

Para que a interiorização aconteça, os imigrantes são categorizados em três modalidades principais, cada uma com propósitos distintos: Acomodação nas cidades de destino, podendo residir em abrigos estaduais, municipais e da sociedade civil ou abrigos federais mistos (Institucional); Reunificação Familiar; e, por fim, vagas de emprego sinalizadas (ALVES, 2019, p. 62).

Ou seja, o refugiado só é realmente retirado de um abrigo quando reúne uma ou mais das condições citadas acima.

O intuito da estratégia de interiorização é reduzir o impacto da chegada de refugiados e migrantes venezuelanos a Roraima. A transferência permite que os venezuelanos tenham novas oportunidades de integração e ingresso no mercado de trabalho, recomeçando suas vidas e contribuindo para o crescimento das novas comunidades de acolhimento (NAÇÕES UNIDAS, 2019, apud DA SILVA, 2019, p. 50).

A Figura 2 apresenta um mapa de distribuição de realocados dentro do plano de Estratégia de Interiorização da Op Acolhida. em março e abril de 2022, 137 pessoas foram realocadas para outros 11 centros de acolhimento e integração apoiados pela ACNUR, localizados nos estados de Goiás-GO, Distrito Federal-DF, Rio Grande do Sul-RS, Rio de Janeiro-RJ, Paraíba-PB, Ceará-CE e São Paulo-SP (ACNUR, 2022a, p. 2).

O transporte para que a interiorização aconteça de fato ocorre principalmente por meio de aeronaves da Força Aérea Brasileira. Além disso, para que o indivíduo seja verdadeiramente absorvido “é necessário haver a integração com a sociedade civil organizada. É uma via de mão dupla, onde o empresário entra com a oportunidade de emprego e o imigrante cede a sua capacidade de trabalho que muitas vezes é bastante especializada” (ALVES, 2019, p. 64). Dessa forma, é dada ao imigrante a oportunidade de se estabelecer de forma integrada e segura à sociedade brasileira.

Figura 2 – Distribuição de venezuelanos realocados entre março e abril de 2022 na modalidade Institucional de Interiorização



Fonte: ACNUR, 2022a

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 LOGÍSTICA NA OPERAÇÃO ACOLHIDA

A Logística Militar é responsável por prover o apoio necessário em termos de abastecimento, transporte e manutenção, assegurando que as Forças Armadas tenham os recursos necessários para realizar suas missões com eficácia. Esses elementos trabalham em conjunto para proporcionar às forças militares a capacidade de enfrentar e superar os desafios no campo de batalha.

O Artigo 5º da Medida Provisória (MP) nº 820, de 15 de fevereiro de 2018, convertida na Lei Ordinária nº 13.684, de 21 de junho de 2018, aborda medidas de assistência emergencial para acolhimento de indivíduos em condição de vulnerabilidade resultante de fluxo migratório desencadeado por crise humanitária.

Art. 5º As medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária visam à ampliação das políticas de: [...]

IX - **logística e distribuição de insumos** (BRASIL, 2018, grifo nosso).

Contudo, tratar sobre Logística Humanitária exige complexidade e cuidado superior, uma vez que há necessidade de mobilizar pessoas e recursos cuja “a cadeia de suprimento precisa ser flexível e capaz de responder rapidamente a eventos imprevisíveis, de forma efetiva e eficiente sob fortes restrições orçamentárias” (GONÇALVES, 2020, p. 8).

Segundo Da Cruz (2020, p. 22), o assunto das Operações de Ajuda Humanitária era relativamente novo e caracterizado por um elevado nível de originalidade. Isso resulta em uma doutrina de utilização em nível nacional que ainda está em seus estágios iniciais, o que por sua vez coloca uma demanda significativa sobre o Estado Maior da Operação para lidar com desafios sem precedentes. Esse esforço contribuiu substancialmente para o aprimoramento doutrinário das Forças Armadas, exemplificado pela recente divulgação do Manual de Campanha EB70-MC-10.236: Operação de Ajuda Humanitária, em 2023.

“Frente ao ineditismo da Operação, verificou-se um vazio doutrinário, o qual demandou estudos de Estado Maior visando propor soluções aos desafios logísticos que se apresentavam.” (GONÇALVES, 2020, p. 4). Essa foi, portanto, a maior dificuldade enfrentada pelo Exército Brasileiro para a instauração da Operação Acolhida.

A logística predominantemente militar, em suas funções logísticas suprimento, transporte, saúde, engenharia e manutenção, foram preponderantes na fase inicial da missão [...] A capilaridade das Forças Armadas no Território Nacional, acrescida da dedicação exclusiva e disponibilidade permanente; geraram as capacidades necessárias para o estabelecimento inicial e essencial para o funcionamento da FT Log Hum – RR (DA CRUZ, 2020, p. 61).

Para Van Wassenhove (2006, apud LOURENÇO, 2019, p.5), um dos traços compartilhados na cadeia de suprimentos tanto comercial quanto humanitária é lidar com a administração das incertezas e flutuações na demanda, podendo a variabilidade, no âmbito humanitário, ser extraordinariamente alta, manifestando-se durante o decurso de operações de ajuda humanitária e, em curtos intervalos de tempo, durante períodos de instabilidade. Portanto, a Logística Militar na Op Acolhida deve ser adaptável às mudanças nas condições e na demanda, isto é, deve haver flexibilidade na alocação de recursos e a capacidade de resposta a situações emergenciais são aspectos cruciais a serem considerados para superar os desafios impostos.

Nota-se que a FT Log Hum RR foi uma importante oportunidade para que o EB desenvolvesse *know-how*⁷ sobre Operações de Ajuda Humanitária. O Manual de Campanha EB70-MC-10.236: Operação de Ajuda Humanitária afirma: “O Exército Brasileiro possui experiência em operações dessa natureza, com destaque para a Força-Tarefa Logística Humanitária Operação Acolhida” (BRASIL, 2023, p. 3-8).

Através dessa experiência, o EB pode elencar quais são os elementos fun-

⁷ Habilidade adquirida pela experiência; saber prático.

damentais do poder de combate essenciais para o sucesso das Operações de Ajuda Humanitária. As funções de combate para essas operações são: Comando e Controle; Movimento e Manobra; Inteligência; Logística; e Proteção (BRASIL, 2023). Ainda segundo o mesmo manual, existem Tarefas a serem executadas no âmbito de cada uma dessas funções, dentre elas a de **prover alimentação de emergência**.

Conclui-se, parcialmente, que a expertise adquirida durante a Op Acolhida permitiu às FFAA oportunidade de desenvolver e testar novas doutrinas e estratégias que podem ser aplicadas em futuras operações. Além disso, pode ser aproveitada para fortalecer a eficiência e a eficácia das atividades logísticas do Exército quanto a aplicação dos recursos públicos. Na sequência, a tarefa “prover alimentação de emergência” será examinada no que tange seus desafios e soluções.

3.2 PRINCIPAIS DESAFIOS E SOLUÇÕES

A permeabilidade de uma fronteira seca de mais de 7 mil quilômetros entre o Brasil e a Venezuela foi o primeiro grande desafio enfrentado no início da Op Acolhida. A fim de contornar esse problema, foram somadas ações do Governo Federal, de Organismos Internacionais e Não Governamentais na execução do Ordenamento da Fronteira, anteriormente mencionado neste trabalho. A organização e triagem dos venezuelanos na pequena parte da fronteira representada pelas cidades de Pacaraima e Santa Elena de Uairén passaram a ser primordiais para o bom andamento das ações humanitárias planejadas pela FT Log Hum RR (DA SILVA, 2019, p. 55).

Outro desafio enfrentado durante o processo de recepção dos imigrantes foi a necessidade de alojá-los em locais apropriados e dignos. O planejamento conjunto realizado pela Operação Acolhida exigiu um cuidadoso trabalho de organização. Nesse sentido, o Exército Brasileiro recorreu à experiência logística adquirida durante a Missão de Paz no Haiti e ao conhecimento obtido com o AMAZONLOG17⁸. Isso possibilitou a montagem de acampamentos bem estruturados, com infraestrutura adequada, serviços de saneamento e informações sobre a situação migratória dos venezuelanos (DA SILVA, 2019, p. 56).

Além desses, a gestão de uma Logística Humanitária impôs desafios quanto à pronta resposta e ao fornecimento de suprimento Classe I, que serão aprofundados a seguir.

3.2.1 Desafios no Fator-Tempo

A Logística Militar Terrestre é vocacionada para realizar o apoio em combate, geralmente conduzido em condições desconhecidas e cujas previsões são incertas. Essa compreende o tempo e espaço em guerra: equipando, fornecendo, movimentando e mantendo os exércitos (HUSTON, 1988, p. 7, apud, GONÇALVES, 2020, p.

8 Exercício Logístico que ocorreu em 2017 na Região Amazônica com as seguintes características: caráter multinacional e interagências; envolvimento das três Forças Armadas; e foco nas ações humanitárias. (EXÉRCITO BRASILEIRO/COLOG, 2017, p. 1).

8) em ambientes voláteis e instáveis. “Para tanto, sua organização será pautada pela **flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade e sustentabilidade**” (BRASIL, 2018, p. 1-1, grifo nosso). Essas características condicionam a concepção de “Logística na Medida Certa”.

Somado a isso, deve-se perceber que a Logística Humanitária, definida por Thomas & Kopeczak (2007, p. 101, grifo e tradução nossa), como “o processo de planejamento, implantação e controle do fluxo eficiente e eficaz de bens do ponto de origem ao ponto de consumo a fim de **aliviar o sofrimento de pessoas vulneráveis**” possui elevada complexidade uma vez que apresenta o fator tempo como seu principal ponto crítico.

Para Lourenço (2019, p. 7) “Os processos relacionados à logística humanitária lida com a constante pressão do fator tempo, seja na execução como no planejamento, o que difere da Logística Empresarial, tornando suas características de emprego tão específicas e complexas”. Portanto, é evidente que a Logística Humanitária é um campo altamente desafiador, onde o gerenciamento eficaz do tempo desempenha um papel crucial na mitigação do sofrimento e na prestação de assistência às pessoas vulneráveis em situações de crise.

O EB possui significativa capacidade de mobilização de meios, isso permitiu uma rápida resposta à crise humanitária que se instalou no estado de Roraima.

Os militares possuem uma estrutura operacional e capacidade logística que, aliado a força técnica e organizacional, podem ser utilizados rapidamente, estabelecendo presença na zona de desastre, diminuindo o gap entre a procura da ajuda e o tempo de resposta e fornecendo grandes volumes de alívio ao sofrimento humano (ROSA et al., 2014, apud LOURENÇO, 2019, p.10).

Apesar dessa capacidade de resposta rápida, o EB enfrentou desafios na consecução da FT Log Hum RR.

Um dos maiores desafios da questão logística é a implementação de forma emergencial, implicando em um planejamento sólido, contudo célere o suficiente para atender as demandas. Em se tratando da crise humanitária na fronteira de Pacaraima, o espaço fronteiriço por si só já se torna um grande desafio exigindo que as ações fossem planejadas e operacionalizadas de forma integrada com agências do governo e não governamental, entre outras entidades locais para a assistência aos migrantes.”. (MENDES, 2019, p.15).

A fim de superar esse desafio foi criada a FT Log Hum RR, vertente militar da Operação Acolhida. Por ser classificada como Operação de Ajuda Humanitária, a Op Acolhida é, portanto, organizada em 5 fases, segundo o EB70-MC-10.236, Manual de Campanha de Operações de Ajuda Humanitária, divulgado em 2023:

Figura 3 – 5 Fases das Operações de Ajuda Humanitária.



Fonte: BRASIL, 2023.

Durante a fase de Desdobramento da Força de Ajuda Humanitária ficou sob responsabilidade da Base de Apoio logístico do Exército (BApLogEx) a execução da logística da FT Log Hum RR, e do Hospital de Campanha (HCamp) a execução do apoio de saúde, uma vez que essas unidades fazem parte das Forças de Emprego Estratégico do Exército.

A combinação das capacidades dessas OM desempenha papel crucial na prontidão logística do Exército, permitindo assim atender prontamente a qualquer demanda de operações de ajuda humanitária em todo o território nacional (LOURENÇO, 2019, p. 21). Essas unidades possuem meios orgânicos que oferecem capacidades logísticas nas áreas de transporte, distribuição de suprimentos, gestão do estoque e dos contratos, evacuação de feridos, apoio de saúde, apoio técnico de engenharia, purificação de água, triagem de doações, além de montagem e operação de acampamentos (LOURENÇO, 2019, p. 19).

Dessa forma, conclui-se, parcialmente que o desafio relacionado ao tempo limitado para planejamento, típico de operações humanitárias, teve um impacto muito pequeno no resultado final desejado, uma vez que foram empregadas Unidades Estratégicas de Emprego do Exército cujas capacidades foram aplicadas de maneira rápida em resposta à crise. Dada a excelente preparação e prontidão da Força Terrestre, capaz de atuar em todo o território nacional a qualquer momento, o fator tempo não interferiu significativamente na atuação da FT Log Hum RR. Ademais, a atuação do EB na FT Log Hum RR garante o adestramento necessário a uma resposta mais ágil e coordenada em situações de emergência e crises humanitárias.

3.2.1 Desafios no Suprimento Classe I

Após a instauração da FT Log Hum RR e coordenação da Base de Apoio Logístico do Exército (BApLogEx) ficou sob responsabilidade da 12ª Região Militar (12ª RM) e suas Organizações Militares Diretamente Subordinadas (ODMS)

a função Logística de Suprimento. A 12ª RM exerce jurisdição sobre os estados do Amazonas, do Acre, de Roraima e de Rondônia. Por meio de comboios logísticos, o apoio de suprimento de classe I – subsistência, incluindo ração e água (BRASIL, 2020) – chegava à cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima, onde, então, se procedia à distribuição para os abrigos, a fim de que fossem empregados conforme necessário (MATAROTTI, 2019, p. 8).

No início da Op Acolhida, a 12ª Região Militar (12º RM) procedeu à aquisição de Quantitativo de Subsistência (QS), armazenando os gêneros no 12º Batalhão de Suprimento (12º B Sup) em Manaus (AM). Então, os suprimentos eram encaminhados para o Ponto de Distribuição Classe I do 1º Batalhão Logístico de Selva (1º B Log SI) em Boa Vista (RR), responsável pelo transporte dos mesmos para os abrigos na cidade e em Pacaraima-RR, situada a 213 km de Boa Vista, na fronteira com a Venezuela. Esses suprimentos, sejam in natura provenientes do 12º B Sup ou por meio de doações de organizações não governamentais, eram destinados aos abrigos. (COSTA, 2019, p. 11).

Adicionalmente, o 1º Batalhão Logístico de Selva também ficou incumbido de transportar as refeições preparadas – marmitas – pelo Setor de Aproveitamento do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (Cmdo 1ª Bda Inf SI) em Roraima (RR) e da ALA 7 da Base Aérea de Boa Vista (BABV) para os abrigos dos venezuelanos em Boa Vista. (COSTA, 2019, p. 11). “Em Op Aj Hum, a alimentação da população afetada é uma questão de primeira ordem” (BRASIL, 2023, p. 4-14).

Havia, no início da operação, variações do efetivo alimentado todos os dias nos abrigos, o que dificultava o planejamento e quantidade dos gêneros a serem repassados e preparados. Por isso, a fim de contornar esse desafio, foi estabelecido um calendário de obrigações no qual as OM de Boa Vista-RR deveriam remeter ao Órgão Provedor o Quadro Demonstrativo de Atividade de Aproveitamento (QDAA) semanalmente. Dessa maneira, a informação dos efetivos apoiados e do consumo dos venezuelanos era atualizada e permitia o controle do efetivo de migrantes o mais próximo possível da realidade. (COSTA, 2019, p.12).

Houve também, no início da operação, a necessidade de adaptar os cardápios das marmitas à cultura do povo venezuelano. Notou-se que os abrigados não consumiam alimentos comuns à dieta do brasileiro, como a farinha e o feijão, por exemplo. A fim de solucionar tal desafio, a 12ª RM foi informada e deixou de adquirir esses gêneros, isso demonstrou a flexibilidade e adaptabilidade, pilares fundamentais da capacidade de evolução da Logística Militar Terrestre.

Outra adaptação importante foi a verticalização do depósito de Suprimento Classe I. O número de etapas confeccionadas só aumentava, por conseguinte, mais gêneros secos e frigorificados eram recebidos. Frente a isso, foram adquiridas prateleiras que possibilitaram o armazenamento seguro de um volume superior de suprimentos, aumentando a capacidade de apoio e atuação da FT Log Hum RR. (GONÇALVES, 2020, p. 15).

No decurso da Op Acolhida aumentavam também os desafios para realizar o abrigo, o suprimento, a proteção e a segurança adequada aos venezuelanos.

Em virtude disso, a 1ª Brigada de Infantaria de Selva optou por utilizar a terceirização de serviços de alimentação. A contratação da empresa ISM Gomes de Mattos Eireli para o fornecimento de refeições aos acolhidos ocorreu por meio de Pregão Eletrônico (42/2018) no dia 8 (oito) de novembro de 2018 (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2022). O contrato estabelecido com a referida empresa (Contrato 52/2018), visava aumentar a capacidade de Apoio Logístico da FT Log Hum RR através da:

prestação de serviço de alimentação para comensais oriundos da Venezuela e comensais empregados no apoio à atividade, ambos localizados no município de Boa Vista-RR, Pacaraíma-RR e adjacências, englobando a operacionalização e desenvolvimento de todas as atividades de COCÇÃO, FORNECIMENTO e DISTRIBUIÇÃO DAS REFEIÇÕES, incluindo ainda todo FORNECIMENTO de INSUMOS e DESCARTÁVEIS[...] Esta terceirização desonerou os militares e devolveu ao 1º Batalhão Logístico de Selva a capacidade de estocagem para operações futuras e melhor organização para apoiar a própria Operação Acolhida, permitindo atuar em melhores condições. (GONÇALVES, 2020, p. 16).

Segundo o previsto na doutrina de Logística Militar Terrestre “a contratação e/ou terceirização de determinadas tarefas logísticas permite à F Ter concentrar suas capacidades militares nas atividades finalísticas”. (BRASIL, 2018, p. 2-2).

Portanto, conclui-se, parcialmente, que o potencial de Flexibilidade e Adaptação são fundamentais para a Logística Militar, contudo são indispensáveis para a Logística Humanitária em situações de crise. Além disso, a FT Log Hum RR destacou-se por desenvolver boas práticas para com refugiados venezuelanos, principalmente no que se refere ao apoio de alimentação prestado. Através das adaptações apresentadas, foi possível que a FT Log Hum RR ampliasse suas capacidades de apoio e aperfeiçoasse a gestão logística do Suprimento Classe I.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou como objetivo geral identificar se a participação do EB na Operação Acolhida foi capaz de gerar impactos positivos e Benchmarking para a gestão dos processos logísticos da F Ter.

A fim de atingir esse objetivo foi conduzida uma pesquisa qualitativa de cunho histórico, baseada em uma revisão bibliográfica e documental. As fontes primárias foram os Relatórios da ACNUR e Manuais do EB, além de artigos científicos relacionados à Operação Acolhida e seus desafios logísticos.

Inicialmente, foram apresentados os aspectos da crise da Venezuela, antecedentes do problema, e um aprofundamento sobre a Operação Acolhida e suas 3 fases de execução: Ordenamento da Fronteira, Abrigamento e Interiorização. Para isso, foi

utilizado, principalmente o Relatório “Refugiado em Números” da ACNUR. Essa primeira abordagem se fez necessária para contextualizar a pesquisa e identificar as peculiaridades e complexidades da operação, principalmente devido ao quantitativo de imigrantes apoiados.

Em segundo momento, foram expostos os princípios e conceitos relativos à Logística Militar e à Logística Humanitária desenvolvida pelo EB, através dos Manuais de Campanha: Logística Militar Terrestre e Operações de Ajuda Humanitária. Nesse momento, foram apresentadas as principais atualizações presentes no EB-70-MC-10.236: Operação de Ajuda Humanitária, os principais desafios enfrentados pela FT Log Hum RR e as respectivas soluções encontradas, com intuito de identificar as boas práticas adotadas pelo EB na consecução da Op Acolhida.

Notou-se que os desafios logísticos são inúmeros e apresentam-se em diferentes campos. Contudo, este trabalho aprofundou-se nos desafios relacionados ao fator tempo e nas dificuldades impostas para o planejamento e execução do Apoio de Suprimento Classe I.

Concluiu-se que para a Op Acolhida, a FT Log Hum RR foi crucial no tocante a mobilização de recursos, gestão de suprimentos, estabelecimento de infraestrutura temporária e coordenação de atividades de abrigo, além da assistência médica e social em diferentes pontos de acolhimento. Mas, principalmente, para a atualização da doutrina brasileira materializada pela divulgação do EB70-MC-10.236: Operação de Ajuda Humanitária em 2023.

Isso, pois, apesar de enfrentar muitos desafios, as Forças Armadas possuem condições de, rapidamente, mobiliarem centros de operação para solução de crises graças ao pessoal altamente qualificado para lidar com tais situações. O fator tempo não interferiu significativamente no planejamento e na execução das ações, dada a excelente preparação e prontidão da Força Terrestre, capaz de atuar em todo o território nacional a qualquer momento.

A Op Acolhida destaca-se, também, pelas boas práticas dispensadas aos refugiados venezuelanos, em especial na fase de abrigo, sobretudo devido ao suporte alimentar garantido diariamente com café da manhã, almoço e jantar. Para melhor se adequar a esse tipo de apoio foram adotados: a obrigatoriedade do repasse de informações sobre o efetivo, a identificação de hábitos alimentares da população a ser apoiada, a verticalização dos depósitos e contratação serviços terceirizados em apoio às vítimas.

Dada à importância do tema e visando empregos futuros do EB em novas Operações de Ajuda Humanitária (Op Aj Hum), seja no contexto nacional ou internacional, ressalta-se a importância dessa pesquisa. Sugere-se que seja viabilizada a divulgação e multiplicação de tal conhecimento, especialmente nas Escolas de Formação de Oficiais (Academia Militar das Agulhas Negras e Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais), uma vez que os princípios das Op Aj Hum podem ser empregados em Operações de Paz da ONU e em situações nas quais o EB seja utilizado para minimizar o sofrimento da população em cenários de crise. Nesse contexto, propõe-se a criação de um acampamento que envolva a Função de Combate Logística em Operações Humanitárias durante o ano de instrução acadêmico para os Cadetes da AMAN.

A Operação Acolhida é uma importante oportunidade para que as FFAA exercitem e demonstrem suas capacidades logísticas, em um cenário interagências e com caráter humanitário. Por isso, o emprego brasileiro na Op Acolhida catalisou esforços para o surgimento e atualização da doutrina. Muitos foram os avanços, contudo vislumbra-se que ainda há oportunidades para novos estudos que viabilizem a produção de um manual específico sobre a Logística Humanitária em Op Aj Hum. Para isso, propõe-se, dentro desta linha de pesquisa, novas análises sobre o Emprego da Função Logística Engenharia na tarefa “Instalar abrigos”.

LOGÍSTICA FORTE É PODER DE COMBATE

REFERÊNCIAS

ACNUR. Anexo BV-8 Pacaraima. 2022b. Disponível em: < <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2022/07/ACNUR-Brasil-%E2%80%93-Relatorio-Anexo-BV8-Pacaraima.pdf>>. Acesso em: 16 mar 2024.

ACNUR. Relatório de Interiorização. 2022a. Disponível em:

<<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2022/05/ACNUR-Brasil-Relatorio-de-Interiorizacao-Mar-Abr-2022-VF.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

ALVES, D. B. A Atuação do Exército Brasileiro na crise de refugiados venezuelanos.

Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Rio de Janeiro. 2019.

BARBOZA, T. P. Uma análise da Operação Acolhida sob a ótica da segurança humana.

Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Rio de Janeiro. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. 1988.

BRASIL. Exército Brasileiro. Secretaria Geral do Exército. Portaria nº 734, de 19 de agosto de 2010. Conceitua Ciências Militares, estabelece a sua finalidade e delimita o escopo de seu estudo. 2010. Disponível em:

<http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006_outras_publicacoes/07_publicacoes_diversas/01_comando_do_exercito/port_n_734_cmdo_eb_19ago2010.html>. Acesso em: 22 maio 2024.

BRASIL. Lei complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias. Diário Oficial da União: seção 1. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Lei complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas

gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Diário Oficial da União: seção 1, Edição Extra , Brasília, DF, 1999.

BRASIL. Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Manual de Campanha EB-70-MC- 10.238: Logística Militar Terrestre. 1. ed. Brasília: Estado Maior do Exército, 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Manual de Campanha EB-70-MC- 10.236: Operação de Ajuda Humanitária. 5. ed. Brasília: Estado Maior do Exército, 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Manual de Campanha EB-70-MC- 10.341: Lista de Tarefas Funcionais. 1. ed. Brasília: Estado Maior do Exército, 2016.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). The World Factbook. 2024. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/venezuela/#geography> . Acesso em: 24 maio 2024.

COSTA, T. S. Logística de Suprimento CL I em apoio às operações humanitárias: Operação Acolhida, uma proposta de planejamento à doutrina com base na realidade de prática. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro. 2019.

DA CRUZ, G. L. Um estudo sobre a Operação Acolhida. Escola de Comando e Estado- Maior do Exército (ECEME). Rio de Janeiro. 2020.

DA SILVA, A. I. Os desafios para o Brasil na condução da Operação Acolhida. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Rio de Janeiro. 2019.

DA SILVA, F. A. C. Conceito de segurança humana como um indicador de planejamento das políticas de segurança pública. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2009.

EXÉRCITO BRASILEIRO. COLOG. AMAZONLOG17. Brasília. 2017. Disponível em: <

http://www.colog.eb.mil.br/arquivos/INFORMATIVO_AMAZONLOG_Ed_1.pdf >. Acesso em: 16 mar 2024.

FORÇA TAREFA LOGÍSTICA HUMANITÁRIA. Dados Estatísticos. Boa Vista. 2019. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/29/1.b-APres- Cel-Merces-MS-1.pdf>. Acesso em: 19 nov 2023.

GONÇALVES, V. W. S. A crise na Venezuela: a participação do 1º batalhão logístico de selva na operação acolhida na logística de suprimento das classes I, III e IX. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro. 2020.

HUNTINGTON, S. P. The hispanic challenge. A language and power reader: Representations of race in a “post-racist” era, p. 335-351, 2004.

JUNGER DA SILVA, G. et al. Refugiados em Números. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2023. Disponível em: < https://portal-deimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Ref%C3%BAgio_em_N%C3%BAmeros/Refugio_em_Numeros_-_final.pdf> Acesso em: 17 nov 2023.

KÖCHE, J. C. Fundamentos da metodologia científica: teoria da ciência e prática de pesquisa. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

LOURENÇO, J. M. Logística em operações de ajuda humanitária na Operação Acolhida, tendo o fator tempo como limitador do planejamento. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro. 2019.

MARCHAO, T. Transporte caro ou dias a pé: como é a travessia dos Venezuelanos para Viver no Brasil. São Paulo. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/02/26/fronteira-venezuelapacaraima.htm>. Acesso em 19 nov. 2023.

MATAROTTI, M. H. Apoio logístico às ações humanitárias da Operação Acolhida: oportunidade de legado para a logística de suprimento Classe I executada pelo 12º Batalhão de Suprimento, na Amazônia Ocidental. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro. 2019.

MENDES, R. L. C. Logística de Ajuda Humanitária na Operação Acolhida: a mobilização em apoio à população venezuelana. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro. 2019.

MICHEL, F. V. As duas grandes guerras mundiais: o legado tecnológico. 2016. Disponível em: < <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/historia-geral/as-duas-grandes-guerras-mundiais-o-legado-tecnologico.htm>>. Acesso em 17 nov 2023.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Operação Acolhida. Brasília. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/acoes-humanitarias/operacao-acolhida>. Acesso em: 18 jun 2023.

NAÇÕES UNIDAS. CEPAL. Anuário Estatístico da América Latina e o Caribe. Santiago. 2021. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46739/S2000544_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 de junho de 2023.

NAÇÕES UNIDAS. CEPAL. CEPAL alerta que taxas de pobreza na América Latina em 2022 se mantêm acima dos níveis pré-pandemia. 2022. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/cepal-alerta-que-taxas-pobreza-america-latina-2022-se-mantem-acima-niveis-pre-pandemia#:~:text=Desta%20forma%2C%20em%202021%20a,percentual%20menos%20que%20em%202020>. Acesso em: 15 jun. 2023.

PACIEVITCH, T. Geografia da Venezuela. Info Escola. 2019. Disponível em:

<<https://www.infoescola.com/venezuela/geografia-da-venezuela/>>. Acesso em: 14 nov. 2023. ROESLER, R. et al. Iniciação à pesquisa científica. 2. ed. Resende, RJ: AMAN, 2019.

SILVA, P. D. R. B.; FRANÇA, F. L. A operação Acolhida - boas práticas e repercussões no âmbito internacional. Observatório Militar da Praia Vermelha. ECEME: Rio de Janeiro. 2023.

SOUZA NETO, S. P. de. Técnicas de pesquisa. Rio de Janeiro: UCB/EB, 2006.

THOMAS, A; KOPCZAK, L R. Life-saving supply chains: Challenges and the path forward. In: Building supply chain excellence in emerging economies. Boston, MA: Springer US, 2007. p. 93-111.

Tribunal de Contas da União. 2022. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/66%252F2021/%2520DTRELEVANCIA%-2520desc%252C%2520NUMACORD>

AOINT%2520desc/2>. Acesso em: 29 maio 2024.

WIKIPEDIA. Deutsch: Lage von Venezuela on the globe (South America centered) auf der Erde. 2011. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Venezuela_on_the_globe_\(South_America_centered\).svg?uselang=fr](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Venezuela_on_the_globe_(South_America_centered).svg?uselang=fr). Acesso em: 18 mar. 2024.



O uso do Método do LGA na análise do apoio logístico na Operação Acolhida: Um olhar geopolítico

Marcelo de Jesus Santa Bárbara¹
João Victor Melo do Nascimento Santos²

INTRODUÇÃO

A geopolítica, como campo de estudo, surgiu na Europa com pensadores como Friedrich Ratzel e Rudolph Kjéllen. Entre o final do século XIX e o início do século XX, eles que buscavam compreender a relação entre a política do Estado e seu posicionamento geográfico (COSTA, 2014).

No Brasil, esse estudo ganhou destaque especialmente entre os militares, com figuras como Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos, que moldaram o pensamento geopolítico nacional ao longo do século XX. Dentre outros aspectos, esses autores destacaram a importância de fatores como o caráter continental do Brasil e o aumento da presença estatal em áreas de fronteira para o desenvolvimento, a segurança e a projeção de poder do país.

Desde 2017, o Brasil tem acolhido muitos imigrantes venezuelanos que deixaram sua terra natal devido à crise econômica e política. Dessa forma, pela proximidade, o estado de Roraima tem sido o grande receptor dessas imigrações, como consequência intensificou a necessidade de apoio logístico e da presença estatal nas fronteiras (AZEVEDO, 2023). O presente artigo parte da premissa que as ideias desses pensadores devem continuar a influenciar as ações do Estado brasileiro, em particular em operações que integram às Forças Armadas e outras agências do governo. O objetivo é integrar aplicar aspectos do método do LGA no caso da Operação Acolhida, lançando um novo olhar sobre resposta brasileira à crise migratória venezuelana.

O Método do Levantamento Geográfico de Área (LGA) foi desenvolvido pelo Coronel Tiago Castro de Castro, utilizando fatores e aspectos que buscamos compatibilizar ao pensamento dos três geopolíticos brasileiros citados. Assim, a análise

¹ Tenente-Coronel do QCO, Doutor em Estudos Estratégicos pela Universidade Federal Fluminense, professor das Cadeiras de Relações Internacionais e Geopolítica da AMAN.

² Cadete do 5º ano do CFO/LEMB do Curso de Intendência da AMAN.

proposta examina aspectos do apoio logístico na Operação Acolhida à luz da geopolítica brasileira, buscando responder: como, sob uma ótica geopolítica, a aplicação do LGA pode auxiliar no entendimento da Operação Acolhida?

A seguir, será explorado o legado geopolítico de Travassos, Golbery e Meira Mattos no que se refere a influência na política interna e externa do Brasil, sobretudo, com foco na análise logística da Operação Acolhida.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO DOS MILITARES BRASILEIROS

O pensamento geopolítico brasileiro ganhou força no início dos anos 1930, durante o início do governo de Getúlio Vargas em 1930, com o pioneirismo do então capitão Mário Travassos. Após isso veio a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a influência do planejamento estratégico da Escola Superior de Guerra (ESG), autores como Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos deram sequência e ampliaram a escala de interesses do País no cenário internacional.

Travassos, considerado um dos fundadores da geopolítica brasileira, destacou-se com sua obra “Projeção Continental do Brasil”. Lançada em 1931 com o título “Aspectos Geográficos Sul-Americanos”, a obra teve edições em 1933, 1935, 1938 e 1947.

Travassos defendia a importância da integração das bacias hidrográficas do Amazonas e do Prata e do acesso ao Oceano Pacífico como formas de projeção de poder (DE SABOYA, 2018). O interessante é que ele já alertava para a instabilidade política na porção noroeste da América do Sul, que incluía Venezuela, Equador e Colômbia, regiões suscetíveis à influência de ideologias extracontinentais, o que poderia comprometer a harmonia regional (COSTA, 2017).

Inspirados por Travassos, Golbery e Meira Mattos expandiram suas ideias, adaptando-as ao contexto político e estratégico brasileiro da época da Guerra Fria (1947-1991). Golbery defendia um Estado forte e centralizado, com foco nos objetivos nacionais permanentes, e ressaltava a importância da integração e do desenvolvimento das regiões interiores como a Amazônia ao centro industrial-financeiro situado no eixo São Paulo- Rio de Janeiro. Sua visão resultou em políticas que promoveram a interiorização e a valorização territorial, exemplificadas pela transferência da capital para Brasília e pela construção de rodovias estratégicas como a BR-153 (Belém-Brasília) e a BR-364 (São Paulo-Acre). Para Golbery, o fortalecimento dessas áreas fronteiriças e a cooperação com potências como os Estados Unidos da América (EUA) eram essenciais para consolidar o Brasil como uma potência emergente e um líder regional (CAMILO, 2019).

Meira Mattos, por sua vez, reforçou a necessidade de ocupação produtivo das áreas terrestres junto às fronteiras, especialmente na Amazônia, como estratégia fundamental para a projeção internacional do Brasil. Ele propôs a criação de áreas de intercâmbio fronteiriço com infraestrutura adequada e presença militar para integrar a Amazônia ao restante do território nacional, mitigando seu isolamento em

relação aos vizinhos sul-americanos. Sua visão geopolítica destacava a Amazônia não apenas como uma reserva de recursos naturais, mas também como uma plataforma de conexão com sete países da região (Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela) e com os oceanos Atlântico e Pacífico (SOUZA, 2019)

Os polos de desenvolvimento amazônicos propostos por Meira Mattos, como o triângulo formado por Boa Vista (Brasil), Lethen (Guiana) e Santa Elena de Uaeren (Venezuela), e as conexões ao longo do Rio Solimões, reforçam a Amazônia como um espaço estratégico para a liderança brasileira no subcontinente. A região não apenas oferece recursos vitais como água e energia renovável, mas também se posiciona como uma solução para desafios globais atuais, como a segurança alimentar e energética (SOUZA, 2019).

As ideias-força geopolíticas, enraizadas nas obras de Travassos, Golbery e Meira Mattos, continuam a influenciar a política territorial nacional, especialmente em ações que buscam fortalecer a presença do país nas suas regiões estratégicas e ampliar sua influência no cenário internacional. No entanto, para que essas estratégias sejam efetivas, é necessário um compromisso contínuo do Estado em aplicar tais visões de maneira integrada e sustentável, garantindo que o Brasil consolide sua posição como uma potência regional e global.

2.2 A CRISE VENEZUELANA

A Operação Acolhida é um reflexo no território brasileiro da crise instalada na Venezuela. Em 2013, a morte de Hugo Chávez e a ascensão de Nicolás Maduro à presidência marcaram um ponto de inflexão na Venezuela.

Em 1998, Chávez venceu a eleição e permaneceu 14 anos à frente do Estado. Em 2013 foi realizada uma nova eleição e Nicolás Maduro herdou um país profundamente dividido, com apoio popular reduzido e forte oposição política. A instabilidade interna foi exacerbada pela crise econômica, alimentada pela hiperinflação, queda na capacidade de financiamento e drásticas reduções no preço do petróleo, principal fonte de receita do país. Desde o início, seu governo enfrentou protestos massivos que foram reprimidos com violência, aprofundando o ciclo de descontentamento popular e desgaste político (NOGARA; WOBETO, 2019; SOUSA, 2018; DARÓS; CELESTINO, 2022).

A situação se deteriorou e a Venezuela, que é um país dos mais urbanizados da América do Sul com cerca de 85% de seus habitantes vivendo concentrados em cidades, se viu em grande dificuldade econômica e intensificado sofrimento da população (DARÓZ; CELESTINO, 2022, p. 35).

As sanções impostas ao governo, incluindo a suspensão do país do Mercosul, agravaram a crise econômica, levando Maduro a decretar estado de emergência econômica. As consequências dessas ações se manifestaram em uma série de colapsos: escassez de alimentos, falta de água e energia, crise no setor de saúde, e uma crescente violência urbana que impactou todo o território venezuelano (UDUWANAGE, 2020; SOUSA, 2018).

Essa crise também teve repercussões diretas sobre o Brasil. Desde 2001, um acordo de fornecimento de energia entre a Venezuela e o estado de Roraima havia deixado a região dependente da infraestrutura energética venezuelana. Com a crise energética na Venezuela, o fornecimento foi severamente comprometido, gerando apagões frequentes e forçando o uso de usinas térmicas ineficientes, incapazes de suprir a demanda energética de Roraima (RAMIRO, 2018).

Além das implicações econômicas e de infraestrutura, a crise venezuelana causou um enfraquecimento nas relações entre os governos do Brasil e da Venezuela, forçando ambos os países a buscar novos parceiros políticos e comerciais, como Rússia e China, o que têm se mostrado dispostos a preencher o vácuo deixado pela deterioração das relações sul-americanas. Isso, no entanto, teve um custo geopolítico para a região, já que esses novos alinhamentos também mudam as dinâmicas de poder no continente (RAMIRO, 2018).

Uma das consequências mais visíveis da crise venezuelana foi a imigração em massa para países vizinhos, como Brasil, Colômbia e Peru. O Brasil, em particular, enfrentou um aumento significativo do fluxo migratório em sua fronteira norte, especialmente no estado de Roraima, onde as condições já eram precárias. Para lidar com essa situação humanitária, o governo brasileiro lançou a Operação Acolhida, uma iniciativa destinada a organizar a entrada, acolhimento e interiorização dos migrantes venezuelanos, tentando minimizar o impacto social e econômico dessa crise em seu território (SOUSA, 2018).

2.3 OPERAÇÃO ACOLHIDA

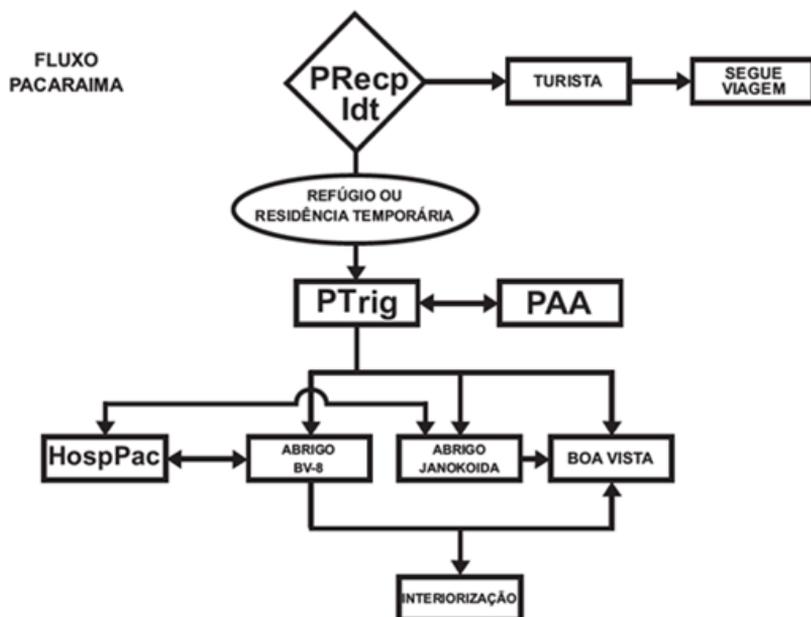
A crise humanitária na Venezuela, marcada pelo colapso econômico, político e social, resultou em um intenso fluxo migratório em direção ao Brasil, especialmente para o estado de Roraima, nos municípios de Pacaraima e Boa Vista, devido à proximidade e permeabilidade da fronteira entre os dois países (PONTES; HECKSHER, 2021). Esse aumento populacional, iniciado em 2018, colocou em evidência as fragilidades dos serviços públicos de Roraima, que não conseguiram absorver o grande número de imigrantes em situação de vulnerabilidade. Hospitais lotados, escolas sobrecarregadas e ruas ocupadas por imigrantes ilustraram o colapso da infraestrutura local, expondo a sensibilidade do estado em setores críticos como saúde, segurança e educação (HONORATO, 2019).

Diante desse cenário, o governo brasileiro reconheceu oficialmente a situação de vulnerabilidade em Roraima por meio do decreto nº 9.285, de 15 de fevereiro de 2018, e deu início à Operação Acolhida. Esta iniciativa humanitária, coordenada pela Casa Civil da Presidência da República e apoiada por agências da Organização das Nações Unidas (ONU) e diversas entidades civis, foi projetada para mitigar os impactos da crise migratória, adotando uma abordagem interagências que integrava órgãos federais, internacionais e organizações não governamentais (BRASIL, 2021).

A Operação Acolhida é estruturada em três pilares principais: ordenamento de fronteiras, abrigamento e interiorização dos imigrantes (AZEVEDO, 2023). O ordenamento de fronteiras é o primeiro passo, focado na recepção inicial dos imigrantes,

incluindo identificação, triagem e imunização em postos específicos em Pacaraima, onde também são oferecidos serviços essenciais como alimentação, atendimento médico e assistência documental (PONTES; HECKSHER, 2021). Nesse estágio, destaca-se o controle epidemiológico, fundamental para prevenir a proliferação de doenças endêmicas trazidas pelos imigrantes, como dengue, malária e tuberculose (HONORATO, 2019).

Figura 1 — Fluxograma do ordenamento de fronteira



Fonte: Compêndio Operação Acolhida 2019.

O segundo pilar, o abrigamento, proporciona suporte básico e serviços assistenciais para os imigrantes. Em Boa Vista e Pacaraima, foram estabelecidos 13 abrigos que oferecem não apenas um lugar para dormir, mas também alimentação, cuidados médicos, aulas de português, atividades culturais e capacitação profissional. A implementação dessa estrutura de acolhimento contou com um esforço coordenado das Forças Armadas brasileiras — Exército, Marinha e Força Aérea — que atuaram de maneira integrada para garantir a construção e manutenção dos abrigos, além do transporte de suprimentos (AZEVEDO, 2023).

Por fim, a interiorização é o processo que visa distribuir os imigrantes venezuelanos para outras regiões do Brasil, aliviando a pressão sobre Roraima e promovendo a inclusão socioeconômica dos migrantes no restante do país. Esse é o ponto mais crítico da operação, pois sem o escoamento contínuo dos imigrantes para outras localidades, a crise em Roraima se intensificaria, exacerbando ainda mais os desafios já existentes (SOUZA, 2019).

O papel central das Forças Armadas na Operação Acolhida é justificado por

sua ampla experiência em operações de logística, segurança pública e integração nacional, além de sua capacidade de resposta rápida e eficiente em cenários de crise. Atuando ao lado de agências da ONU, órgãos federais e organizações civis, as Forças Armadas garantem não apenas o suporte logístico necessário, mas também a segurança e a administração eficaz da operação, refletindo a capacidade do Brasil de responder de forma coordenada a crises humanitárias complexas (AZEVEDO, 2023).

2.4 LEVANTAMENTO GEOGRÁFICO DE ÁREA (LGA)

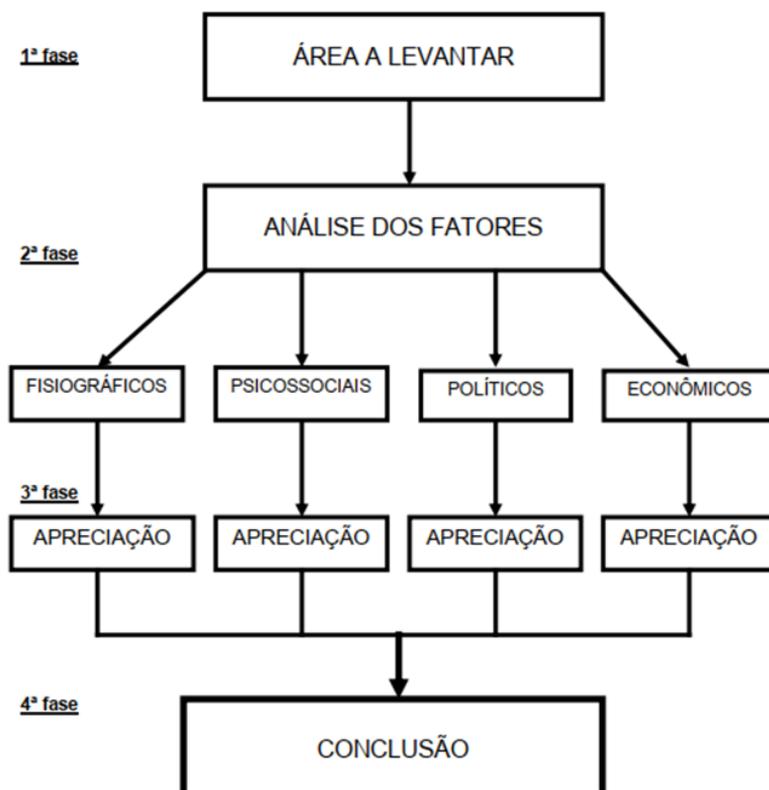
Vale ressaltar que, em virtude da grande quantidade de aspectos presentes em cada fator do LGA, foram escolhidos os mais pertinentes para a pesquisa, sendo: aspectos política externa e defesa nacional constantes do fator político; no fator econômico foi abordado energia e transporte; para o fisiográfico foram destacados a geologia, caracterização da área e orografia; no fator psicossocial os aspectos elencados foram sobre imigração, urbanização e indicadores sociais.

O método do Levantamento Geográfico de Área (LGA) aplicado na disciplina de geopolítica ministrada na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) segue um conjunto estruturado de etapas que visam fornecer uma análise detalhada de uma região de interesse, abordando aspectos fundamentais que impactam seu poder e relevância. Esse processo é dividido em quatro fases principais, conforme o caderno de geopolítica da AMAN de 2020.

Na primeira fase, é delimitada a área específica a ser analisada, estabelecendo os limites espaciais e contextuais do estudo. A segunda fase envolve a análise dos fatores Fisiográfico, Político, Psicossocial e Econômico. Essa análise consiste na coleta e seleção de dados pertinentes a cada um desses fatores, permitindo uma compreensão abrangente das dinâmicas que caracterizam a área.

Na terceira fase, denominada apreciação, é feita uma avaliação detalhada da influência de cada aspecto dos fatores analisados. Aqui, são extraídas conclusões parciais sobre o que é favorável ou desfavorável em relação ao poder da área estudada, identificando elementos que podem impulsionar ou limitar seu desenvolvimento. Finalmente, na quarta fase, todas as informações são sintetizadas para formular uma conclusão abrangente que integra os dados coletados.

Figura 2 — Fluxograma do LGA



Fonte: Cadeira de Geopolítica da AMAN 2020.

2.4.1 Fator fisiográfico

A cidade de Pacaraima, localizada na fronteira com Santa Elena de Uairen, é o principal ponto de entrada dos venezuelanos no Brasil, facilitada pela proximidade e pela infraestrutura rodoviária que conecta os dois lados, possibilitando a travessia a pé ou por automóvel (RODRIGUES, 2021; CRAVO, 2021). No entanto, ao ingressar no território brasileiro, os imigrantes enfrentam desafios geográficos significativos, como a Serra de Pacaraima, que impede o fácil acesso ao interior do país, além das barreiras impostas pelo ambiente de selva amazônica que cerca Roraima, dificultando ainda mais a mobilidade e a interiorização dos imigrantes (CRAVO, 2021). Conclui-se que essa realidade geográfica da região Norte, com seu isolamento e obstáculos naturais, impacta o escoamento de pessoas e bens, evidenciando a complexidade logística enfrentada na gestão da imigração venezuelana (RODRIGUES, 2021).

2.4.2 Fator Político

No contexto das relações e da política externa na América do Sul, o Brasil tem enfrentado desafios significativos dentro do MERCOSUL, especialmente em relação à crise na Venezuela. Inicialmente, o país adotou uma postura proativa, incentivando o diálogo entre as autoridades venezuelanas para enfrentar a crescente violência e a crise humanitária. No entanto, à medida que o colapso econômico e político da Venezuela se agravou, o Brasil se viu forçado a distanciar o país do MERCOSUL, especialmente após a destituição do Parlamento por Nicolás Maduro, um ato amplamente considerado antidemocrático. (BAZZO; FRANCO, 2017).

Essa falta de uma diplomacia eficaz, combinada com o desinteresse dos Estados Unidos, criou um vácuo que facilitou a expansão da influência geopolítica da Rússia e da China na região, colocando em risco a posição de liderança que o Brasil historicamente exerceu na América do Sul (FGV ENERGIA, 2017).

Conclui-se que essa situação não apenas compromete a segurança regional, mas também destaca a necessidade de uma política externa mais assertiva e colaborativa, capaz de promover a estabilidade e a democracia na vizinha Venezuela, preservando assim a influência brasileira no continente.

2.4.3 Fator Psicossocial

A partir de 2017, cerca de 100 imigrantes venezuelanos atravessavam diariamente a fronteira em busca de melhores condições de vida, incluindo alimentação, atendimento médico e sobrevivência digna. Para alcançar esses objetivos, muitos aceitavam trabalhos precários, pediam esmolas nas ruas, e algumas mulheres se viam forçadas a recorrer à prostituição para sustentar suas famílias. Aproximadamente 25 mil venezuelanos circulavam pelo estado de Roraima, com a maioria se concentrando em Boa Vista, gerando uma pressão adicional sobre os serviços públicos da região (AZEVEDO, 2023).

A fronteira entre Brasil e Venezuela caracteriza-se pela intensa permeabilidade, facilitando a troca de serviços públicos, o mercado informal e a circulação de pessoas, mas também dificultando o controle de atividades ilícitas, como tráfico de drogas e pessoas (RODRIGUES, 2021). Boa Vista, que já enfrentava desafios para atender sua própria população, agora sofre com o aumento da demanda por serviços de educação, saúde e segurança pública devido à crise migratória (RAMIRO, 2018).

Conclui-se que que o convívio social se tornou um desafio, pois, embora o brasileiro seja historicamente acolhedor, cresce a tensão nas pequenas cidades nas regiões de fronteira, destacando a necessidade de uma resposta mais efetiva do Estado Brasileiro para lidar com essa crise humanitária (SOUSA, 2018).

2.4.4 Fator Econômico

A parte norte do estado de Roraima enfrenta sérios desafios relacionados à sua infraestrutura de transporte, destacando-se a rodovia BR-174, que se conecta

ao Troncal 10, na Venezuela. Essa é a única via asfaltada de grande relevância na região, ligando a fronteira à capital Boa Vista e à cidade de Manaus, no Amazonas. A importância dessa rodovia é inegável, pois estabelece uma conexão entre duas capitais estaduais e o território venezuelano em uma distância relativamente curta, considerando os padrões da Amazônia, com apenas 191 quilômetros de Boa Vista e 800 quilômetros de Manaus. No entanto, essa conexão enfrenta limitações, especialmente em um contexto de crise humanitária (PONTES; HECKSHER, 2021).

O modal aéreo em Boa Vista, que conta com um aeroporto internacional, também se tornou vital, permitindo que os mais de 32 mil venezuelanos registrados pela Polícia Federal busquem melhores condições de vida (HONORATO, 2019).

Além disso, a crise energética venezuelana impacta diretamente Roraima, ameaçando o fornecimento de energia para o estado. Problemas como a seca nos reservatórios das hidrelétricas da Venezuela e a falta de manutenção nos equipamentos de interconexão geram um cenário de incerteza e fragilidade para a infraestrutura energética da região (RAMIRO, 2018).

Conclui-se que o fator econômico é muito sensível e um dos mais complexos na crise, trazendo repercussões diretas no lado brasileiro da fronteira.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do pensamento de Mário Travassos, Golbery Couto e Silva e Meira Mattos fornece um entendimento dos elementos que caracterizam o pensamento político brasileiro, qual seja, o reconhecimento do Estado como ordenador e planejador.

Em síntese, o pensamento geopolítico é base das diretrizes que podem guiar a atuação do país na crise venezuelana. Travassos defende a necessidade de o Brasil assumir um papel de liderança, coordenando pacificamente os problemas sul-americanos e expandindo sua influência econômica sobre os países andinos e amazônicos. Já a visão de Golbery enfatiza o olhar planejador, especialmente nas regiões menos desenvolvidas, enquanto Meira Mattos destaca mais diretamente a importância da Amazônia para a consolidação do Brasil como potência regional, propondo áreas de intercâmbio fronteiriço para promover a integração socioeconômica.

Conclui-se que a aplicação do método do LGA na Operação Acolhida, uma resposta humanitária ao fluxo migratório venezuelano, revela a atualidade das reflexões dos três autores. A crise na Venezuela provocou uma onda migratória que desafiou a já fragilizada infraestrutura de Roraima. A Operação Acolhida busca mitigar os problemas logísticos enfrentados pelos imigrantes, com foco no acolhimento, ordenamento de fronteira e interiorização. No entanto, a análise dos fatores fisiográficos, psicossociais, políticos e econômicos revela que, embora a operação contribua para a manutenção da soberania nacional e para proporcionar condições dignas aos imigrantes, ainda enfrenta desafios significativos.

Em primeiro lugar, essa constatação indica que, embora a operação apresente aspectos positivos em termos de defesa nacional e acolhimento, a precariedade da

infraestrutura de transporte e a dependência energética de Roraima em relação ao restante do território nacional ainda são obstáculos consideráveis.

Por conseguinte, isso reflete na vigilante aplicação de conceitos geopolíticos. Evidencia a necessidade de reformas estruturais no sistema de circulação, na geração de energia sustentável e no transporte, em particular na Amazônia: para exercer efetivamente sua liderança na América do Sul demanda investimento no desenvolvimento civilizacional e na infraestrutura da Pan Amazônia, superando as barreiras geográficas e promovendo uma integração genuína com os países vizinhos.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. Manual de iniciação à pesquisa científica. Resende: Editora Acadêmica, 2019.

AZEVEDO, Josias Pereira de. OPERAÇÃO ACOLHIDA: ESTUDO DE CASO SOBRE A INTERIORIZAÇÃO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS Dissertação - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2023.

BAZZO, Gabriela; FRANCO, Marina. Mercosul suspende direitos políticos da Venezuela por 'ruptura da ordem democrática': A decisão foi aprovada por unanimidade e anunciada neste sábado (5), após uma reunião em São Paulo. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/mercosul-suspende-direitos-politicos-da-venezuela-por-ruptura-da-ordem-democratica.ghtml>>. Acesso em: 27 mai. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. 1ª Comissão Brasileira Demarcadora de Limites. Disponível em: <http://pcdl.itamaraty.gov.br/pt-br/venezuela.xml>. Acesso em: 27 mai. 2024.

BRASIL. Decreto nº 9.285, de 15 de fevereiro de 2018: Reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato_2015-2018/2018/decreto/D9285.htm. Acesso em: 27 mai. 2024.

BRASIL. Diretriz Ministerial nº 03, de 28 de fevereiro de 2018. Brasil: Ministério da Defesa, 2018.

BRASIL. OPERAÇÃO ACOLHIDA. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida>. Acesso em: 27 mai. 2024.

CADEIRA DE GEOPOLÍTICA AMAN 2020. O método do Levantamento Geográfico de Área. Resende, 2020.

CAMILO, Luiz Ângelo Pelinsari. A geopolítica brasileira e sua influência para as iniciativas nacionais Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Comando e Estado-maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

CASTRO, Tiago. Método de Preparação e Abordagem de Temas e Questões Discursivas de História, Geografia e Geoestratégia. Bibliex, 2010.

COSTA, Leandro Mendes. Por uma projeção continental do Brasil: a sinergia das ideias de Mário Travassos com o processo de integração regional sul-americano. Rio de Janeiro Dissertação - Escola de Comando e Estado-maior do Exército (ECEME), 2014.

DARÓZ, Carlos; CELESTINO, Sabrina. Operação Acolhida. A Força-Tarefa Logística Humanitária e o apoio aos migrantes venezuelanos. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2022.

DE SABOYA, André Nassim. O pensamento de Mario Travassos e a política externa brasileira. Revista de Geopolítica, v. 9, n. 2, p. 29-50, 2018.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (BRASIL). Fundamentos do poder nacional. Rio de Janeiro: ESG, 2024.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (BRASIL). Manual básico: elementos fundamentais. Rio de Janeiro: ESG, v. 1, 2015.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. A economia de Roraima e o fluxo venezuelano: evidências e subsídios para políticas públicas. Diretoria de Análise de Políticas Públicas. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://data2.unhcr.org/en/documents/details/73853>. Acesso em: 27 mai. 2024.

HONORATO, Felipe Galvão Franco. Os desafios logísticos da Força-Tarefa Logística Humanitária em Roraima para o acolhimento dos venezuelanos Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Comando e Estado-maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

LEMOS, Herbert de Souza. A crise na República Bolivariana da Venezuela: perspectivas e ensinamentos a serem utilizados pelo Brasil na melhora do treinamento para missões de ajuda humanitária Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Comando e Estado-maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

MATTOS, Carlos de Meira. Geopolítica e modernidade: a geopolítica brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.

MATTOS, Carlos de Meira. Projeção Mundial do Brasil: in geopolítica. Rio de Janeiro: Editora FGV, v. I, 2011.

MESSIAS DA COSTA, Wanderley. A Geopolítica brasileira e sua influência no pensamento estratégico nacional. L'Espace Politique. Revue en ligne de géographie politique et de géopolitique, n. 31, 2017.

NOGARA, Tiago Soares; WOBETO, Victor Leão. implicações da crise migratória venezuelana para as políticas brasileiras de segurança e defesa: perspectivas para o equacionamento de conflitos. Espaço Aberto, v. 9, n. 1, p. 23-42, 2019.

PONTES, Adriano de Andrade; HECKSHER, Gustavo Megale. Operação Aco-

lhida como instrumento de estabilidade, segurança e proteção da faixa de fronteira Brasil-Venezuela. Trabalho de Conclusão de Curso - Escola Superior de Defesa (ESD), BRASÍLIA, 2021.

RAMIRO, Rômulo Torres. A crise na Venezuela e os reflexos para o Brasil, nas expressões política e psicossocial do Poder Nacional Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Comando e Estado-maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

RODRIGUES, Cheslaine Tavares da Silva. Contribuições da Operação Acolhida para a Política Migratória Brasileira Dissertação - Escola de Comando e Estado-maior do Exército, Rio de Janeiro, 2021.

SILVA, Golbery do Couto e. Planejamento Estratégico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

Estado-maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

SOUZA, Carlos Alexandre de. A geopolítica brasileira e seus reflexos na estratégia de desenvolvimento nacional, entre 1964 e 1985 Monografia - Escola de Comando e Estado-maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

TRAVASSOS, Mario. Projeção continental do Brasil. 3º ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

TRAVASSOS, Mário. Projeção Continental Brasileira. São Paulo, 1935.

UDUWANAGE, Charles Pereira. Os impactos da crise da Venezuela na região norte do Brasil Trabalho de Conclusão de Curso - Escola Superior de Guerra (ESG), Rio de Janeiro, 2020.

Consulte as normas e condições vigentes. Sujeito a análise cadastral.

Crédito Imobiliário Digital

A casa própria com as melhores condições

Financiamento com juros baixos, rápida liberação e outros benefícios para a construção e a aquisição de imóvel, terreno e material de construção.



FHE **POUPEX**

poupe x . c o m . b r